

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Instituto de Psicologia
Mestrado em Psicologia

Daniela dos Prazeres de Assis

**OS CIRCUITOS DE SOCIABILIDADE DE JOVENS DE BAIXA RENDA NO
ESPAÇO URBANO**

Rio de Janeiro
Março de 2005

Daniela dos Prazeres de Assis

**OS CIRCUITOS DE SOCIABILIDADE DE JOVENS DE BAIXA RENDA NO
ESPAÇO URBANO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

ORIENTADORA

Prof^a. Dr^a. Lucia Rabello de Castro

Rio de Janeiro
2005

ASSIS, Daniela dos Prazeres de.

Os circuitos de sociabilidade de jovens de baixa renda no espaço urbano / Daniela dos Prazeres de Assis. Rio de Janeiro, 2005. X, 139 fls

Dissertação (Mestrado em Psicologia) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
de Psicologia, 2005.

Orientadora: Lucia Rabello de Castro

1. Espaço Urbano 2. Jovens de Baixa Renda. 3. Circuitos de Sociabilidade – Teses

I. Castro, Lucia Rabello de (Orientadora.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.

Daniela dos Prazeres de Assis

Os circuitos de sociabilidade de jovens de baixa renda no espaço urbano

Rio de Janeiro, de Março de 2005

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Lucia Rabello de Castro (Instituto de Psicologia/UFRJ)

Prof^a. Dr^a. Jane Correa (Instituto de Psicologia/UFRJ)

Prof^a. Dr^a. Leila Maria Amaral Ribeiro (Instituto de Psiquiatria/UFRJ)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a todos aqueles que diretamente me auxiliaram no decorrer deste trabalho:

À minha orientadora, Lucia Rabello de Castro, pela dedicação e pelos valiosos ensinamentos;

Às professoras Jane Correa e Leila Maria Amaral Ribeiro, componentes da banca examinadora, por terem acompanhado e contribuído ao longo do meu trabalho;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela contribuição financeira durante a realização desta dissertação.

A todos aqueles que indiretamente estiveram presentes e me acompanharam ao longo do meu curso de Mestrado:

Aos meus pais, pela confiança, pelo carinho, pelo incentivo e pela ajuda indispensável em todos os momentos de minha vida;

Aos meus amigos próximos, especialmente Leonardo, Eduardo, Renata, Roberta, Susane, Flávia, Dolores e Rejane, que pacientemente me acolheram e me apoiaram;

À Ludmila e Alana, que estiveram torcendo por mim, mesmo à distância;

Aos colegas do NIPIAC, pela força e motivação, e especialmente à Andréia, por todos os socorros prestados ao longo da realização deste trabalho;

À equipe da SBS/OPJ, pela compreensão durante meus períodos de ausência.

Resumo

Os grandes centros urbanos contemporâneos configuram-se a partir de espaços e territórios definidos não apenas por suas características físico-geográficas, mas também por suas características sociais constituídas pela infinidade de interações realizadas por seus habitantes, além da produção e circulação de bens materiais e simbólicos. Estes espaços são constantemente transformados na medida em que os indivíduos, em permanente movimentação, negociam seu pertencimento e suas atuações na cidade, redefinindo e remapeando o espaço urbano. Neste sentido, o foco de interesse da presente dissertação é descrever a maneira pela qual os jovens de baixa renda, residentes em áreas periféricas, circulam e atuam no contexto urbano da cidade do Rio de Janeiro, articulando, a partir destas descrições, suas possibilidades de inclusão em determinadas redes societárias, aqui denominados como circuitos de sociabilidade. Foram analisadas 1300 entrevistas, aplicadas durante o Projeto Jovem Total, que permitiram vislumbrar a maneira como os jovens de baixa renda percebem e apreendem sua inserção no espaço urbano, suas limitações e possibilidades. A análise dos protocolos das entrevistas confirmou que o trabalho e a escola são enfatizados como meios que viabilizam a ascensão sócio-econômica e a mobilidade sócio-espacial. Verifica-se, pois, que os circuitos de sociabilidade reservados à população estudada são circunscritos, essencialmente, aos seus locais de moradia. Estas localidades, além de desinvestidas e negligenciadas pelo Estado, sofrem com as conseqüências da violência originada de ações policiais e das organizações do tráfico de drogas, inviabilizando o livre trânsito de jovens. Contudo, pode-se perceber a identificação destes jovens com suas comunidades e com a cultura local, o que confirma o seu sentimento de pertencimento, ainda que sua participação e apropriação no espaço da cidade estejam limitados.

Palavras-chave: cidade; circuitos de sociabilidade; empregabilidade; espaço urbano; jovens de baixa renda; mobilidade sócio-espacial.

Summary

Contemporary urban centers stand as territorial spaces defined not only by their physical and geographical features, but also by their social characteristics arising from an infinitude of social interactions among urban dwellers, besides the production and circulation of material and social goods. These spaces are in continuous transformation, as individuals negotiate and act in the city in an attempt to establish and shape their own insertion in the social environment. The present dissertation focuses on the way that low income young people, living in the periphery of Rio de Janeiro, move around and circulate in the city, thus establishing their circuits of sociability. A set of 1,300 questionnaire protocols, which were obtained during the "Jovem Total Project", were analysed so as to delineate a picture of how these individuals situate themselves in the urban space, as well as the possibilities and the limitations it opens to them. The results have shown that work and school seem to be the most important means to enhance socioeconomic status and expand their sociability circuits. The latter are most often circumscribed within their community limits. These communities, besides lacking capital investments and assistance from public authorities, suffer from abusive police action and intimidation and violence from drug dealers who block free access and transit in their territories. Even so, the results have shown a strong link between these youngsters and their communities and local culture, what confirms their feelings of belonging to the locality, despite their frail and limited participation and appropriation of spaces in the city.

keywords: city; circuits of sociability; employment ability, urban space; low-income youngs; social mobility.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	p. 07
2 A CIDADE E A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	p. 17
2.1 Considerações sobre a dinâmica sócio-espacial	p. 17
2.2 Circulação, participação e construção do espaço urbano	p. 28
3 A CIDADE E SEUS (DES) CAMINHOS: A TERRITORIALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO	p. 37
3.1 Trabalho e criminalidade: trajetórias para ascensão social	p. 42
3.2 Circuitos de lazer e possibilidades de atuação e expressividade	p. 64
4 TRAJETÓRIAS DE JOVENS DE BAIXA RENDA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	p. 73
4.1. Origem e Organização dos Dados Empíricos	p. 73
4.2. Problemas da Cidade: apresentação dos resultados	p. 75
4.2.1 Violência e Criminalidade	p. 79
4.2.2 Problemas Urbanos e Ambientais	p. 85
4.2.3 Falta de Oportunidades e Desigualdade Social	p. 93
4.2.4 Educação e Saúde	p. 98
4.3 As instâncias da cidade: discussão dos resultados	p. 106
4.3.1 Governo	p. 108
4.3.2 Polícia	p. 114
4.3.3 Comunidade	p. 117
4.3.4 Escola	p. 120
4.3.5 Amigos	p. 124
4.3.6 Vizinhos	p. 127
5 CONCLUSÃO	p. 131
REFERÊNCIAS	p. 136

ANEXOS

p. 140

Anexo 1: Tabelas

p. 141

Anexo 2: Roteiro de entrevista

p. 144

1 INTRODUÇÃO

É notória a preocupação de teóricos e profissionais com as questões da adolescência, principalmente quando se trata de adolescentes em situação de risco ou cujas condições de vida estão marcadas pelo descaso, negligência, violação de direitos e ausência de investimentos em setores básicos como saúde, educação e cultura. A literatura aponta para a necessidade desta parcela da população em estabelecer vínculos identificadores positivos, no intuito de promover valores e estilos de vida significantes para a promoção do sujeito e seu reconhecimento e que, conseqüentemente, viabilizem sua participação na sociedade e em seus meios de produção.

Parte considerável da literatura discute a idéia do risco social enquanto uma conseqüência de contextos sociais marcados pelas precárias condições de vida de uma população cuja carência não se limita apenas à situação econômica, mas também envolve a infra-estrutura de seus locais de moradia, as precárias oportunidades de lazer e trabalho, o difícil acesso a serviços públicos de qualidade, os vínculos familiares pouco estáveis, assim como a incerteza de garantia de segurança e sobrevivência em locais dominados por quadrilhas do narcotráfico. Foi pensando na amplitude do conceito de risco social e na dificuldade de defini-lo de forma mais específica que se estabeleceu um nó nas reflexões sobre a população objeto deste estudo – jovens de baixa renda do município do Rio de Janeiro – percebendo, enfim, os riscos que se corre em relacionar diretamente este conceito com situações de pobreza e descaso social.

A forma generalista na qual este conceito é definido, considerando os aspectos vinculados à pobreza como provocadores de risco social para a parcela da

população submetida a estas condições de precariedade, emite a idéia de que esta mesma população pode ser um fator de risco para aquela parcela de indivíduos com condições sociais mais favorecidas. Ou seja, será que todos os indivíduos submetidos a situações de pobreza e carência estão conseqüentemente em situação de risco social? Ou será que são estes os indivíduos que oferecem riscos à população em geral? Ou ainda, por que a expectativa que se têm para considerável parcela de crianças e jovens de baixa renda é a sua sucumbência psíquica ou o seu desmantelamento para a vida criminosa? Estas são algumas questões levantadas que levaram à construção deste problema de pesquisa, ou seja: vislumbrar, dentro do contexto social de jovens de camadas de baixa renda do Rio de Janeiro, um campo de possibilidades que promova seu desenvolvimento subjetivo, sua expressividade e seu reconhecimento, garantindo seu pertencimento e participação no espaço urbano.

A escolha deste tema para dissertação de mestrado originou-se da minha experiência clínica ambulatorial desenvolvida com crianças e adolescentes de baixa renda residentes no município do Rio de Janeiro, durante o curso de especialização na UFRJ-IPUB¹. A oportunidade de participar do *Programa de atendimento a crianças e adolescentes expostos a situações limites* proporcionou-me o relacionamento com uma população caracterizada, principalmente, pela exposição, contato ou envolvimento com situações de violência e perigo que colocam em risco a sua integridade física, psíquica, subjetiva ou social. A proposta inicial do programa foi o “atendimento de crianças, adolescentes e seus familiares expostos a situações limites em função da convivência com perigos pessoais, sociais ou psíquicos

¹ Curso de Especialização em Saúde Mental da Infância e da Adolescência do Instituto de Psiquiatria da UFRJ-IPUB, durante o período de março de 2001 a fevereiro de 2003

ocasionados pela aproximação ou envolvimento com drogas, violências, conflitos com a lei, dentre outros”.

Os questionamentos levantados naquela ocasião foram tratados na forma de monografia (*i.e.* ASSIS, 2003) e despertaram novas reflexões que iam além da questão clínica propriamente dita. A partir da clientela atendida no programa, percebeu-se uma tendência à manutenção do sofrimento psíquico e do sentimento de angústia, e a exposição a situações de risco como uma possibilidade de reconhecimento e expressão de subjetividade. Pode-se dizer que os mecanismos utilizados em suas manifestações seriam uma maneira encontrada de atuação e inscrição dos jovens em seus círculos de convivência e em seu meio social que, por sua vez, poderia denunciar a reprodução da realidade das condições de vida desta população.

Em consonância com o estudo anterior, a presente dissertação tem como objetivo geral mapear o campo de possibilidades destes jovens, a fim de vislumbrar seus circuitos de sociabilidade e de interação com a cidade, no caso o município do Rio de Janeiro, e perceber como eles se reconhecem e se apresentam no contexto da cidade. Para isso, torna-se imprescindível expor e discutir algumas idéias que fundamentam o problema e delineiam os objetivos específicos de compreender: (i) os aspectos considerados nas escolhas realizadas por esta população que delimitam seus percursos dentro do território urbano; (ii) a percepção e os sentimentos implicados em sua interação com a cidade e suas instâncias, com o outro e com o seu meio circundante; e (iii) como estes aspectos interferem na apropriação da cidade pelos jovens de baixa renda.

Acredita-se que a apropriação do espaço urbano e os sentimentos de pertencimento ocorrem na medida que se tem acesso à cidade, aos seus produtos e

às suas instâncias. Portanto, torna-se fundamental debruçar sobre os circuitos de sociabilidade desta população, uma vez que são definidos a partir dos sentimentos despertados e envolvidos ao longo da sua convivência com a cidade e dos recursos disponibilizados.

No entanto, antes de abordar questões diretamente relacionadas com o problema de pesquisa, faz-se necessário delinear algumas idéias que irão contextualizar esta discussão. Não se pretende investigar ou esgotar as idéias, mas apresentá-las enquanto referência para a argumentação posterior, visto que são considerações que perpassam, de certa forma, as questões que serão discutidas ao longo desta dissertação.

Ao pensar sobre o contexto social dos jovens que se pretende investigar e suas condições de vida, depara-se com um problema de dimensão ainda maior: a *exclusão social*. Mas esta idéia compreende múltiplas facetas que só podem ser analisadas levando-se em consideração a complexidade dos aspectos do mundo contemporâneo, tais como: a *globalização* que pela homogeneização, em escala mundial, das formas de reprodução do capital, tende a minimizar as diferenças culturais entre as nações, gerando, ao mesmo tempo, divergências em âmbito local; as *transformações dos modos de produção* cujos reflexos atingiram as relações de trabalho que apresentam vínculos mais fluidos, instáveis e assim desvalorizados, fomentando a competitividade, o subemprego e, ainda, o desemprego; os *avanços tecnológicos* e a *circulação cada vez mais acelerada de informações* que repercutem de forma diferenciada sobre a população, já que as condições sócio-econômicas são determinantes da eficácia do acesso aos bens tecnológicos e aos meios de informação; e, por fim, a *exacerbação do consumo*, aspecto apontado como

causador de exclusão, intimamente vinculado às possibilidades financeiras e à participação no mercado de trabalho.

Estes aspectos caracterizam as sociedades contemporâneas, sendo representados e reproduzidos no espaço urbano, repercutindo de forma negativa em um contingente significativo da população das grandes metrópoles. Isso acontece pela relação econômica que envolve estes aspectos, sugerindo que as transformações de ordem econômica atestam as transformações de âmbito social, as quais podemos destacar o individualismo, a pluralidade das relações sociais e, ao mesmo tempo, a fragilização e afrouxamento dos vínculos sociais.

Do ponto de vista econômico, não é difícil admitir que as mudanças sofridas nos sistemas de empregos, devido ao processo de globalização, deixaram grande parte da população fora do mercado formal de trabalho, além da impossibilidade de participar do mercado de consumo. Estas transformações são marcadas pela variedade de ofertas de serviços no setor terciário, pela proliferação do trabalho informal e pelo desemprego prolongado, que denunciam a redução de formas homogêneas de empregos baseados em provedor único e uma “(...) generalização de empregos precários que proporcionam rendas insuficientes, dando origem a crescentes desigualdades sociais e miséria crônica” (MINGIONE, 1998:678).

Diante de um Estado enfraquecido, cujo investimento em políticas públicas sociais são insuficientes para garantir o acesso a serviços básicos de qualidade – saúde, educação e habitação – que, em conjunto com situações de pobreza gerada pela baixa remuneração ou desemprego, colocam uma parcela significativa da população em situações de direitos violados. Desta forma, além do aspecto econômico, resultante da não-participação plena no mercado e da privação de bens de consumo, esta parcela da população também se encontra destituída de bens

simbólicos necessários para sua articulação e participação no mundo social, com acesso à educação, à cultura e às várias formas de lazer.

Atentar para a complexidade do fenômeno da exclusão social é necessário para avaliar o impacto de seus efeitos sobre uma população ainda mais vulnerável, qual seja, os jovens de baixa renda da cidade do Rio de Janeiro. Chama-se a atenção para a vulnerabilidade destes jovens diante dos aspectos que interagem e interferem na formação subjetiva dos indivíduos. Ou seja, na medida em que o indivíduo está em constante interação com seu meio, as situações vivenciadas a partir do relacionamento com outros atores sociais supõem uma participação ativa que produzem efeitos subjetivos. É neste movimento contínuo de apreensão de fatos externos da realidade que a subjetividade se constrói, e é neste sentido que cada sujeito torna-se unívoco em relação aos outros, se reconhece e se faz reconhecer dentro do espaço urbano.

Cassab (2001), na tentativa de compreender como os sujeitos comportam-se diante de situações de exclusão social, atenta para o fato de que o fenômeno da exclusão não possui um caráter intransitivo e não se impõe enquanto situação única e última, do contrário, o processo seria reduzido à dicotomia onde uns estão dentro e outros estão fora. Através de suas atuações no meio social, o indivíduo cria novas possibilidades de inclusão e não há como considerá-lo totalmente fora de qualquer circuito. Segundo a autora (*op. cit.*: 22), “(...) os sujeitos constroem, no curso de vida, portanto, em sua vivência, e nas experiências que integram com outros sujeitos na vida social, circuitos onde buscam estar”. Portanto, o sujeito, a partir de suas possibilidades de interação e circulação pela cidade, delinea e estabelece para si espaços de convivência e socialização onde se sente pertencente e atuante.

Segundo Sodré (1992), anuncia que a valorização da estética e da cultura de consumo, divulgada e transmitida pelos meios de comunicação de massa, produz um tipo de violência invisível, indireta, que diferencia e distancia os jovens de uma mesma sociedade. Esta é uma das formas que a exclusão social se estabelece entre indivíduos de mesma faixa etária, porém diferenciados quanto às possibilidades de consumo e estetização condizentes com as exigências sociais. No entanto, a exclusão não inviabiliza outras possibilidades de socialização que legitimam a cultura e os modos de vida locais. É nesta perspectiva que se pretende investigar os jovens pertencentes às camadas de baixa renda, na tentativa de compreender melhor os dispositivos que configuram a construção de alternativas para sua inclusão e participação em algum circuito social.

Os dispositivos utilizados muitas vezes não dizem respeito a formas positivas de interação social, levando os jovens a procurar atalhos que desembocam na criminalidade, caminho ilusório percorrido por muitos no desejo de pertencimento e participação na sociedade de consumo. Zaluar (1994), em pesquisa com jovens de uma comunidade de baixa renda do Rio de Janeiro, concluiu que a entrada no mundo do crime ocorre na tentativa de participar de um mundo totalmente valorizado. Portanto, a ilusão de ganhar dinheiro facilmente garante a entrada neste mundo onde a pessoa só é reconhecida e valorizada "(...) pelo que veste, pelo que tem, o que torna a pobreza ainda mais humilhante" (*op. cit.*: 113).

No entanto, existem outros caminhos que podem ser apontados enquanto tentativas positivas de inclusão social. Neste sentido, faz-se referência aos artigos de Souto e de Cecchetto, presentes na coletânea organizada por Vianna (1997), nos quais o *funk* é abordado enquanto um campo de possibilidades de expressividade, lazer, ampliação das fronteiras de socialização, legitimação de uma cultura própria e

simbolização da violência, além da garantia de uma atividade econômica para muitos jovens de comunidades carentes do Rio de Janeiro. Souto afirma que por meio do *funk*:

Intensificam-se as experiências de troca e o 'outro social' deixa de ser apenas o que hostiliza ou explora, para ser também o que partilha um código comum. Com jovens de classe média partilha da mesma dança, do mesmo som, de um mesmo repertório de gírias, de uma mesma emoção, de um mesmo habitus social, que se renova aos fins de semana através dos bailes (1997:82).

Estas considerações permitem reconhecer os circuitos de sociabilidade vislumbrados pelos jovens de baixa renda e que viabilizam sua atuação e participação, assim como sua expressividade no contexto da cidade. Nesse sentido, a proposta da presente dissertação visa abordar a peculiaridade dos aspectos contidos na interação do jovem com a cidade, na maneira como conduzem seus trajetos pelo espaço urbano, assim como na forma como realizam suas escolhas dentro de um campo de possibilidades maior que é apresentado pela cidade. Este trabalho, portanto, envolve (i) uma discussão teórica que apresenta diálogos entre vários autores contemporâneos que contribuem na formulação de reflexões acerca das relações estabelecidas na e com a cidade, salientando as condições dos jovens de baixa renda e (ii) uma análise empírica que visa compreender como os jovens, moradores de comunidades carentes do Rio de Janeiro, percebem a cidade e suas instâncias e demarcam os circuitos de sociabilidade dos quais participam e sentem-se pertencentes.

Refletir sobre estas relações implica compreender especificidades dos grandes centros urbanos no contemporâneo e como estas estão refletidas no cotidiano de seus habitantes. Pensar sobre a cidade exige considerar seus produtos, materiais e simbólicos, assim como suas instâncias, responsáveis por sua administração. Destrinchar estas questões torna-se fundamental para perceber a

maneira como o indivíduo se insere e se relaciona com o espaço urbano. Para isso, o primeiro capítulo é dedicado às questões referentes à cidade e seus aspectos na contemporaneidade e como ela interfere na subjetividade de seus habitantes.

O segundo capítulo discorre, mais especificamente, os campos de possibilidades apresentadas para jovens de classes economicamente desfavorecidas no contexto da cidade do Rio de Janeiro, levando em consideração aspectos que transitam através da cultura do consumo, do narcotráfico, do mercado de trabalho e das possibilidades de lazer. A idéia, portanto, é utilizar as contribuições de outros estudos para mapear os circuitos traçados pelos jovens, ressaltando o modo pelo qual constroem suas identidades a partir das interações que estabelecem no contexto urbano, ou seja, como se apropriam da cidade e quais dispositivos utilizam para se fazer reconhecidos neste espaço.

O terceiro e último capítulo é dedicado à investigação empírica, cujos dados apresentados foram colhidos a partir de 1300 entrevistas realizadas com jovens moradores de comunidades de baixa renda, localizadas em áreas periféricas da região metropolitana do Rio de Janeiro. Na análise foram utilizadas duas das dezenove questões que compunham o roteiro, as quais foram eleitas por compreender aspectos que retratam a maneira como estes jovens percebem a cidade e os sentimentos despertados a partir de sua circulação e interação com o espaço urbano. Esta análise torna-se relevante na medida que permite um confronto com a literatura, ilustrando ainda mais a realidade dos jovens pobres deste município. Os relatos que foram analisados quantitativa e qualitativamente retratam o campo de possibilidades que se apresenta para esta população, permitindo visualizar seus percursos e circuitos de socialização.

Portanto, além deste capítulo introdutório, a presente dissertação contém quatro capítulos, incluindo aquele dedicado às conclusões e considerações finais, nos quais procura-se fundamentar o problema, articulando a discussão teórica com os resultados obtidos por meio da investigação empírica, e assim atingir os objetivos propostos. Acredito, desse modo, poder contribuir não apenas para a compreensão da realidade de jovens pobres no contexto dos grandes centros urbanos, mas principalmente para o planejamento de estudos futuros através de questionamentos e reflexões sobre a transformação desta realidade.

2 A CIDADE E A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

2.1 Considerações sobre a dinâmica sócio-espacial

Discutir e elaborar um discurso sobre a cidade no contemporâneo, considerando-se a diversidade de fatores e argumentos intrincados relativos à sua dimensão, estrutura e à sua dinâmica, exige uma dispendiosa análise à qual não nos propomos nesta dissertação. No entanto, faz-se necessário ressaltar e discutir alguns aspectos que fundamentam as propostas deste estudo e a problemática aqui levantada, quais sejam identificar os percursos traçados por jovens pobres na cidade e o modo como constroem e delineiam seus circuitos de sociabilidade. Sobre a cidade, buscaremos compreender não apenas os aspectos físicos e materiais, mas principalmente os aspectos sociais e simbólicos embutidos em sua dinâmica, implicados nas relações entre os seus habitantes.

Pensar sobre a cidade significa considerar uma dimensão física profundamente articulada e comprometida com uma dimensão social. Considerar cada uma destas dimensões isoladamente, de forma independente, implicará em uma reflexão superficial, simplista, quando não ingênua, pois é visível em cada canto da cidade e em sua história a presença e a participação de seus habitantes na sua construção física, assim como na construção de sua estrutura social. A disposição e dinâmica das ruas, bairros e comunidades; a arquitetura das edificações em cada localidade; os meios de comunicação e de locomoção que interligam uma variedade de locais; as praças; os parques; os edifícios, etc.; são aspectos físicos da cidade que ganham vida e sentido a partir da presença dos cidadãos, testemunhos desta obra histórica que é a cidade. Aos espaços ou lugares meramente físicos que constituem a cidade sobrepõem-se os espaços sociais, que se transformam ainda

em espaços públicos, na medida em que não são apenas habitados, mas mediados por aqueles que com eles se identificam e deles participam.

Neste sentido, analisaremos a cidade a partir de uma perspectiva sócio-espacial, na qual são consideradas as contribuições e intervenções sociais na construção e definição do espaço urbano.

Esta perspectiva adquiriu relevância com os estudiosos da Teoria Crítica Social que destacaram a importância da dialética tempo-espaço na formação das sociedades humanas. Suas argumentações revelam que as ações e práticas sociais e/ou coletivas são responsáveis pela produção e transformação não apenas da história, mas também da geografia humana, sugerindo, portanto, outra noção de espaço. O espaço é afirmado como algo dinâmico, fluido, ativo, mutável, em contraposição a um espaço mensurável, fixo, morto. O espaço ganha vida na medida em que é habitado por sujeitos em constante interação uns com os outros, atuando e participando de inúmeras situações que ocorrem dentro de seus limites geográficos. Portanto, é assim que se consolidam as cidades ou espaços urbanos.

Edward Soja traz contribuições preciosas a respeito da constituição do espaço urbano, segundo a abordagem da Teoria Crítica Social, reunindo idéias desenvolvidas por teóricos influenciados pelo marxismo ocidental, dentre eles Henri Lefebvre, Foucault e M. Castells. Os argumentos demonstram e apresentam conceitos variados, nem sempre concordantes, que caracterizam as especificidades do espaço urbano, a fim de esclarecer as distinções entre espaço físico concebido (material) e espaço socialmente construído (simbólico). Assim sendo, o primeiro aspecto remete, principalmente, a um mapeamento da cidade ou à natureza topográfica do espaço, enquanto o segundo refere-se às ações, transformações e adaptações humanas que conferem sentido àquele espaço meramente físico. Soja

(1993: 105), que utiliza o termo espacialidade para especificar o espaço socialmente construído, cita Castells na tentativa de esclarecer esta distinção.

(...) O espaço é um produto material relacionado com outros elementos – entre outros, os homens, que entram, eles próprios, em determinadas relações sociais, que conferem ao espaço (e aos outros elementos da combinação) uma forma, uma função e uma significação social. Ele não é, portanto, uma mera oportunidade à disposição da estrutura social, mas uma expressão concreta de cada conjunto histórico em que uma sociedade é especificada (...).

Ainda em referência às contribuições teóricas organizadas por Soja (*op. cit.*), verificamos que as grandes metrópoles constituíram-se a partir de interesses capitalistas de expansão da industrialização, acumulação de capital, controle dos sistemas e meios de produção, sofrendo transformações na medida em que se fez necessário estabilizar as crises ocorridas no sistema capitalista. A urbanização do espaço e, conseqüentemente, sua organização social ocorreram no sentido de preservar e reproduzir as concepções e artimanhas deste sistema. Segundo esta concepção, Preteceille (1996:33) argumenta:

Pelo seu tamanho e sua estrutura econômica complexa e diversificada, pelo nível de suas infra-estruturas e de sua acessibilidade, pelas vantagens específicas que oferecem, elas [as grandes metrópoles] constituem pontos nodais primordiais da globalização econômica e oferecem às empresas, sobretudo às multinacionais e a todas as que lhes são associadas, localizações estratégicas dificilmente reprodutíveis em outro lugar.

Desse modo, as grandes cidades tornam-se o lócus privilegiado para a manutenção do capitalismo e, segundo Soja (*id. Ibidem.:115*), para “a reprodução do sistema dominante de relações sociais”. Referindo-se ao pensamento de Lefebvre, Soja ressalta que:

(...) o espaço socialmente produzido (essencialmente, o espaço urbanizado do capitalismo tardio, mesmo no campo) é onde se reproduzem as relações dominantes de produção. Elas são reproduzidas numa espacialidade concretizada e criada, que tem sido progressivamente “ocupada” por um capitalismo que avança, fragmentada em pedaços, homogeneizada em mercadorias

distintas, organizada em posições de controle e ampliada para a escala global. A sobrevivência do capitalismo tem dependido dessa produção e ocupação distintas de um espaço fragmentado, homogeneizado e hierarquicamente estruturado – obtido, sobretudo, através do consumo coletivo burocraticamente controlado (isto é, controlado pelo Estado), da diferenciação entre os centros e as periferias em escalas múltiplas, e da penetração do poder estatal na vida cotidiana (p. 115).

A imagem da cidade revela-se através de recortes e fragmentações que compõem o cenário urbano cujas fronteiras são visivelmente marcantes, abarcando paisagens diversas e díspares. Encontramos, assim, áreas comerciais e empresariais, onde predominam atividades de consumo e a circulação de capital e de informação. Estas áreas exibem uma geografia densa, marcada pela concentração de edifícios imponentes e de grandes avenidas por onde trafega, incessantemente, um enorme contingente de pessoas e veículos. Em seu entorno encontramos áreas destinadas, principalmente, à moradia, nas quais o fluxo e movimentação de produtos, pessoas, veículos, etc., é quase imperceptível comparando-se com o núcleo central da cidade. No entanto, estas áreas residenciais também apresentam paisagens diferenciadas e contrastantes entre si, devido aos interesses e investimentos financeiros que definem a diversidade e qualidade de infra-estrutura sanitária e habitacional, de transportes coletivos e de produtos e serviços que se encontram à disposição de seus moradores. Preteceille (1996:26) revela que o mercado imobiliário é um dos agentes responsáveis pelas disparidades percebidas nas paisagens urbanas, principalmente nos espaços residenciais.

(...) os preços dos terrenos e das moradias se hierarquizam em função das localizações mais agradáveis, as famílias escolhem as melhores habitações que lhes sejam acessíveis por meio de seus recursos; portanto, a estrutura espacial reflete a divisão social em classes.

Complementando esta idéia, Fridman (1994:10) acrescenta que:

As formas pelas quais o meio ambiente construído é produzido, podem redefinir as relações de propriedade da terra (...) que são distintas segundo as classes de renda. A sociedade é segregada espacialmente, assim há vários modos de produção no espaço. (...) O preço da terra e da moradia será determinado pela correlação de forças políticas dos diversos agentes econômicos.

As cidades contemporâneas, organizadas para atender aos interesses da sociedade capitalista, estruturam-se na esfera do consumo, da reprodução e da circulação de bens. A diversidade de oportunidades que a cidade apresenta dificilmente é apreendida em sua totalidade; seus produtos, serviços e atrativos são desigualmente distribuídos pelo espaço urbano, seguindo uma lógica do capital. Assim sendo, algumas regiões manifestam maiores investimentos que outras, devido ao poder aquisitivo daqueles que as ocupam. É neste sentido que se reproduz no espaço urbano as fragmentações e segmentações sócio-espaciais.

Verifica-se, pois, que a distribuição desigual do capital provoca, por sua vez, uma circulação e apropriação do território também desigual, refletindo as relações de poder e as contradições da sociedade capitalista. A maneira pela qual a cidade é apreendida por seus habitantes não acontece passivamente, revela conflitos e negociações que vão demarcando os espaços e territórios por onde estes circulam e atuam. Portanto, a valorização de determinadas regiões pode significar a segregação daqueles indivíduos economicamente desfavorecidos, assim como, os segmentos da população economicamente favorecidos deslocam-se para os espaços mais valorizados, distanciando-se das regiões mais empobrecidas da cidade.

As favelas e os bairros de baixa renda exemplificam estas afirmativas. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, sabe-se que a constituição destas localidades no cenário urbano ocorreu, historicamente, a partir de políticas que visavam à exclusão e à remoção dos segmentos pobres para áreas periféricas ou

locais geograficamente desprivilegiados ou inadequados aos interesses imobiliários. Estas ações, que já ocorriam no início do século passado, evidenciam os artifícios utilizados em nome da especulação imobiliária e dos interesses do capital e do Estado.

A remoção e o deslocamento desta população em desvantagem sócio-econômica por diversas regiões da cidade, que ora eram desvalorizadas e ora revalorizadas, não se deu sem confrontos ou manifestações sociais. As inúmeras tentativas do Estado para erradicar estes aglomerados de exclusão não foram suficientes para eliminá-los totalmente do cenário urbano. Mesmo conseguindo transferir grande parte desta população para áreas suburbanas ou periféricas, ainda é visível a presença de uma variedade de favelas no centro ou núcleo urbano.

A resistência por parte desta população em permanecer nestas localidades não aconteceu e nem acontece por acaso, demonstrando, pelas suas atuações, uma tentativa de apropriação destes espaços e de apreensão da cidade. Abreu (1994: 42) revela, ainda, um caráter histórico vinculado a esta luta pelo espaço e à resistência das favelas:

(...) a permanência e difusão da favela no cenário carioca deve ser entendida também como a materialização de uma verdadeira luta que os grupos mais pobres do Rio de Janeiro travaram no início do século pelo direito à cidade, uma luta que, na realidade, mantém-se até hoje.

A possibilidade de habitar as regiões centrais da cidade garante maior acessibilidade aos produtos e serviços urbanos, como as redes públicas de educação e saúde e de transportes coletivos. Além disso, são os núcleos urbanos que oferecem maiores oportunidades de geração de renda e de empregabilidade. Portanto, manter-se nas proximidades do local de trabalho e dos equipamentos e

serviços coletivos assegura, de certa forma, melhor qualidade de vida e maior participação no espaço urbano.

Os territórios da cidade são, portanto, valorizados e reconhecidos através do fluxo do capital que viabiliza a concentração de bens e serviços de consumo coletivo e a qualidade de vida de seus usuários. Desse modo, as áreas centrais são caracterizadas pela diversidade de produtos e objetos que predomina em seu cenário, além dos equipamentos de informação, de cultura e de lazer, enquanto as áreas periféricas são diferenciadas pela rarefação de seu espaço sócio-cultural devido à inexistência e desqualificação de instrumentos e serviços culturais, de informação e comunicação, e pela degradação de seu espaço físico, visivelmente aparente nas habitações e nas vias públicas. É marcante, pois, a maneira como as grandes metrópoles se estruturam a partir de uma polaridade geográfica ou espacial – centro e periferia, análoga àquela de estrutura social – ricos e pobres. Esta dinâmica gerada por fatores econômicos que incidem no espaço urbano é confirmada por Wagner Iglesias, em seu artigo “Impactos da mundialização sobre uma metrópole periférica”, o qual faz referências específicas à metrópole paulistana:

(...) o caso aqui abordado aponta não exatamente para uma cidade e, conseqüentemente, uma sociedade, extremamente polarizada entre ricos e pobres, entre globalizados e excluídos, ou entre *insiders* e desconectados, mas mais propriamente para a construção, a partir da crescente desigualdade sócio-econômica entre os diversos grupos urbanos, de uma espacialidade caleidoscópica, profundamente dividida em territorialidades com lógicas econômicas e sociais muito particulares e muito distintas no tocante a suas relações com os fluxos de mundialização do capital (2002: 65).

Verificamos, pois, que o espaço urbano enquanto locus do capital e do consumo segrega e produz desigualdades não apenas de ordem econômica, refletindo nas relações hierarquicamente constituídas entre as classes sociais, mas territorialmente, uma vez que o capital é investido em áreas centrais, onde se

concentra a grande parte da riqueza urbana. Ou seja, a cidade apresenta, por um lado, regiões altamente valorizadas, onde se circula o capital e o maior número de oportunidades, produtos e serviços urbanos (centro) e, por outro lado, regiões desvalorizadas economicamente, desinvestidas e isoladas das áreas centrais, regiões nas quais residem a maior parte da população pauperizada da cidade (periferia). Neste contexto, é notável a interferência do sistema capitalista na organização do espaço urbano, reproduzindo na estrutura espacial das cidades a mesma lógica hierárquica das estruturas de classe. Assim, nos sugere Soja (*id. Ibidem*: 99):

(...) essa homologia espaço-classe pode ser verificada na divisão regionalizada do espaço organizado em centros dominantes e periferias subordinadas, em relações espaciais de produção socialmente criadas e polarizadas, captáveis com maior precisão no conceito de desenvolvimento geograficamente desigual. Essa conceituação dos vínculos entre a diferenciação social e espacial não implica que as relações espaciais de produção ou a estrutura centro-periferia sejam separadas e independentes das relações sociais de produção, das relações de classe. Ao contrário, os dois conjuntos de relações estruturadas (o social e o espacial) são não apenas homólogos, no sentido de provirem das mesmas origens no modo de produção, como também dialeticamente inseparáveis.

Villaschi Filho e Medeiros (1990:90) mencionam uma variação não apenas da distribuição populacional, mas também da “distribuição de recursos e ‘valores’ sobre o território” (grifos do autor), como conseqüências de uma sociedade que se complexifica a cada dia a partir dos avanços tecnológicos que estabelecem novas possibilidades de controle da natureza e, assim, novas possibilidades de comunicação e interação social. As transformações vivenciadas no e pelo espaço urbano, devido a fatores econômicos que traduzem os interesses de uma elite dominante que dita padrões de consumo, de estilo de vida e de formas e meios de comunicação, produzem um distanciamento social e reproduzem as relações de

poder características de uma sociedade capitalista. A esse respeito, Soja (op.cit.: 186) afirma que:

(...) A especificidade do urbano é definida, pois, não como uma realidade separada, com suas próprias regras sociais e espaciais de formação e transformação, ou meramente como um reflexo e uma imposição da ordem social. O urbano é uma parte integrante e uma particularização da generalização contextual mais fundamental sobre a espacialidade social. O urbano é permeado por relações de poder, relações de dominação e subordinação, que canalizam a diferenciação regional e o regionalismo, a territorialidade e o desenvolvimento desigual e as rotinas e revoluções, em muitas escalas diferentes.

As relações de poder são projetadas sobre o espaço urbano reproduzindo desigualdades e acentuando as lutas e negociações pela apropriação do espaço e de seus equipamentos sociais. Neste sentido, aqueles indivíduos que habitam as regiões periféricas da cidade, além da desvantagem econômica, sofrem também com a desvantagem sócio-espacial, na medida em que grande parte deles encontra-se em situação de isolamento e estagnação social e cultural. Remy (1993:103) alerta que:

(...) a tendência dominante da estrutura social gera uma exclusão das minorias não integradas nos jogos que se tornam cada vez mais complexos e codificados. A exclusão leva ao distanciamento social. Certas periferias são marcadas pelo desemprego e pela falta de espaços coletivos apropriados. Esta dupla conjuntura não favorece nem a iniciativa, nem a imaginação. O seu isolamento espacial faz com que os excluídos não façam parte do universo de trocas e de encontros daqueles que estão implicados no jogo dominante. Não se faz mais conhecimento recíproco, senão através de estereótipos.

Mais uma vez, torna-se evidente a dialética sócio-espacial presente na estrutura das grandes metrópoles urbanas. O território torna-se mais um instrumento a serviço do capital, sofrendo especulações financeiras que depositam nele um valor de acordo com as demandas do mercado. Enquanto alguns locais são profundamente investidos em termos de infra-estrutura urbana e possibilidades de consumo de bens materiais e simbólicos, outros são depreciados, configurando uma

precariedade e escassez de possibilidades de trocas sociais e simbólicas e de participação em determinados espaços sócio-culturais. Na medida em que o território é subjugado por estratégias convenientes à expansão e acumulação do capital, o caráter econômico ou financeiro adquire conotações simbólicas, definindo o status de cada localidade e de seus habitantes, por meio de códigos socialmente valorizados. Segundo Castro (2004: 26):

A cidade é excessiva porque produz mais do que se pode assimilar. Para ela convergem a multiplicidade e a diversidade das trocas sociais no contemporâneo. Nela se instalam as inúmeras possibilidades de conhecimento, educação, lazer, diversão e informação, como também emprego e capacitação profissional. A cidade contemporânea torna-se o cosmos, o universo imenso e variado codificado em símbolos, que significam status, poder, distinção e estilos de vida.

Assim sendo, pode-se afirmar que as relações e trocas sociais são ordenadas e reproduzidas de acordo com as determinações do capital que estabelecem códigos simbólicos que interferem no grau de distanciamento ou de proximidade entre os cidadãos de uma mesma cidade, assim como interferem na maneira como os habitantes apreendem o espaço urbano e delimitam os circuitos de sociabilidade dos quais participam.

O Estado é apontado como responsável pela reprodução desta dinâmica de polarização, segmentação e desigualdades sócio-espaciais que se perpetua nos grandes centros urbanos. Justamente o Estado, que deveria garantir e prover indiscriminadamente os direitos civis, políticos e sociais da população, demonstra que ao gerenciar os interesses do capital "(...) refuta as idéias de uma reelaboração da dimensão política e ignora as demandas da maioria da população urbana" (Iglesias, 2002:64). Villaschi Filho e Medeiros (1990) complementam esta idéia concluindo que cabe ao Estado remediar ou corrigir, utilizando o termo empregado pelos autores, "as disfunções urbanas". No entanto, alertam:

(...) a própria lógica interna do capitalismo é a principal causa das carências relativas do meio urbano, a serem corrigidas pela ação do Estado, e que tal ação não está geralmente voltada para a resolução dessa contradição e sim para a produção de novos e mais altos níveis de acumulação (op.cit.: 110).

O Estado é visto, portanto, como uma instância reguladora da sociedade, que contribui para a implantação e imposição de um capitalismo perverso, cujos efeitos ou impactos favorecem a desagregação do próprio processo de urbanização devido ao crescimento desordenado dos grandes centros urbanos, e a ruptura causada pelos avanços tecno-científicos "(...) que tornam obsoletas não só as estruturas urbanas anteriores como as formas de comunicação e sociabilidade a elas correspondentes (...)" (MAGNANI, 1999:103).

O contexto que se consolida apresenta a cidade enquanto locus que produz desigualdades e segregações, funcionando de acordo com a lógica capitalista que, subsidiada pelo Estado, transforma o espaço urbano em um espaço voltado para o consumo e acúmulo de capital. O econômico impera sob as relações sociais e contribui para o surgimento de polaridades sócio-espaciais, que encerram e guetificam os indivíduos em territórios e segmentos segundo os quais são identificados e reconhecidos, não pelo convívio, mas por imagens estereotipadas vinculadas ao seu meio e origem social. Desse modo, verificamos que um contingente considerável da população das grandes cidades encontra-se desprovido de seus direitos de cidadãos que incluem não apenas os direitos políticos e sociais, mas os seus direitos civis que se referem especificamente à noção de liberdade individual, como o direito de expressão, de circulação, à propriedade, etc. Os residentes de áreas periféricas não têm garantido o acesso às redes de serviços e bens indispensáveis para a sobrevivência e a qualidade de vida nas grandes

idades, como equipamentos de infra-estrutura urbana, de transportes, de educação e de saúde. Do mesmo modo, encontram-se desfavorecidos quanto à possibilidade de consumo de bens simbólicos, relacionados a equipamentos culturais, de lazer, de informação e de comunicação.

2.2 Circulação, participação e construção do espaço urbano

Viver na cidade grande significa fazer valer os seus direitos de cidadão; portanto, não basta apenas ocupar o espaço, mas participar e atuar nele. Significa também viver em interação com o outro, cumprindo deveres e respeitando leis e normas que regem a vida em sociedade. Refletindo sobre a lógica capitalista que provoca segregação e desigualdades sócio-econômicas, limitando os indivíduos aos seus locais e segmentos de origem, percebemos o quanto estes deparam-se com impossibilidades ou, no mínimo, dificuldades de mobilidade social e espacial e de acesso à diversidade de produtos e bens de consumo difundidos na cidade. Ou seja, estes indivíduos segregados sócio-espacialmente estão privados de seus direitos de cidadão, pois encontram-se excluídos ou relegados de um convívio social mais amplo, assim como de uma plena participação das experiências cidadinas.

Poder experienciar a vida urbana implica, inevitavelmente, conhecer e vivenciar a cidade. Para isso é necessário explorar a cidade por entre seus diversos espaços; apreender e desfrutar das oportunidades que a cidade oferece; conviver e interagir com a diversidade e pluralidade de produtos, de relações e de trocas sociais; identificar-se com lugares, indivíduos, códigos sociais, costumes e crenças, etc. Estes requisitos supõem estar em atividade ou atuar sob o espaço urbano, o

que é fundamental não apenas para apreendê-lo, mas compreendê-lo e tornar-se parte dele.

O espaço ganha vida a partir de sua ocupação que, certamente, pressupõe a interação e a atividade humana. São, portanto, as atuações que se dão no âmbito social que certificam o viver na cidade e a apropriação do espaço, sua transformação e adaptação de acordo com as demandas e projetos de seus habitantes. É atuando nos limites deste espaço que o indivíduo lhe confere sentido e valor, identifica-se e desenvolve um sentimento de pertencimento à cidade.

Transitar e circular pela cidade grande exige, por sua vez, realizar escolhas, pois não há como apreendê-la em sua totalidade, complexidade e diversidade. O espaço urbano apresenta uma infinidade de combinações de oportunidades de lazer, de cultura, de consumo, de educação, de informação e de atividades laborais, que são incorporadas aos projetos de vida de grupos e indivíduos a partir de suas condições sócio-econômicas, seus interesses e pelo valor simbólico que estas oportunidades representam. Ou seja, as escolhas são contextualizadas, mas não condicionadas ou determinadas, por condições etárias, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas, etc., que, previamente, identificam e vinculam os indivíduos, traduzindo, pois, signos de poder, status e estilos de vida. Os movimentos de segregação traduzem, pois, agrupamentos de indivíduos que se distinguem a partir de afinidades de valores, códigos sociais e de estilos de vida. É neste sentido que a guetificação ou segregação desfavorece o direito à cidadania, pois restringe as possibilidades de o sujeito ampliar suas fronteiras, conviver e conhecer diferenças, aspirar a novas conquistas.

As grandes cidades revelam uma complexidade de interações e trocas sociais envolvendo, não apenas seus habitantes, mas também atores institucionais e

instâncias políticas organizados e articulados de acordo com interesses e lógicas sociais diversas. Neste caso, o campo de escolhas e identificações possíveis aos indivíduos limita-se quanto maiores são suas restrições políticas e econômicas. As condições políticas, sociais e econômicas de grande parte da população de baixa renda, principalmente aquela residente em áreas periféricas da cidade, refletem-se na precariedade e limitações de seus campos de possibilidades de trocas e participação social. O constrangimento de seus percursos e a circunscrição de seus espaços sociais se deve não apenas às suas dificuldades financeiras, mas também à distância de seus locais de moradia em relação às áreas centrais, à negligência dos poderes públicos, à carência de investimentos de serviços e infra-estrutura urbana nestas localidades, etc. Em outro sentido, os constrangimentos impostos pela segregação sócio-espacial salientam os laços comunitários, as identificações entre os indivíduos e com valores que lhes são próprios e o sentimento de pertencimento a determinado território.

Contudo, a guetificação não é um fenômeno que ocorre apenas entre os indivíduos economicamente desfavorecidos, apresentando-se também entre os mais abastados. Mas, neste contexto, trata-se de uma auto-segregação, pois envolve uma escolha voluntária e não um constrangimento de possibilidades devido a fatores econômicos.

A capacidade de escolher a localização residencial é evidentemente tanto maior quanto mais elevada for a renda das famílias, que podem assim ter acesso a uma oferta de moradias e de lugares mais diversificada. (...) Há portanto sólidas interdependências entre os processos estruturais e as escolhas individuais na produção das divisões sociais do espaço (PRETECEILLE, 1996:32).

A auto-segregação atesta as identificações que os indivíduos de classes mais altas realizam entre si a partir de códigos e interesses comuns, controlando o espaço

urbano de forma a manter-se afastados daqueles que, por motivos estigmatizantes, não se deseja um convívio próximo. Para estes grupos, o distanciamento dos núcleos urbanos não se coloca enquanto um problema, justamente por possuírem uma situação econômica privilegiada, podem contar com meios de locomoção próprio, independentes dos serviços de transporte público. O distanciamento favorece, pois, o encerramento em espaços cada vez mais privados, construídos com a finalidade de proteger, isolar e evitar a aproximação daqueles a quem se teme, se é indiferente ou se tem desprezo, considerados estranhos ou perigosos. Estes aspectos podem ser percebidos nos condomínios fechados, nos shoppings centers, nos centros empresariais, etc., locais cuja dinâmica é assegurada pela presença de sistemas de segurança privatizados. Além disso, estes locais apresentam uma diversidade de serviços privados que garantem, não apenas a segurança, mas o conforto, o bem-estar e a comodidade de seus usuários.

Circular pela cidade implica disputar, ou melhor, negociar com os outros que a habitam, a sua inclusão em determinados circuitos sociais. Magnani (1992) identifica e discute determinadas categorias que determinam e especificam as diversas possibilidades de se apropriar do espaço urbano. Quando conceitua os significados de pedaço, mancha, trajeto e pórtico, o autor aponta para a construção de laços e vínculos sociais que se consolidam nestes subespaços urbanos, a partir de escolhas e identificações com elementos de ordem espacial, localizando e delimitando estes locais através de referenciais físicos; e com elementos de ordem simbólica, que agrupam os indivíduos a partir de objetivos e valores comuns, como “laços de parentesco, vizinhança, procedência, vínculos definidos por participação em atividades comunitárias e desportivas, etc.” (*op. cit.*: 193). Estes referenciais (físicos e simbólicos) viabilizam, portanto, identificar o grau de pertencimento do sujeito

àquele determinado espaço social. Considerando estas escolhas e identificações, realizadas num âmbito ainda maior, ou seja, o espaço urbano, que é possível ao indivíduo traçar seus percursos e delimitar seus espaços ou circuitos de convivência e de sociabilidade, ocupando territórios dos quais se sente pertencente. Segundo Magnani (1992):

A cidade, contudo, não é um aglomerado de pontos, pedaços ou manchas excludentes: as pessoas circulam entre eles, fazem suas escolhas entre várias alternativas – este ou aquele, este e aquele e depois aquele outro – de acordo com determinada lógica; mesmo quando se dirigem a seu pedaço favorito, no interior de determinada mancha, seguem caminhos que não são aleatórios. Estamos falando de trajetos (p.197). (...) Trajeto une pontos complementares, alternativos ou antagônicos na paisagem urbana como resultado da aplicação de uma lógica de compatibilidades (p. 201).

O “direito à cidade” não acontece, pois, de forma passiva, exige a todo tempo uma implicação do sujeito, seja nas escolhas e locomoções que realiza, no contato e interação com os demais habitantes, seja na negociação e conquista de territórios. Cassab (2001) adota a idéia de negociação para se referir aos dispositivos adotados pelos indivíduos, em seus percursos pela cidade, na apropriação de determinados espaços de socialização e convivência com outros indivíduos. Estes dispositivos de negociação não só facilitam, mas traduzem escolhas identificatórias que viabilizam a construção de subjetividades, além de dar visibilidade e garantir a existência de diversos segmentos sociais, com contribuições culturais específicas, dentro do mesmo espaço urbano. É neste sentido que podemos afirmar que, mesmo numa situação de exclusão e marginalização, é possível a participação e inclusão em circuitos sócio-culturais não oficiais ou dominantes. Desse modo, esta autora mostra que:

A idéia de negociação é de fundamental importância para que possamos perceber as múltiplas formas que os sujeitos criam de resistência à aniquilação que os violentos processos de exclusão

social produzem. (...) Na negociação cotidiana de seu espaço no tecido da cidade, esses segmentos adquirem certa visibilidade e tramam uma determinada cultura, presente nos circuitos de uma outra, tida como oficial e veiculada, por exemplo, através dos meios de comunicação de massa (CASSAB: 2001: 35).

É certo que o tráfego por estes percursos envolve, portanto, conflitos e lutas entre classes sociais, entre grupos com ideais diversos e entre indivíduos considerados estranhos ou inimigos. Ou seja, trata-se de uma infindável competição entre “nós” e “eles”, como nos coloca Castro (2004:32), “pelos espaços, pelos recursos e pelos poderes que se entrelaçam e tecem a vida urbana”. Conseqüentemente, esta competição que polariza as relações dentro dos limites da cidade produz, por outro lado, espaços homogeneizados em sua dinâmica interna que enfatizam culturas locais, valores e modos de vida com os quais os indivíduos se identificam e se reconhecem, sejam eles pobres ou ricos, nós ou eles.

Lefebvre (apud Soja, 1993) evoca o “direito à cidade”, essencialmente, enquanto uma luta social, uma luta de classes, que deve incluir todos aqueles pertencentes a grupos minoritários, excluídos dos sistemas que produzem e controlam o espaço urbano. Como nos relata Soja a respeito das idéias deste autor:

[A luta] precisa incluir todos os que são explorados, dominados e “periferalizados” pela organização espacial impositiva do capitalismo tardio: os camponeses sem terra, a pequena burguesia proletarizada, as mulheres, os estudantes, as minorias raciais e também a própria classe trabalhadora. Nos países capitalistas tardios, afirma Lefebvre, a luta assumirá a forma de uma “revolução urbana”, combatendo pelo *droit à la ville* [direito à cidade] e pelo controle da *vie quotidienne* dentro da estrutura territorial do Estado capitalista. Nos países menos industrializados, ela também se concentrará na liberação e na reconstrução territoriais, na assunção do controle da produção do espaço e de seu sistema polarizado de centros dominantes e periferias dependentes, dentro da estrutura global do capitalismo (*op. cit.* 115-116).

Negociar e lutar pela conquista e controle do espaço faz valer os direitos de cidadania, faz valer as escolhas e projetos almejados por cada habitante da cidade;

portanto remete a uma conotação ainda mais significativa, o controle e a participação nos destinos de sua própria vida.

No entanto, circular pela cidade e lutar pelo direito de consumir e usufruir seus produtos e bens materiais, assim como suas instituições, seus equipamentos e aparatos sociais e simbólicos, significa ter à disposição recursos, subjetivos e econômicos. Conhecer e lidar com o outro, transitar por locais desconhecidos e novos, exige dispositivos intrínsecos ao sujeito que o possibilitam decifrar ou reconhecer situações de perigo ou constrangimento. Lidar com o inesperado evoca mecanismos e sentimentos de prontidão e de sagacidade adquiridos somente por meio da experimentação, ou seja, pela prática e exploração de vivências que se dão no espaço urbano.

Viver na cidade e apreendê-la sugere arriscar-se nesta atividade exploratória, colocar-se diante do novo, do desconhecido, do perigoso. Circular por entre territórios significa lançar-se por caminhos salientes e acidentais que podem levar a destinos imprevistos mas, no entanto, esta atividade favorece a construção e elaboração de recursos internos necessários para a interpretação e compreensão da dinâmica da vida urbana.

É possível inferir a importância ou a vantagem de se dispor destes recursos quando se vive em uma grande cidade. Decerto, contar com recursos financeiros facilita a circulação e o consumo de bens que a cidade oferece, porém não garantem a promoção destas habilidades requeridas no convívio urbano. O dinheiro possibilita a individuação, a autonomia de mobilidade, uma vez que viabiliza, a partir do poder de compra, usufruir os serviços e bens culturais e de lazer disponibilizados na cidade, assim como permite o trânsito por entre espaços nos quais a finalidade máxima é o consumo. Portanto, cinemas, teatros, livrarias, restaurantes e boates,

tornam-se ambientes restritos à parcela elitizada da população. No entanto, vale lembrar que estes locais são construídos para o consumo, tornando-se, assim, ambientes artificiais, prontos, dos quais é possível afastar ou conter qualquer situação de imprevisibilidade. Neste caso, destacamos os *shopping-centers* enquanto modelo máximo destes espaços artificializados. Geralmente os *shoppings* são obras monumentais, construídos em analogia à lógica das cidades, onde se localizam bares e restaurantes, boates, lojas, bancos, praças, etc., sendo possível portanto realizar diversas atividades, dentro de um mesmo ambiente (comprar roupas e acessórios, comer e beber, sacar dinheiro e pagar contas, encontrar pessoas e divertir-se).

Entretanto, estes locais artificialmente construídos onde tudo é, ou quase é, previsível, desfavorece, por sua vez, a apreensão da dinâmica da cidade, a elaboração de dispositivos sociais e psíquicos que decifram sinais e códigos, reconhecendo e antecipando situações de perigo. A partir do momento em que se apreende a cidade, em suas relações mais intrínsecas, é possível àqueles que nela habitam conferir-lhe sentido e significações. Significar o espaço e conferir sentido a vida urbana confere, por projeção, sentido ao mundo e à própria vida.

Castro sintetiza estas idéias afirmando que:

(...) Agir, dizer, compreender – que necessariamente são construídos com os outros, implicam disputa e negociação inesgotáveis, pois necessitam ser refeitos a cada instante novo. Assim, na contramão da existência previsível, que afasta o esforço da busca de compreensão do mundo, se é jogado à contínua negociação com os outros para tornar a moradia no mundo suportável, porque inteligível” (2004:57).

As atividades realizadas no espaço urbano, que envolve inúmeras estratégias de negociação e interação social, delineiam, portanto, os circuitos por onde se torna possível transitar. Neste sentido, os indivíduos não apenas ocupam e habitam o

espaço físico das cidades, mas identificam-se a partir de escolhas e objetivos comuns os quais remetem a significações sobre o próprio território que orienta a construção de redes de sociabilidade. Desenvolve-se assim o sentimento de pertencimento que, tal como Iglesias (2002: 65) afirma, significa:

Viver a cidade tal qual a vive o *flâneur*, por exemplo é andar pelo passeio público, é deslocar o corpo no espaço, é interagir, conhecer e reconhecer o outro, exercitar e desenvolver atividades a partir do encontro com o diverso, apreender a materialidade urbana (...)

Pertencer à cidade implica ainda agir sobre ela, responsabilizar-se tanto pela construção de sua obra física, quanto das relações ali inerentes; é a possibilidade de criar, transformar, reconstruir espaços de acordo com os projetos e interesses que ali se deseja realizar; é fazer valer, portanto, o seu “direito à cidade” ou os seus direitos de cidadão.

Em relação aos jovens de baixa renda, faz-se necessário compreender o modo pelo qual fazem uso do espaço urbano. No próximo capítulo, buscaremos analisar, a partir das considerações a respeito da dinâmica das cidades contemporâneas, as possibilidades de inclusão destes jovens em espaços sociais ou circuitos de sociabilidades que lhes são pertinentes. Neste sentido, verificaremos os percursos traçados, os dispositivos acionados na apreensão do espaço urbano e os modos de atuação e expressividade deste segmento que tende a ser negligenciado pelos poderes públicos e pela sociedade, já que não possui relevância política e nem econômica.

3 A CIDADE E SEUS (DES) CAMINHOS: A TERRITORIALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O interesse em discorrer sobre os trajetos percorridos por jovens de baixa renda em grandes centros urbanos, como o Rio de Janeiro, se faz na tentativa de compreender como estes se reconhecem, se representam e se relacionam com o todo social no qual se encontram. Para tanto, é preciso considerar tanto os recursos físicos e materiais, como os recursos simbólicos envolvidos nos processos de socialização e interação social destes jovens. Dessa forma, foram apresentados no capítulo anterior alguns aspectos pertinentes à cidade que se tornam relevantes nesta discussão, visto que é no espaço urbano que se dá a produção, a circulação, a oferta e o consumo de bens simbólicos e materiais que, por sua vez, orientam e demarcam os circuitos por onde transitam estes jovens.

As cidades contemporâneas, organizadas e ordenadas segundo os interesses do capital, constituem-se enquanto locus privilegiado do consumo, fenômeno ao qual estão articuladas as relações e as trocas sociais na medida em que introduz e difunde códigos e signos que permitem o reconhecimento do sujeito através de sua condição de consumidor.

A cultura do consumo, cada vez mais arraigada nas sociedades contemporâneas, introduz uma maneira de reconhecer o indivíduo enquanto consumidor. O poder de consumo ainda garante ao indivíduo circular pela diversidade de espaços apresentados pela cidade. Morais (1997), ao discutir esta questão, argumenta que, na atualidade, o indivíduo se destaca e é reconhecido no todo social por aquilo que consome, portanto, acrescenta que: "(...) a transformação dos objetos em signos na sociedade de consumo aponta para a questão do

pertencimento e do reconhecimento, que está na base da construção da identidade”(p. 35). Assim, o poder de consumo, a aquisição de bens materiais e simbólicos, é valorizado enquanto instrumento essencial nas relações sociais, pois é capaz de identificar indivíduos dentro de um contexto urbano.

Sarlo (1997) vai mais adiante e afirma que a cidadania pode ser praticada na ótica do mercado, onde cada um exerce uma função: consumidores efetivos ou consumidores imaginários. Ou seja, enquanto “uns compram, outros simplesmente olham e admiram” (p.18); e sonham com a possibilidade de possuir e se fazer reconhecer pelos mesmos bens que o outro, é o consumo sob a ótica do desejo. Ao ser inserido no âmbito da cidadania, o consumo estende-se, portanto, à dimensão política, pois é obedecendo aos limites deste universo (mercado/consumo) que os indivíduos fazem suas escolhas, negociam seus interesses e seus projetos, imprimindo, assim, suas identidades dentro do mesmo espaço urbano.

Não há como negar que a cidade enquanto locus do consumo produz, além de diversidades, desigualdades. Pensando especificamente na cidade do Rio de Janeiro, é significativo o quanto sua paisagem é marcada por imagens contraditórias, não apenas em seu aspecto natural (praias, montanhas, florestas, edificações, etc.), mas também em seu aspecto físico que apresenta, lado a lado, regiões nobres, altamente valorizadas, e regiões degradadas e extremamente precárias. Além dos contrastes Zona Norte e Zona Sul, morro e asfalto, seus espaços ainda são subdivididos de acordo com o domínio das diferentes facções criminosas que, de certa forma, impõem regras de convivência e códigos morais que definem os modos de vida local e organizam o cotidiano dos moradores das áreas ocupadas pelo narcotráfico.

É neste contexto que estão situados os jovens que pretendo investigar, além da convivência com atuação e o poder do narcotráfico sobre as comunidades de baixa renda. É inevitável a exposição desta população à violência gerada pela intervenção policial, assim como pelos confrontos entre quadrilhas rivais. Por sua vez, o poder dos traficantes é legitimado pelos moradores locais na medida em que garante o acesso da comunidade a serviços e bens que deveriam ser oferecidos pelo Estado: segurança (proteção da área contra bandidos de outras localidades), lazer, saúde, alimentação, etc.

Assim sendo, a territorialização da cidade não obedece apenas a uma lógica geográfica, mas também aos interesses do tráfico de drogas que, na intenção de expandir seus negócios, invadem e ocupam a grande maioria de comunidades localizadas na região metropolitana. Cassab (2001) afirma que a geografia, a localização e a dinâmica das favelas contribuem para a instalação e o domínio do narcotráfico nestas localidades:

Sua geografia de becos e vielas, a proximidade aos centros consumidores, bairros de classe média e alta, e o recrutamento de mão-de-obra no mesmo local de moradia foram condições que favoreceram esse estabelecimento (2001:111).

A forma como a cultura do narcotráfico se instala nestas comunidades, com suas leis, normas e códigos sociais, fortalece os vínculos locais, uma vez que favorece a produção e a articulação em torno de uma cultura local, na qual esses segmentos se reconhecem e se fazem reconhecer no todo social.

Este fenômeno foi observado por Guimarães (2003) que, considerando o poder de poder de influência do crime organizado em localidades do Rio de Janeiro, procurou investigar de que forma os movimentos juvenis atuam nas escolas públicas da cidade. Neste contexto, destaca as “galeras” ou gangues juvenis que, identificadas com as áreas onde residem, reproduzem os padrões e modos de vida

impostos pelas quadrilhas das facções dominantes, fazendo uso da violência física em suas atuações no meio circundante. Além destes grupos, a autora chama atenção para formas mais pacíficas de movimentos juvenis (*funk* e *house*), também atuantes neste mesmo contexto escolar, que encontram na música, na dança e nos bailes suas possibilidades de identificação e atuação.

Outros estudos também fazem referência à formação de grupos juvenis nas periferias das grandes cidades que se reúnem em torno de signos identificatórios mediante os quais marcam sua presença na sociedade. Estes signos assumidos enquanto “marca” ou “rótulo” definem o sujeito pelo seu modo de vestir, seu gosto musical, seu engajamento religioso ou seu pertencimento a entidades ou movimentos formais ou informais (pastorais, movimento estudantil, torcida organizada, etc.). São, portanto, dispositivos que viabilizam a expressividade, o reconhecimento e a identificação de variados grupos jovens. O modo pelo qual estes signos são utilizados não apenas definem uma diversidade de estilos de vida, assim como delimitam, por intermédio de negociações realizadas com outros atores sociais, os espaços geográficos e sociais por onde estes jovens circulam e se fazem atuantes no contexto urbano.

Kehl (2000) chama a atenção para a formação de agrupamentos e movimentos juvenis que ilustram o que a autora define como função fraterna, ressaltando a importância da presença e do convívio com o outro na constituição de um pacto civilizatório que norteia as relações humanas, fundando o sujeito social. Neste sentido, as fratrias, mesmo que não restritas aos agrupamentos de adolescentes, retratam o valor que o grupo adquire neste momento. É a legitimação do grupo que favorece e encoraja a contestação de verdades e a transposição de limites impostos pelas figuras de autoridade e, assim, abrindo um campo para novas

possibilidades de identificação. É a chave para a liberdade que, pelas experiências compartilhadas de transgressão de limites e verdades, expande os horizontes de criação, expressão, participação e ação; ou seja, é a incessante recriação da cultura por meio da contínua reformulação do pacto civilizatório.

A autora denomina identidade vertical aquela na qual se tem nas figuras paternas um referencial indispensável para a fundação e estruturação do sujeito (identificação primária). Em oposição, chama de identidade horizontal aquela que se dá entre os pares, membros de um grupo, fundamental para a constituição do sujeito social (identificação secundária). Esta não viabiliza a exclusão da primeira, no entanto é imprescindível para o

(...) desenvolvimento de traços identificatórios secundários (em relação ao traço unário que dá consistência subjetiva ao eu), essenciais para permitir a diversificação das escolhas de destino, em relação às quais o traço unário é insuficiente (KEHL, 2000: 43).

Verifica-se, portanto, que o convívio com o outro social proporciona a abertura de um campo de identificações que se estabelece horizontalmente, entre semelhantes. É neste sentido, a partir desta abertura, que o sujeito se percebe livre para realizar suas escolhas próprias, definindo-se a partir de um estilo de vida específico, compartilhado por outros, nos quais se reconhece pela adesão aos mesmos signos identificatórios.

É certo que estas escolhas são determinadas dentro de determinados espaços que Velho (1997) descreve enquanto campo de possibilidades. Estes são constituídos por alternativas socialmente colocadas para o sujeito, mediante determinantes histórico-culturais, que definem os contextos nos quais se encontram inseridos (família, lazer, trabalho, relações de vizinhança, etc.).

Assim sendo, a cidade, em toda sua complexidade, oferece uma pluralidade de campos de possibilidades, seja de lazer, trabalho, recursos simbólicos, físicos e materiais, etc., que, no entanto, não são acessíveis a todos de maneira igualitária. As divisões ou segmentações territoriais, tanto físicas (geográficas) quanto simbólicas, e a valorização exacerbada do consumo reforçam a segregação e a guetificação de grupos de indivíduos formados a partir de identificações e escolhas comuns estabelecidas dentro de um campo de possibilidades que viabiliza realizar inúmeras combinações de escolhas que irão resultar em diversos percursos e trajetos possíveis dentro dos limites da cidade.

A partir das idéias discutidas até o presente momento, tentaremos compreender os artifícios utilizados pelos jovens nas negociações pela apropriação do espaço urbano; como trafegam pelos diversos circuitos e espaços sociais apresentados na e pela cidade; e como legitimam suas expressões e atuações nestes circuitos, fazendo-se reconhecidos. Na tentativa de responder estas questões, discorro por algumas possibilidades que, mediante literaturas específicas, se apresentam aos jovens de baixa renda.

3.1 Trabalho e criminalidade: trajetórias para ascensão social

Para abordar este aspecto é interessante retornar a idéia de cidade enquanto espaço de produção, circulação e apropriação de bens, materiais e simbólicos, ou seja, enquanto lugar essencialmente organizado para a reprodução do capital. O consumismo tem a sua relevância na medida em que se fez necessária a expansão do capital, através do aumento da produção de mercadorias. Na realidade, esta lógica transcende o consumo de bens materiais, envolvendo também o acesso à informação, ao lazer e aos bens culturais.

No âmbito deste espaço, destaca-se não apenas a organização da produção e a circulação de mercadorias, mas também a circulação de indivíduos que se orientam tanto pela dinâmica do espaço sócio-geográfico da cidade como pela dinâmica do consumo. Desse modo, o espaço urbano vai sendo desenhado por meio das negociações que os indivíduos realizam entre um universo de fluxo contínuo de símbolos de consumo que não está restrito à ordem das necessidades, seus signos denotam estilos de vida diferenciados que revelam o status e a condição social de indivíduos ou grupos conferindo-lhe reconhecimento e legitimidade dentro do espaço urbano.

Cassab (2001) articula esta idéia reportando-se a Mike Featherstone, autor que se propõe a analisar a dinâmica da cultura de consumo na contemporaneidade e, assim, revela que:

(...) o estilo de vida, no domínio da cultura de consumo, “conota individualidade, auto-expressão e uma consciência de si estilizada”, na qual as mercadorias consumidas são signos reveladores de distinções sociais (2001:135)

Ou seja, “como a mercadoria diluiu seus vínculos com a necessidade, passando a expressar um estilo de vida, seu consumo se transforma em elemento de diferenciação social” (*op. cit.*: 135).

É verdade que a infinidade de escolhas e identificações realizadas pelos indivíduos estão circunscritas por uma ordem dominante, globalizada, que permeia as relações sociais. Neste sentido é marcante a influência de uma ordem capitalista / consumista nos modos de vida dos segmentos sociais de baixa renda que vislumbram projetos de ascensão social e possibilidade de consumo difundidas e valorizadas pelas classes dominantes.

Tratando-se da juventude, é notória a propagação de produtos específicos destinados a esta população, que definem uma identidade e estilo de ser jovem que,

no entanto, não são igualitariamente acessíveis aos jovens de baixa renda. Por outro lado, enquanto pertencentes ao espaço urbano estes jovens realizam negociações de inclusão, assim como de identificação e reconhecimento social.

Mais uma vez faz-se referencia ao estudo de Cassab (2001) que, na tentativa de perceber as estratégias utilizadas pelos jovens de baixa renda de inserção no mercado de consumo, aponta para duas vias possíveis. A primeira seria através da participação no sistema formal ou informal de trabalho, enquanto a segunda seria referente à participação em organizações criminosas. A autora argumenta que estas escolhas não possuem carácter rígido e definitivo, podendo acontecer simultaneamente, alternadamente e provisoriamente.

A discussão em torno da organização do sistema de trabalho faz-se necessária, a fim de destacar as transformações ocorridas neste setor e as possíveis conseqüências que atingem principalmente as classes economicamente desfavorecidas. A intenção é discorrer sobre alguns aspectos que viabilizem a compreensão das escolhas assumidas por estes jovens, tentando confrontar as razões que levam alguns a optarem pela via da criminalidade.

É acentuada a transformação ocorrida no sistema de trabalho nas duas ultimas décadas que, por sua vez, provocaram modificações significativas não só no modo de vida dos indivíduos, mas também nas formas de interação social. Estas transformações com vista à expansão acumulada do capital e, conseqüentemente, do mercado de consumo, incidiram diretamente na organização da força de trabalho que se vê praticamente obrigada a reestruturar-se a partir da oferta de novas modalidades de contratos laborais, quais sejam a terceirização ou prestação de serviços e o mercado informal de trabalho. Estas duas possibilidades caracterizadas, numa dimensão mais ampla, pela precariedade e desregulamentação do trabalho,

inviabilizam a satisfação plena das potencialidades do sujeito, principalmente no que se refere às possibilidades de criatividade. Além disso, as atividades relacionadas aos trabalhos desenvolvidos revelam um caráter repetitivo e disciplinador, com horários disfuncionais e exigências de cumprimento de índices de produtividade.

A questão da “informalidade” do mercado de trabalho vem sendo bastante discutida atualmente, principalmente devido a sua complexidade que dificulta uma conceituação mais objetiva sobre o tema. Em geral, trata-se de atividades laborais que não correspondem a um contrato típico ou formal, portanto, não possuem legitimidade no âmbito jurídico-legal. Discorrendo sobre esta complexidade, Noronha argumenta que não há como tratar a “informalidade como se fosse um fenômeno uniforme, objetivo e mensurável” (2003:112), implicando uma diversidade de fatores que dificultam uma conceituação única do trabalho informal. Percebe-se que este fenômeno tornou-se relevante nas sociedades capitalistas, notoriamente a partir das décadas de 70 e 80, devido à necessidade de reestruturação dos modos de produção que afetaram os mais diversos segmentos sociais.

Assiste-se, portanto, enquanto efeito das transformações ocorridas no mundo do trabalho, a desqualificação de um enorme contingente de trabalhadores, cujas dificuldades de reinserção no mercado formal os leva a compor um quadro de desemprego permanente. Nesse sentido, as modalidades “alternativas” de contratos de trabalho tornam-se uma saída inevitável para muitos, garantindo, além de sua sobrevivência, a sua inserção social.

No entanto, estas modalidades raramente propiciam uma qualificação profissional que favoreça uma mobilidade social, portanto não são capazes de resolver o problema da pobreza nem da desigualdade social. Geralmente, as atividades desenvolvidas não são bem remuneradas, não exigem algum tipo de

aprendizagem e estão aquém das qualificações e habilidades do trabalhador e, ainda, estão destituídas de direitos sociais, deslegitimando a condição de cidadão do trabalhador. A noção de cidadania e de direito social remete apenas ao trabalho formal, representado na ordem jurídica pela “carteira assinada”, comprovante do vínculo empregatício e, simbolicamente, da identidade do trabalhador.

Noronha registra que “(...) o trabalho é formal se, somente se, o trabalhador possui carteira de trabalho assinada ou registro de autônomo ou, ainda, status de empregador”. Certamente, nenhuma das três situações que caracterizam a “formalidade” do trabalho retrata a realidade da maioria dos jovens pobres trabalhadores, cuja participação no mercado se dá por meio do trabalho informal. Bousquat e Cohn (2003:93), interessadas em traçar um perfil da juventude de baixa renda da cidade de São Paulo, dando ênfase especialmente às possibilidades encontradas de inserção social, destacam que 33,2% dos jovens entrevistados trabalham, dos quais, apenas 43,3% ocupam postos formais de trabalho. Este fato está relacionado com a falta de experiência e qualificação profissional, ainda não adquiridas por este segmento da sociedade.

Percebemos, portanto, que em São Paulo (e esta realidade pode traduzir em proporções menores a realidade do Rio de Janeiro) a maioria dos jovens ou estão desempregados ou estão inseridos no mercado informal de trabalho, revelando que os requisitos experiência e qualificação são fundamentais para a participação no mercado formal e conseqüentemente para possibilidade de ascensão sócio-econômica que viabilize maiores oportunidades de circulação e apreensão da cidade e de seus produtos e serviços. No entanto, maior qualificação remete a maior tempo de escolarização, fato controverso entre estes jovens, pois grande parte ou apresenta uma defasagem na aprendizagem ou se afasta da escola em nome do

trabalho e de sua sobrevivência, não encontrando no sistema de ensino uma resposta imediata as suas urgências.

As limitações ocorridas no mercado de trabalho gera, em consequência, limitações nas possibilidades de mobilidade espacial. A circulação pela cidade e o consumo de seus produtos e serviços ampliam-se na medida em que se ampliam as possibilidades de mobilidade sócio-econômica. Desse modo, o desemprego e a informalidade no âmbito do mercado de trabalho não garantem um livre acesso aos bens da cidade.

Um círculo vicioso se forma, pois, na medida em que não possuem qualificação satisfatória, estes jovens não serão absorvidos pelo mercado formal que, por sua vez, possui maior probabilidade de estabilidade, viabilizando a profissionalização e a aquisição de experiência, necessários para a possibilidade de ascensão social. Neste sentido, faz-se referência a Potengy *et al.*(1999: 76-77), que retrata bem este fenômeno que atinge os jovens urbanos de baixa renda:

(...) a dificuldade atual de inserção duradoura dos jovens menos qualificados se deve ao caráter caótico de seu percurso profissional, que não lhes permite alcançar uma posição estável na sociedade. (...) Assim, os jovens pouco qualificados não têm acesso a um emprego estável que lhes facilite a aquisição de uma experiência e de uma qualificação no próprio emprego. Um primeiro emprego em setores altamente empregadores de trabalhadores com baixa qualificação não oferece muitas perspectivas de profissionalização, logo de formação de identidade.

Portanto, “(...) a inserção profissional a partir de uma baixa qualificação não é mais em si mesma portadora de emancipação e de inserção social” (*op. cit.*:76). Do mesmo modo, a instabilidade do mercado de trabalho não propicia a identificação do indivíduo com a atividade que realiza e, muito menos, com as empresas às quais presta serviços, desfavorecendo, pois, a noção de pertencimento a estes espaços sociais e, conseqüentemente, a valorização da identidade de trabalhador.

Quiroga (2002) refere-se a uma crise de qualidade e quantidade de trabalho enquanto ressonância da reestruturação produtiva.

Como desdobramento, tem-se uma redução real dos postos de trabalho, principalmente do mercado formal assalariado, configurando-se hoje no aumento das dificuldades de acesso ao emprego, no crescente desemprego, assim como nas múltiplas formas de precarização do trabalho, o que significa que a queda das possibilidades de emprego tem se efetivado, em termos tanto quantitativos quanto a qualitativo (op cit.: 26).

Em seu estudo a autora tenta compreender como os jovens pobres urbanos vivenciam e internalizam o trabalho, valorizando-o enquanto referência simbólica e ideológica significativa em sua forma identitária, assim como em seus processos de socialização. Para isso faz uma análise comparativa entre a realização de jovens pobres brasileiros, mais especificamente jovens de Belo Horizonte e Rio de Janeiro, e jovens de um bairro popular de Madri na Espanha. Os resultados da análise demonstram, principalmente no caso brasileiro, a existência de um distanciamento do valor dado ao trabalho, relacionado a um desejo idealizado de reconhecimento social, e as experiências vivenciadas na realidade, que expressam um sentimento de frustração e insegurança quanto a possibilidade de realização pessoal. Assim sendo, Quiroga (2002:36) aponta: “(...) o que parece estar mudando, e que os jovens vêm internalizando, não se refere à valorização dada ao trabalho, à sua importância, mas, efetivamente, à sua postura com relação ao mesmo”.

Os jovens espanhóis manifestam esse mesmo tipo de sentimento que na realidade, desmistifica o trabalho, porém com a diferença de que estes encontram melhores oportunidades de qualificação, possuem mais garantias sociais e famílias com melhores condições de vida.

Quanto aos jovens brasileiros, a precariedade de suas condições de vida não lhes permite vislumbrar muitas alternativas que não a garantia de sustento e

sobrevivência, submetendo-os a experiências de trabalho degradantes, quando não desumanas. Além disso, a não participação no mercado de trabalho reserva aos jovens imagens negativizadas, sendo comparados e identificados com a figura do bandido, do marginal e do vagabundo. O trabalho, mesmo o informal, ainda é visto como uma forma de reconhecimento e aceitação social e uma possibilidade de estabelecer e participar de trocas sociais.

Diante da perspectiva apresentada pelas novas condições de trabalho impostas na atualidade, é plausível salientar que as transformações ocorridas no mundo do trabalho têm atingido significativamente os jovens, especialmente aqueles pertencentes às camadas menos favorecidas da sociedade.

O esforço despendido em atividades penosas de baixa remuneração e a insegurança gerada pela precariedade de contratos que asseguram estabilidade e garantias laborais somadas, ainda, com as exigências cada vez mais rigorosas de qualificação e experiência profissional que atravancam a entrada dos jovens no mercado de trabalho, são aspectos que intensificam ainda mais o distanciamento da realização de seus projetos e, assim, a sua realização pessoal.

Analisando a inserção de jovens no mercado de trabalho sob a ótica de seus projetos de vida, Saggese *et al.* (2000) perceberam que esta ocorre de forma diferente entre as classes sociais. Entre os jovens de classe média/média alta a formação escolar é priorizada enquanto um percurso necessário para realização de projetos de vida a longo prazo. Neste caso, o trabalho precoce assume um caráter temporário, associado a demandas de curto prazo, geralmente relacionadas à possibilidade de consumo e lazer. Preocupados com a competitividade do mercado, estes jovens investem na formação acadêmica com o intuito de garantir, no futuro, melhores oportunidades de colocação no mercado de trabalho. Caso percebam que

estão sendo prejudicados na escola, estes jovens, geralmente, não hesitam em abandonar seus empregos.

Em contraposição, entre os jovens de camadas populares o trabalho está associado à necessidade de sustento e sobrevivência, portanto a formação escolar fica em um plano secundário, pois “(...) o conteúdo que lhes é ensinado não corresponde às urgências de geração de renda para subsistência” (SAGGESE *et al.*, 2000:42). Notou-se, ainda, que estes jovens demandam um tempo livre, seja para o convívio familiar e com os seus pares, para a frequência escolar, para o lazer ou simplesmente para o descanso. Esta é outra diferença marcante entre os jovens mais abastados que, muitas vezes, utilizam seu tempo livre, fora do horário escolar, para o trabalho.

Por mais que o trabalho seja uma prioridade permanente na vida de jovens de baixa renda, a escola ainda é valorizada enquanto propiciadora de um futuro melhor, porém esta perspectiva não corresponde às suas necessidades imediatas, o que os encaminha para empregos de baixa qualificação e mal remunerados. Assim sendo, esta concepção valorizada da escola assume um caráter idealizado para esta população, pois tem como parâmetro os padrões elitistas. Ou seja, o valor atribuído à educação e à escolaridade enquanto garantia de melhor posicionamento profissional e, assim, financeiro, corresponde muito mais à realidade e aos interesses de classes dominantes.

A educação pública e de direito a todos contradiz este ideal, uma vez que os poucos investimentos não garantem a qualidade do ensino, mantendo os níveis de pobreza ou empobrecimento da população e reproduzindo portanto os padrões de exclusão e de desigualdade sócio-econômicas que marcam, há séculos, nossas relações sociais. Desmente-se aí, para grande parte da população, a ilusão de

expectativa de mobilidade sócio-econômica por meio da educação. É possível admitir a expansão do acesso à escolaridade, porém este não acontece de forma igualitária. Azevedo afirma que:

“O sistema público permanece dual, variando a qualidade dos serviços ofertados. Sua performance guarda diferenças entre as regiões mais ricas e as mais pobres, entre as áreas rurais e as urbanas, entre a periferia e os bairros dos grandes centros” (2004: 462).

Além disso, as exigências de determinadas práticas e atividades relacionadas ao ensino e à escolaridade divergem da realidade, das necessidades e das experiências sócio-culturais da população de baixa renda, levando a repetições freqüentes e, conseqüentemente, à evasão escolar antes mesmo da conclusão do primeiro grau.

Cassab (2001) apresenta e analisa alguns dados referentes à inserção de jovens no mercado de trabalho, demonstrando que a escolarização prolongada seria uma das vias possíveis de realização pessoal/profissional que aproximaria mais os jovens de uma possibilidade e mobilidade social. No entanto, concluiu que a necessidade de uma entrada prematura no mercado de trabalho, que para a maioria se dá no setor informal, inviabiliza maiores investimentos na formação escolar, ou seja, os jovens economicamente desfavorecidos priorizam, necessariamente, a inclusão em atividades provedoras de renda, portanto, quando não abandonam a sua escolarização, colocam-na em um plano secundário. Ao mesmo tempo é evidente como as escolas públicas brasileiras vêm sendo negligenciadas e desinvestidas, carentes de recursos materiais e humanos de qualificação que sejam capazes de promover o desenvolvimento intelectual e cultural de seus freqüentadores. Cassab (2001) sinaliza que:

As escolas públicas atendem às suas funções com um mínimo de condições materiais compatíveis com suas responsabilidades. Um estudante pode chegar ao fim do

primeiro grau sem, de fato, ser capaz de interpretar o que lê. Os “cursos profissionalizantes” são muitas vezes meros requisitos formais para cumprir a legislação (*op. cit.*: 184).

É razoável inferir que o contexto apresentado desencoraja os jovens a realizar maiores investimentos em sua formação, na medida em que se vêem impelidos a ingressar em atividades que viabilizam o ganho imediato de dinheiro.

Carmo (2001) também chama a atenção para esta realidade, apontando ainda para a contradição entre a qualidade do processo de escolarização e a possibilidade de ascensão social.

A resistência ao estudo, freqüente entre parte dos jovens mais pobres, muitas vezes se dá porque a passagem pelos bancos escolares aparentemente trouxe pouca mudança em suas vidas. Quando se analisam os resultados do processo de escolarização, evidencia-se que eles desmentem a ilusão e o desejo de ascensão social das classes menos favorecidas (*op. cit.*:20.)

As tarefas desempenhadas em seus locais de trabalho não apresentam muitos desafios ou dificuldades que estejam relacionadas à necessidade de maior escolarização, portanto estes jovens não vêem muito sentido em prolongar os seus anos de estudo. Geralmente, esta concepção está associada ao valor que a própria família atribui à escola e à necessidade de uma formação mais prolongada que, de certa maneira, é herdada pelas gerações seguintes. Carmo confirma que “(...) o grau de aspiração de estudo para o jovem é influenciado pela imagem social que a família tem da escola” (*op. cit.*: 21).

As experiências escolares dos pais, concomitante às suas trajetórias laborais e à sua situação sócio-econômica, são elementos decisivos na forma como estes jovens irão perceber a importância da escola em suas vidas cotidianas. Neste contexto, depara-se com alguns desdobramentos possíveis, dentre outros, por exemplo: a formação escolar é desvalorizada por não apresentar nenhum benefício

imediatamente às suas urgências cotidianas atuais, portanto não é levada adiante; a importância de maior escolaridade é reconhecida como possibilidade de melhores oportunidades futuras mas, no entanto, devido às necessidades de ganho imediato, estes jovens são impelidos a investir o seu tempo quase que integralmente em atividades geradoras de renda, tanto para o seu próprio sustento quanto para complementar o orçamento familiar; e, ainda, a precariedade das instalações, a falta de infra-estrutura necessária e a falta de professores, são alguns fatores que desmotivam e frustram os jovens que, por fim, contribuem para o aumento das evasões escolares.

Segundo Corseuil *et al.* (2001), aponta que quanto maior o nível educacional dos pais, maior a importância atribuída à escola, assim como, maior será a possibilidade de investimento de recursos na educação dos filhos. Este fenômeno foi verificado não apenas no contexto brasileiro, mas em outros três países da América Latina, envolvidos em sua pesquisa, que procurou abordar as variáveis determinantes nas escolhas de jovens entre o investimento de seu tempo na formação escolar ou em atividades geradoras de renda. Portanto, segundo o autor:

Pais mais educados teriam mais informações sobre a importância da educação e tenderiam a atribuir maior valor ao tempo gasto por seus filhos em atividades escolares. Por outro lado, e na medida em que a educação seja entendida como *proxy* para a renda permanente do indivíduo, pais mais escolarizados disporiam de mais recursos para investir na educação de seus filhos, aumentando a probabilidade de eles estarem freqüentando a escola num dado ponto do tempo (*op. cit.:04*)

A desigualdade que se atesta na escolarização da população de baixa renda vincula-se portanto a uma série de fatores: a necessidade de entrar precocemente no mercado de trabalho para contribuir no orçamento familiar entra em conflito com a carga horária e atividades escolares, relegando a escola a um segundo plano; as

atividades desenvolvidas e o conteúdo de ensino não corresponde às expectativas imediatas, nem mesmo com o contexto sócio-cultural desta parcela da população; os estabelecimentos onde está alocada a maioria das escolas públicas não oferecem infra-estrutura necessária, nem mesmo contam com um número suficiente de professores e funcionários para garantir o bom funcionamento da instituição.

Carmo (2001) ainda chama atenção para um outro fator que também contribui para manter as desigualdades educacionais entre as diferentes classes sociais, qual seja a dificuldade de acesso aos bens culturais, hoje em dia, intrinsecamente articulados aos interesses do mercado de consumo. Este autor defende a idéia de que a bagagem cultural influencia diretamente no rendimento escolar, sendo assim, quanto maior o acesso aos bens culturais melhor será o desempenho do aluno, mais uma vez destaca-se o privilégio das classes dominantes.

“(...) A ilusão do “mérito pessoal”, do “dom”, ou seja, da aptidão de determinado aluno para o estudo, é por eles desmistificada: o que é apresentado como “natural” em algumas pessoas de fato é herança cultural de classe social. (...) Os estudantes economicamente privilegiados em geral herdam, também, do meio de origem, saberes, ações, gostos e bom gosto, que resultam indiretamente em bom rendimento escolar. Não há dúvida de que, de forma indireta, o privilégio cultural (das classes média e alta) influencia o sucesso acadêmico” (*op. cit.*: 25).

A partir destas colocações presume-se que o quadro que se configura para os jovens de baixa renda é dramático. A ordem capitalista de consumo, difundida por uma cultura dominante, que permeia e ordena os circuitos sociais no espaço urbano, parece confrontar-se com a realidade e condições de vida dos segmentos pobres da cidade. Se por um lado, a inclusão no mercado de trabalho valoriza o sujeito, certificando-lhe legitimidade e reconhecimento social, por outro, suscita sentimento de frustração e insegurança devido à precariedade do trabalho, que não favorece a concretização de seus projetos pessoais e de ascensão social, além de ocupar,

quase integralmente, seu tempo, impossibilitando sua participação em outros espaços sociais como, por exemplo, a escola.

Assim, a idéia de colocação dentro do mercado formal de emprego, assalariado e estável, que favorece perspectivas de ascensão social, encontra-se mais no plano do desejo, do sonho ou da ilusão, do que na realidade vivida pela maioria dos jovens pobres brasileiros atualmente.

Esta descompensação acontece visto que as expectativas depositadas no trabalho têm como referência uma ordem dominante que estabelece estilos de vida, muitas vezes inacessíveis à população de baixa renda. A concepção de trabalho enquanto meio de ascensão social e participação no mercado de consumo corresponde muito mais a um modelo de trabalho formal – assalariado, estável e com garantia de direitos trabalhistas, cujos códigos e valores são tomados enquanto referência social idealizada que se contrapõe às experiências vivenciadas no trabalho informal.

Estabelece-se uma dinâmica, de contínua depreciação, em distintos graus, tendo, por um lado, o parâmetro do trabalho assalariado formal e, por outro, a vivência do trabalho informal precário ou a sua ausência. Quanto maior a distância da experiência vivida com relação ao parâmetro valorativo advindo dessa referência idealizada, maior a desvalorização da mesma e seu alijamento das possibilidades de reconhecimento social.

(...) Ao ser reiteradamente internalizado pelos jovens pobres, esse referente social remete à reafirmação das constatações de carecimento, de privação, como constantes em seus processos de vida. Faz com que incorporem o reconhecimento da distância que separa as suas vivências concretas e o ideário da sociedade que os avalia, num processo permanente de indicação de sua inferioridade social. (QUIROGA, 2002: 53)

O que pretendo apontar é que a inserção no mercado de trabalho, quando reduzido ao plano das necessidades de sobrevivência, não é o bastante para assegurar a realização pessoal, assim como o reconhecimento social da juventude pobre, já que a desqualificação das atividades realizadas, a instabilidade e os baixos salários não viabilizam a participação nos circuitos de consumo, assim como não favorecem a circulação e apreensão de determinados espaços da cidade.

A dificuldade em fazer-se reconhecer dentro do espaço urbano por meio do trabalho ou da escolarização, coloca o jovem em uma situação de vulnerabilidade. Neste sentido, outras alternativas de participação e inclusão social serão vislumbradas, mas estas nem sempre encontram-se dentro dos limites da legalidade. A discussão que será apresentada adiante, procura contrapor os aspectos relevantes da participação no mercado de trabalho com os aspectos que levam alguns jovens a optarem pela entrada no mundo do crime.

Primeiramente, considero necessário apontar que a entrada dos jovens no mundo do crime, a princípio, não revela um caráter rígido e definitivo, envolvendo ações eventuais, individuais ou em grupo, relacionadas principalmente com a prática de roubos e furtos. Esta “modalidade” pode ser realizada em alternância com atividades laborais, assim como pode ser realizada em períodos de desemprego, sendo interrompida em períodos de participação no mercado de trabalho. Zaluar (1994) atenta que, conforme se dá a decisão de prosseguir numa carreira criminosa, o afastamento do mundo do trabalho vai se efetuando gradativamente, sendo substituído por atividades mais rentáveis, em geral, promovidas pelo narcotráfico.

Zaluar (*op. cit.*) demonstra que nas sociedades urbanas é corrente depositar um olhar estereotipado sobre aqueles indivíduos segregados socialmente, contribuindo para a disseminação de um discurso determinista que relaciona os altos

índices de violência e criminalidade à condição de pobreza vivenciada por esta população. Este discurso retrata uma lógica dominante incorporada tanto pela sociedade civil, quanto pelas instituições policiais e jurídico-penal. A insuficiência deste discurso é refletida nas práticas institucionais que adotam critérios estigmatizantes para justificar a tendência do pobre à criminalidade, tomando como fatores de indicação criminológica: o meio social, favelas e bairros de periferias; a cor da pele; a faixa etária; a vestimenta; etc. Neste sentido, o simples ato de perambular pelas ruas expõe principalmente o jovem negro e pobre à possibilidade de um confronto com a violência policial, restringindo, assim, os territórios por onde é seguro transitar.

Na realidade, esta concepção tende a reduzir a população dos segmentos de baixa renda a uma mesma identidade – criminosos, representada como um perigo ou ameaça à sociedade. Contudo, a inadequação desta perspectiva pode ser revista por dois ângulos: a incapacidade de contemplar o indivíduo em sua singularidade promove o esfacelamento da identidade do trabalhador significativamente valorizada pelos segmentos pobres da sociedade; e a visão antiquada endereçada aos jovens de baixa renda atualmente, que remonta um discurso sobre delinquência juvenil já inaugurado por volta do século XIX no continente Europeu, dando origem a políticas de repressão contra o medo que os jovens operários representavam nesta sociedade.

No Brasil, a idéia de jovens delinquentes aparece na primeira metade do século XX, já associada à estereótipos relacionados com sua condição étnica, social e econômica. Cassab (2001) recorre à construção da imagem do jovem delinquente no Brasil, ressaltando o obsoletismo com que vêm sendo tratados os jovens pobres brasileiros.

Estes jovens vão compor o estereótipo do malandro, personagem do mundo urbano que começa a se organizar. É o vadio, capoeirista, sempre com problemas com as forças policiais. Identificado como vagabundo, incurso no crime de vadiagem, ele é uma ameaça permanente à ordem e à eugenia da cidade.(...) É interessante registrar-se que a marca de delinqüente, no Brasil, esteve desde o início associada aos pobres e assim se mantém até hoje. A imagem do delinqüente jovem é o rapaz negro ou mulato que perambula em grupo pela cidade e que, de acordo com as modas, recebe atributos diferentes (...) em uma figura atualizada do vadio do início do século. O que parece comum é a questão racial e o perambular não funcionalizado pela cidade (*op. cit.*: 87-88).

A rua perde seu sentido de liberdade, de troca e de interação social já que, permeada por sentimentos de ameaça e desconfiança do outro, desfavorece a apreensão da complexidade do espaço público. A convivência entre os diferentes segmentos sociais se restringe a espaços cada vez mais delimitados, relegando-os à experiência de socialização empobrecida e destituídas de sentido.

Castro (2001) salienta que a possibilidade de circular livremente pela cidade viabiliza, além do aprendizado, a apropriação do espaço urbano que, no caso de crianças e jovens, promove uma diversidade de experiências singulares fundamentais na formação de suas subjetividades. Mas verifica-se, tanto nos segmentos ricos quanto nos pobres, uma tendência à guetificação: os primeiros, numa tentativa de autoproteção, encontram-se cada vez mais enclausurados em seu condomínios, distantes do centro urbano, enquanto os segundos, pela dificuldade de deslocamento, privam-se nas áreas de suas comunidades, marcadas, ainda, pela territorialização do narcotráfico.

O deslocamento pelo espaço urbano deveria ser visto enquanto uma oportunidade positiva de experienciar a apreensão do imprevisível; no entanto, para os jovens pobres, a imprevisibilidade denota insegurança. O perambular “sem rumo” nem sempre reserva vivências satisfatórias de lazer ou diversão, sendo previsível a

vivência de situações violentas, humilhantes e constrangedoras, não só referidas a repressão policial, mas aos encontros hostis com outros segmentos da sociedade. Na medida em que as possibilidades de circulação são constrangidas devido a estes percalços, aos jovens pobres ficam reservados espaços e circuitos restritos em suas dimensões de trocas sociais e simbólicas, de interação com o outro, de experimentação da diversidade e da diferença e da apreensão da cidade numa escala mais ampla.

O fato de existir um discurso dominante que vincula, indiscriminadamente, a imagem do jovem pobre a um fator de ameaça social, promove neles um sentimento de insegurança e fragilidade diante do outro social, que se reverte em atividades defensivas manifestadas, principalmente, através de condutas violentas. De certa forma, estas manifestações tendem a reproduzir as imagens estereotipadas lançadas sobre eles. Zaluar (1994) constata que as suspeitas e acusações baseadas numa falsa imagem cria, portanto:

(...) uma identidade social maléfica reúne todos os despossuídos, os subnutridos, os abandonados e também os negros e mestiços, e passa a mobilizá-los como o lugar oferecido socialmente para eles. Essa imagem serve de espelho aos que se tornam por ele candidatos naturais ao banditismo, um modo de vida que se expande e floresce na associação criada pelo crime e pela formas de expressão totalmente injustas e ineficazes (op.cit.:64).

Nesse sentido, segundo a autora, o que deveria funcionar como mecanismo de prevenção impele o jovem a ocupar um lugar no mundo do crime, renunciando a identidade de trabalhador, justamente pela revolta de ser reconhecido por imagens estigmatizantes.

É evidente o quanto a cultura dominante de valorização do capital e o poder de consumo perpassa a cultura local, interferindo significativamente nos modos de vida dos moradores das favelas e periferias da cidade. Os efeitos do processo de

globalização tendem a diluir os símbolos e referências locais aos quais os indivíduos se identificam. Ao mesmo tempo, estes locais encontraram-se desprovidos de investimento público e de assistência social que assegurem uma participação em redes de serviços e equipamentos sociais que viabilizam melhores condições de vida para a sua população. Portanto, a ordem capitalista é contrastante quando comparada com esta realidade, ressaltando ainda mais a desigualdade e a precabilidade de vida destes segmentos.

O distanciamento do Estado favorece a instalação e organização do narcotráfico nestas localidades que intensifica a segregação sócio-espacial por meio da dinâmica de territorialização destes espaços. Contudo, mesmo estabelecendo normas e leis que controlam e ordenam os modos de vida nestes locais, estes cumprem funções e atendem a demandas da comunidade, ignoradas pelo Estado.

A presença de um conflito entre a ordem dominante e a ordem local torna-se evidente, principalmente com a atuação do poder do narcotráfico. Este conflito reflete-se no modo de vida destas localidades, mais significativamente entre os jovens, que verificam o contraste entre suas condições de vida e os padrões valorizados pela cultura dominante, os quais almejam e desejam participar. Guimarães (2003) aponta para o conflito vivenciado pelos jovens diante da dupla possibilidade de referenciação social.

A primeira, representada pela integração aos valores e aos padrões de comportamento referendados pela sociedade, se apresenta (...) frouxa e pouco consistente, em função não só das expectativas geradas socialmente e para as quais a provisão de recursos materiais e institucionais apresenta-se insuficiente, quando não ausente (...). O outro pólo de referenciação (...) é o constituído pelo mundo do crime, nucleado pelo narcotráfico, (...). Neste contexto, os jovens moradores da área vivem a tensão permanente entre a adoção dos modos de vida referenciados pelo conjunto, que não encontram nos lugares em que vivem suporte institucional e material correspondente, e os padrões

determinados pelas organizações criminosas.(*op. cit.*: 145-146)

Seguindo esta mesma lógica, Cassab (2001) chama atenção para argumentação de Souza a respeito do paradoxo entre ordem capitalista X desordem do tráfico:

Desse modo, o que é ordem produz condições de desordem que vem cronicamente frustrando as expectativas de mobilidade social dos jovens e impedindo sua inclusão no mercado de trabalho: e o que é desordem dá um atendimento mínimo às necessidades desse grupo social. A dialética entre esses dois elementos produz as condições favoráveis à expansão do tráfico e ao recrutamento de sua mão-de-obra menos qualificada e remunerada nos jovens originários desse grupo social (*op. cit.*: 56).

Diante de um contexto que se revela desinvestido, quando não abandonado por políticas públicas sociais que reforçam a precariedade de vida à qual estão submetidos estes jovens e, ainda, diante das dificuldades de colocação profissional que estes encontram, o tráfico se apresenta enquanto uma possibilidade sedutora. O poder de atração que esta alternativa exerce sobre o jovem de baixa renda, traduz não apenas a satisfação das necessidades de sobrevivência, mas também garante uma entrada imediata no mercado de consumo. Entretanto, esta escolha circunscreve suas atuações ao âmbito das comunidades. O poder e o status articulados ao narcotráfico possibilita apenas a circulação e a participação em uma rede social local, além do domínio e controle do território, no entanto, este poder só é legitimado nos limites das comunidades e, ainda, sob um caráter autoritário. Nesse sentido, não é viabilizado ao bandido o livre trânsito pela cidade, nem a participação em seus circuitos de sociabilidade, tampouco a apropriação de seus produtos e serviços, aos quais qualquer cidadão teria acesso por direito.

Os indivíduos que se afiliam às organizações criminosas estão condenados ao enclausuramento dentro das fronteiras dos próprios territórios aos quais exercem poder de domínio. Portanto, a territorialização definida pelas ações do narcotráfico submete não apenas a população residente nestas áreas a uma situação de exclusão e segregação, mas torna esta situação ainda mais acentuada às condições de vida dos próprios bandidos. Referindo-se a este aspecto, Cassab (2001:127) afirma que “tal territorialização não escapa ao caráter de exclusão social, entendida como perda de direitos sociais e de relações formais na vida social; ao contrário, ela acentua a própria exclusão”.

De acordo com Zaluar (1994), a lógica determinista que vincula pobreza e criminalidade está aquém da complexidade de fatores que justificam a entrada do jovem no mundo do tráfico que, em geral, não corresponde simplesmente à ordem da necessidade econômica. É apontado, no entanto, que a opção para esta atividade é vista enquanto via imediata para inclusão na sociedade de consumo. E talvez seja mesmo esse caráter imediatista o que garante esta escolha, uma vez que a lógica da necessidade é ultrapassada pela possibilidade de se ganhar muito dinheiro, tornando-se viável o consumo de bens socialmente valorizados.

Estas atividades, mesmo localizadas no âmbito da ilegalidade, estão remetidas à ordem dominante, não apenas no que se refere às escolhas que determinam a inserção dos jovens, mas principalmente na dinâmica de sua organização. Esta apresenta-se impregnada de valores próprios do individualismo moderno que conotam relações de poder, autonomia e autoritarismo em oposição à subalternidade, marcadas pelo domínio de um chefe, que influencia inclusive no modo de vida da localidade. A identificação com símbolos que traduzem virilidade, prestígio e poder, geralmente, se dá pela ostentação do dinheiro, pelo consumo

exacerbado e pelo porte de armas. A possibilidade de exibição destes símbolos promove o reconhecimento do indivíduo, fundamentalmente dentro dos limites de seu território, mas a garantia de se obter altas quantias de dinheiro não garantem de fato a sua inclusão e participação nos circuitos urbanos.

Percebe-se, portanto, que a entrada na dinâmica do narcotráfico pode ocorrer diante da impossibilidade ou fracasso de realização pessoal e/ou mobilidade social de uma parcela de jovens economicamente desfavorecidos pela via do trabalho. Uma vez que as formas informais de trabalho não garantem a participação no mercado de consumo, assim como também não garantem uma estabilidade econômica nem possibilidades de proteção social, o tráfico de drogas é tomado por muitos como uma alternativa atrativa e vantajosa, uma vez que promove reconhecimento social dentro das comunidades e o consumo de mercadorias socialmente valorizadas.

Fraga (2003), em relação aos fatores que motivam os jovens a participarem do mercado do narcotráfico, realizou um estudo comparativo entre a maneira como se dá este fenômeno entre os jovens cariocas e jovens pernambucanos, situados numa região denominada “polígono da maconha”. Em tal investigação o autor verificou algumas correlações entre ambas regiões no que concerne à entrada prematura de indivíduos em atividades ilegais que movimentam o narcotráfico: a desigualdade social marcante nas possibilidades de consumo, além da difícil entrada no mercado de trabalho ou ainda a renda insuficiente para garantir a sobrevivência e realização pessoal. Desse modo, pode-se perceber que a desvalorização do trabalho, devido às transformações nos modos de produção, em confronto com a valorização do consumo enquanto determinante de estilos de vida e reconhecimento social, contribui e provoca o estabelecimento de formas alternativas ilegais, de

inclusão e sociabilidade, afetando principalmente os segmentos juvenis, pertencentes às camadas de baixa renda da sociedade.

3.2 Circuitos de lazer e possibilidades de atuação e expressividade

Neste item serão discutidos alguns espaços de lazer apresentados para a população de jovens de baixa renda, nos quais se incluem e atuam, principalmente através de estilos musicais, como o *funk* e o *rap*. Alguns autores já discorreram sobre esta temática trazendo contribuições que demonstraram como estas formas de lazer são tomadas enquanto vias de expressividade. Vários aspectos relacionados com estes estilos musicais – a vestimenta, o baile, a dança, as letras das músicas, etc. – determinam padrões de conduta aos quais os jovens se identificam e se fazem reconhecer dentro do espaço urbano. O movimento funk, por exemplo, representa diversas formas de conduta que estão articuladas ou fazem referência à virilidade masculina, supostamente, em referência à cultura e ao poder do narcotráfico presente nas comunidades onde o funk inicialmente se manifestou. Nos bailes é possível verificar estas atuações, em que a violência é um elemento manifesto e instituído pelos concursos entre galeras.

Enquanto o *funk* parece favorecer atuações de violência física e apologia ao narcotráfico por meio das letras e da dança, o rap, por sua vez, apresenta uma conduta agressiva apenas em suas letras que mantêm um tom de denúncia, principalmente contra o preconceito de classe e a discriminação racial. Seria a voz de jovens pobres e negros, humilhados e injustiçados socialmente.

Apesar das diversidades verificadas por meio das formas de atuação, percebidas principalmente nas letras das músicas e nos estilos de dança, é possível

inferir a existência de um ponto em comum: tanto o funk quanto o rap são formas musicais que surgem e se manifestam nas periferias, retratando quase que exclusivamente o que é vivenciado no cotidiano desta realidade, representando, portanto, uma das principais formas de expressividade, lazer e socialização dos jovens destas localidades. Ao mesmo tempo, estas manifestações transpassaram os limites da periferia, atingindo também jovens oriundos de segmentos sociais nos quais o cotidiano nada tem em comum com aquele representado nas letras do funk e do rap. São jovens de classe média/média alta que, possivelmente, não são afetados pelas diferentes formas de preconceito e segregação social e não convivem diretamente com a violência policial ou difundida pelo poder arbitrário do narcotráfico, realidade esta concernente apenas aos jovens residentes nas regiões periféricas da cidade. Percebe-se, portanto, por intermédio do movimento *funk* o surgimento de uma cultura que valoriza e expressa aspectos e signos próprios das comunidades e favelas dos grandes centros urbanos. Essa cultura local é, desse modo, reconhecida e ganha visibilidade na medida em que é divulgada e disseminada à outras regiões da cidade, e até mesmo do país. Nesse sentido, podemos inferir que não apenas estas localidades sofrem interferências de uma cultura dominante e globalizada, como também ocorre o movimento inverso, no qual estas culturas locais tornam-se globalizadas, sendo absorvidas pelas culturas dominantes.

A importância da formação de grupos durante a adolescência já foi abordado exhaustivamente pela literatura específica; no entanto, Maria Rita Kehl (2000) introduz a idéia de fratria que ressalta a relevância das formações grupais neste período, justamente por viabilizar um novo modo de identificações que acontece horizontalmente entre semelhantes, entre “irmãos”. A autora argumenta que a

função fraterna pode ser entendida enquanto uma reatualização da função paterna, ou seja, é uma reatualização da Lei que funda o sujeito enquanto ser social. A Lei representada pelo Pai autoritário estabelece o que a psicanálise denomina de pacto civilizatório, aspecto fundamental que regula as relações sociais, reconhecido e legitimado apenas se compartilhado por todos, se não a maioria. São as identificações horizontais ou secundárias que permitem a diversidade de escolhas pela socialização entre pares. Uma vez que a identificação fundadora, vertical ou primária estabelece, a princípio, uma possibilidade única, portanto insuficiente, a identificação secundária possibilita o reconhecimento do outro, da diferença. O que acontece, portanto, é a identificação com semelhanças dentro do campo das diferenças. Não é intenção deste estudo percorrer sobre as considerações psicanalíticas, mas ressaltar alguns aspectos que fundamentam a relevância das formações grupais juvenis enquanto espaços de sociabilidade.

O estar em grupo pressupõe a identificação com o outro e a adesão a ideais comuns, a códigos que regem a dinâmica de um grupo específico. A cumplicidade compartilhada, essencial para a união dos membros, autoriza a vivência de escolhas alternativas, a experimentação e a prática da diferença, respaldada pelo grupo de pares. Tem-se aqui a chave para a liberdade – liberdade de experimentação, de criação e de expressão – fundamental para a (re)criação da linguagem e, portanto, da cultura. Nas palavras de Kehl:

A possibilidade de separar o Outro das figuras que encarnam a autoridade, produzida pelas experiências com os limites praticadas com o respaldo dos semelhantes, é a condição do quinhão de liberdade a que temos direito nesta vida. São estas experiências compartilhadas que legitimam os sujeitos em sua condição de criadores de linguagem – desde as gírias e neologismos que se produzem a partir das turmas de adolescentes e jovens, procurando nomear vivências singulares e inscrevê-las no campo do Outro, até a produção de narrativas que forneçam sentidos para experiências que a cultura ainda não classificou (KEHL, 2000:42).

Por outro lado, Kehl (*op. cit.*) alerta que deve-se priorizar a circulação, a movimentação e a flexibilização nas formações fraternas, pois a idéia é justamente relativizar (e não renunciar) a verdade absoluta imposta pelo Pai autoritário; a idéia não é de instituir novas verdades, mas de estabelecer um campo de experimentação onde é possível criar e compartilhar novos saberes.

“A cristalização das fratrias, a tentativa de transformá-las de campo de experimentação em campo de produção de certezas, produzirá fatalmente a segregação e a intolerância, em nome do narcisismo das pequenas diferenças” (*op. cit.*: 45).

Assim sendo, as fratrias perdem sua função, tornando-se círculos fechados embasados em verdades inquestionáveis.

Neste contexto, podemos considerar a música enquanto uma via de formação de agrupamentos juvenis, possibilitando tanto a identificação com os intérpretes, como com o estilo musical e com as formas de atuação pregadas nas letras. A partir da música, constroem-se referenciais de socialização e estilos de vida transcritos pelo vestuário, pelos adereços, pelos pontos de encontro e pela dança, dando origem a uma diversidade de grupos juvenis. Indubitavelmente, a música é uma das variantes mais marcantes da cultura juvenil e, por isso mesmo, é absorvida rapidamente pela lógica globalizante do mercado, em nome da cultura do espetáculo.

Freire Filho (2003) discute esta tendência demonstrando, ao longo de uma leitura histórica, o modo como este fenômeno transformou, no caso, o rock em um produto de consumo, destituindo-o de sua autenticidade, de sua função contestadora e de diferenciação de uma cultura popular dominante. Neste sentido, o caráter contestador e, até mesmo, transgressivo do rock tornou-se uma mercadoria cujos lucros não se restringem ao âmbito da música em si, mas expandem-se a toda

uma indústria cultural que se apropria desta forma de manifestação juvenil, incorporando não apenas o discurso, mas um estilo de vida. O que, a princípio, era considerado um movimento de resistência e lugar da diferença, a partir da comercialização, passa a ocupar um lugar comum, ao qual todos têm acesso por meio da prática do consumo.

(...) na esfera industrial-tecnológica, os rendimentos derivam cada vez menos da venda da música e mais do merchandising e dos direitos secundários associados com fontes sinérgicas correlatas, como cinema, TV e propaganda. Dito de outro modo: na era da reprodução digital (crepúsculo dos LPs, aurora dos CDs ou CD-ROM), o rock se tornou uma mercadoria como outra qualquer – na melhor das hipóteses, uma forma despolitizada de diversão; no pior dos casos, uma trilha sonora inócua que nos distrai enquanto flanamos pelo shopping center (*op. cit.* 2003:312).

Levando em conta estas considerações, não há como pensar sobre o funk ou sobre o rap como movimentos independentes ou isentos das influências do mercado de consumo. Esta afirmativa gera polêmica ao contrapor a precariedade da vida nas periferias, vivenciadas e representadas pela música, com a disseminação de uma cultura que, no mínimo, contradiz aquela realidade. Esta contradição pode ser verificada nas letras das músicas e nas formas de atuação de seus intérpretes: ao mesmo tempo em que enfatizam a valorização de suas origens e denunciam as desigualdades sociais, ostentam e também representam símbolos culturais difundidos e valorizados por uma classe dominante. Predominam, portanto, dois aspectos que merecem ressalva. O primeiro refere-se à possibilidade de reconhecimento e ascensão social por meio da expressão artística, o que funciona enquanto referência para outros jovens de mesma origem sócio-econômica; em contrapartida, o segundo enaltece a própria cultura de consumo, no qual o

reconhecimento de mobilidade social se dá justamente pela possibilidade de consumo de bens simbólicos valorizados socialmente.

Freire Filho (*id. ibid*) considera que, de certa forma, a indústria cultural e o mercado de consumo reservam ao rap o mesmo destino do *rock*, ou seja, o distanciamento com sua origem e a conseqüente perda de autenticidade pela comercialização de seu caráter subversivo e contestatório:

A era do *hip-hop* do gueto e para o gueto teria terminado, porém, nos anos 1990, nos Estados Unidos, quando o rap passou a ser tocado nos campi das universidades e nos lares dos brancos suburbanos. Como era previsível, a diversificação racial e a ampliação do público foram acompanhadas de familiares lamentações a propósito da cooptação do rap pela cultura de consumo – quer dizer, sua recuperação, em versões mais aguadas, pelo *establishment* e pela mídia; a adoção de seus ritmos e estilos em propagandas de tênis, carros, chicletes, refrigerantes, maquiagem, *fast food*, álcool e roupas (*op. cit.:*317).

Contudo, este mesmo autor ressalta, mais adiante, a necessidade de considerar a contribuição dos próprios artistas para relativização da lógica mercadológica:

Em suas letras e entrevistas, os *rappers*, por exemplo, amiúde trazem à baila tanto as benesses quanto as desventuras da relação com a mídia. De um lado, o sucesso comercial, além de constituir-se em fonte inegável de orgulho e num raro canal de mobilidade social ascendente para os negros, dá ensejo a investimentos artísticos renovados; de outro, submete os músicos a pressões mercantis diversas (*op. cit.:*318).

Tratando-se especificamente do *funk*, Souto (1997) aborda a descoberta deste estilo, característico dos movimentos juvenis de periferia, pela indústria cultural, adotando o termo “invenção do mercado *funk*”. Com base no que expôs a autora, é possível verificar os benefícios que a expansão da cultura *funk* propicia aos próprios jovens das camadas de baixa renda, viabilizando sua inserção numa rede

ocupações que compõem o quadro de recrutamento necessário para a manutenção deste mesmo mercado – sonorização, iluminação, Djs, MCs, Bboys, etc.

Portanto, o mercado *funk*, surge enquanto alternativa às formas tradicionais de trabalho que, geralmente, são caracterizadas por suas atividades desgastantes e mal remuneradas, isentas de perspectivas de profissionalização, ascensão e de garantias sociais, além de limitar o espaço para a execução de tarefas criativas e satisfatórias, pertinentes com sua própria cultura de origem.

(...) ao inventar seu próprio mercado, o *funk* introduziu, ampliou ou reforçou oportunidades de trabalho sobretudo para jovens pobres, abrindo, por essa via, perspectivas profissionais criativas e sensíveis à cultura própria desses jovens e à de seu tempo (Souto, 1997:68).

A discussão levantada até aqui não priorizou os aspectos específicos que diferenciam o *funk* e o *rap*. A definição precisa destes gêneros musicais não encontra convergências, tanto no campo acadêmico quanto no senso comum, limitando-se basicamente ao conteúdo ideológico transmitido, principalmente nas mensagens que compõem as músicas.

A literatura sugere que o rap vincula às suas músicas um conteúdo muito mais politizado, que assume um tom de protesto, de denúncia, enquanto o *funk* adota uma linguagem mais corriqueira, descompromissada com um conteúdo crítico, apenas descreve o dia-a-dia da vida nos subúrbios (CECHETTO, 2002).

No entanto, pode-se verificar que as origens tanto do *funk* quanto do rap se deram num mesmo contexto social: nas periferias de grandes centros urbanos, mais especificamente nos Estados Unidos. Cechetto (*op. cit.*) salienta que, apesar de não serem genuinamente brasileiros, estes estilos sofreram modificações ao longo do tempo, sendo profundamente afetados por manifestações da cultura local que coloca em relevo aspectos relativos ao cotidiano de jovens de baixa renda das periferias

das metrópoles brasileiras. De qualquer modo, os guetos nos quais estes ritmos inicialmente se desenvolveram eram marcados por serem locais que predominavam negros de classes desfavorecidas, tal como acontece no contexto brasileiro. Neste sentido, ambos os estilos musicais estiveram, por muito tempo, estritamente vinculados com os movimentos negro e de classe, tornando-se, de uma só vez, um dos principais atrativos de lazer e veículos de expressão dos jovens moradores dos subúrbios.

A privação econômica e as precárias condições de vida não impediram o surgimento de jovens artistas ligados a tais movimentos, justamente porque estes estilos não necessariamente dependem de uma variedade de instrumentos musicais. Assim sendo, em seu momento inicial, a produção destes ritmos podia ser realizada sem maiores investimentos financeiros, utilizando-se enquanto base musical a “mixagem” de variadas músicas e ritmos, bastando apenas introduzir os vocais. A informalidade que marcou a produção musical também era refletida nas formas de divulgação que permaneceu nos guetos até as décadas de 80 e 90, quando estes fenômenos musicais revelaram-se no mundo midiático.

As origens e a maneira como se desenvolveram estes ritmos não apresentam nenhuma divergência significativa que propicie caracterizar cada um dos estilos. Suas raízes são as mesmas, porém a diferenciação se dá através das formas de manifestação e atuação. Enquanto o *funk* é marcado por seus “pancadões”, o *rap* é produzido a partir de ritmos mais melódicos, por vezes melancólicos, ou até mesmo agressivos, o que parece adequado segundo o teor das mensagens que os acompanha. Como foi apontado em outro momento, o rap caracteriza-se por fazer uma música de protesto que denuncia a crueza da realidade de milhares de jovens que se encontram em situação de marginalidade social. A idéia é conscientizar por

meio de um discurso crítico que se propõe a dar visibilidade aos problemas enfrentados pelos moradores destes locais, assim como chamar a atenção para as desigualdades econômicas e as violências e injustiças sociais que marcam este cotidiano. Em contraposição à seriedade como são tratadas as questões sociais no rap, o *funk* demonstra que é possível retratar a mesma realidade utilizando elementos de irreverência e de sátira. Neste mesmo sentido, percebe-se nas danças esta mesma característica, enquanto no *rap* os movimentos corpóreos mostram-se bastante restritos e monótonos, como se não houvesse motivo ou razões para festejar; no *funk*, os movimentos são intensificados quanto melhor é o “pancadão”, demonstrando uma afinidade com aquilo que é cantado. Este aspecto foi discutido por Cechetto (1997 e 2002) em seus estudos sobre “as galeras funk”, revelando como a dança está concatenada com o conteúdo das músicas.

Pelos temas abordados nas canções, pode-se, então, refletir acerca das vias de socialização destes jovens. A música, enquanto via de comunicação, é tomada enquanto instrumento de expressividade não apenas de seus autores, mas principalmente de seus ouvintes e seguidores que elaboram de forma lúdica questões de sua própria realidade. Nesse caso, evidencia-se a identificação com tudo aquilo que é dito, transmitido, pensado e atuado. Ou seja, o que é retratado nas músicas não é algo distante das experiências vivenciadas pelos jovens, sugerindo o reconhecimento e apropriação de uma ideologia que dará contorno a um estilo de vida próprio condizente ao seu contexto sócio-cultural. Assim, a identificação destes jovens refere-se não apenas à imagem vinculada ao artista mas, principalmente, aos personagens e às situações descritas nas mensagens, reconhecidas como se fossem suas próprias histórias.

4 TRAJETÓRIAS DE JOVENS DE BAIXA RENDA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

4.1 Origem e Organização dos Dados Empíricos

A discussão teórica realizada até aqui possibilitou visualizar alguns mecanismos inerentes à construção de circuitos de sociabilidade de jovens de baixa renda em grandes centros urbanos. A interação destes jovens com a cidade e seus produtos, além das instâncias responsáveis por sua administração, envolve sentimentos e recursos subjetivos, nem sempre manifestos, que sustentam a diversidade das experiências vivenciadas no espaço urbano. A maneira como a cidade se revela para estes jovens é determinante na construção de suas subjetividades, implicando ainda nas diferentes formas com que traçam seus percursos na cidade em que vivem. Entretanto, a construção destes percursos só será produzida na medida em que os indivíduos circulam e experienciam a cidade, reconhecendo seus mais diversificados aspectos, sejam eles instituições e/ou agentes sociais, e negociam assim seus espaços de interação. Neste sentido a investigação empírica mostra-se fundamental, uma vez que a interpretação de dados autoriza a compreensão dos mecanismos e sentimentos que circundam as escolhas e percursos de jovens pobres na cidade.

A intenção de investigar as experiências de jovens de classes menos favorecidas na cidade do Rio de Janeiro e a forma como eles se apropriam deste espaço levou à análise de entrevistas previamente realizadas com jovens participantes do Projeto Jovem Total. Este projeto foi desenvolvido no período de setembro a novembro de 2002 pelo governo do Estado do Rio de Janeiro,

abarcando jovens de 18 comunidades de baixa renda situadas em áreas periféricas e suburbanas da região metropolitana do Rio de Janeiro.

O projeto envolveu atividades que visavam à promoção tanto profissional quanto subjetiva dos jovens. Assim sendo, foram oferecidas, em paralelo, diversas oficinas de capacitação profissional, além de espaços para grupos de reflexão², que procuravam abordar os desejos e as expectativas destes em relação ao projeto em desenvolvimento, às suas vidas e ao seu futuro. Além destes grupos, a equipe do NIPIAC fez uso de questionários e entrevistas que possibilitaram obter informações mais objetivas que viabilizaram reconhecer o perfil desta população como também a relação que estabelecem com a cidade, as instâncias administrativas e suas comunidades³.

As entrevistas foram realizadas com todos os 1300 jovens inscritos no projeto, de ambos os sexos (839 do sexo feminino e 461 do sexo masculino), com idade variando de 12 a 29 anos, estando a maioria (948 jovens) na faixa de 14 a 19 anos. O questionário⁴ constou de 19 questões semi-abertas, nas quais se explorou o modo de vida destes jovens, a forma como percebem a si mesmos, os outros e a realidade que os cerca, e as suas expectativas em relação ao futuro.

Utilizaram-se, no presente estudo, apenas duas das 19 questões do questionário, nas quais foi solicitado que os entrevistados (i) citassem quatro problemas da cidade e as possíveis soluções e (ii) relacionassem seus sentimentos com algumas instâncias apresentadas, como a família, o governo, a polícia, os amigos, a comunidade, dentre outras. Considerando a dimensão do roteiro de

² Os grupos de reflexão foram desenvolvidos pelo Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC), vinculado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob coordenação da professora Lúcia Rabello de Castro.

³ É importante esclarecer que os dados das entrevistas utilizados para análise e interpretação foram coletados pela equipe do NIPIAC em um momento anterior à minha entrada no curso de pós-graduação, não havendo portanto, um contato com os jovens.

⁴ Ver Anexos

entrevista, a escolha destas duas questões deve-se aos objetivos propostos no trabalho, quais sejam: (i) compreender os percursos traçados pelos jovens de baixa renda na cidade, considerando os recursos por eles utilizados, e (ii) identificar a percepção e os sentimentos envolvidos em sua relação com o meio que os circundam e o espaço urbano no qual se encontram.

Os problemas da cidade são tomados enquanto aspectos demarcadores ou delimitadores dos circuitos de socialização dos jovens economicamente desfavorecidos, definidos ao longo das negociações de interação realizadas com outros agentes sociais. No entanto, o sentimento dos entrevistados com referência às instâncias da cidade pode indicar algumas limitações subjetivas e demonstrar como estes jovens se relacionam e percebem algumas instituições e agentes sociais significativos na vida urbana.

A metodologia empregada na interpretação dos dados consistiu de uma análise de conteúdo, método que possibilita a sistematização e categorização das formas discursivas. Não se tratou apenas de descrever o conteúdo destas mensagens, mas observar os dados após seu tratamento e, desse modo, realizar inferências e interpretações sobre os resultados, comparando-os com a literatura especializada. No âmbito das entrevistas, optou-se pela técnica de categorização, com a fragmentação do texto em elementos que podem consistir em um tema ou palavra que constituem, assim, as categorias. No entanto, a escolha das categorias respeita um determinado ordenamento analógico que simplifica e, ao mesmo tempo, conserva o sentido inicial dos registros discursivos.

4.2 Problemas da Cidade: apresentação dos resultados

A questão que procurou abordar os quatro principais problemas da cidade apresentou respostas de dimensões variadas que, para fins de análise, foi

necessário organizar em dados mais sistemáticos, em seguida agrupados em categorias temáticas. A definição dos temas baseou-se e obedeceu à idéia principal transmitida nas respostas, qual seja o problema da cidade, buscando abarcar aquelas que apresentavam maior convergência entre si.

Assim sendo, foram construídas seis categorias temáticas: (i) **Problemas Urbanos e Ambientais**: agrupou respostas que tratam mais especificamente das conseqüências dos processos de urbanização das grandes metrópoles; (ii) **Violência e Criminalidade**: incluiu referências a proporções variadas de atos de violência e/ou à diversidade de crimes cometidos no espaço urbano, sobretudo, o tráfico de drogas; (iii) **Falta de Oportunidades e Desigualdade Social**: abrangeu respostas que identificam como problemas aqueles relacionados com a situação de pobreza, e seus desdobramentos, na qual se encontra grande parte dos habitantes da cidade; (iv) **Educação e Saúde**: envolveu respostas que reportam à falta de qualidade e a dificuldade de acesso a estes serviços públicos; (v) **Problemas Morais e Familiares**: representou as respostas cujo problema apresentado focaliza a família e/ou a ausência de princípios éticos e valores morais fundamentais nos relacionamentos sociais; e, finalmente, (vi) **Governo**: articulou as respostas que tomam como problema o Governo ou o Estado.

Os problemas citados demonstram, portanto, dimensões que variam desde as relacionadas diretamente com a esfera pública, até as que estão mais ligadas à esfera privada. Assim sendo, revelam-se problemas diretamente relacionados com o governo ou o poder público, responsável não apenas pela administração, conservação e proteção da cidade e de seus habitantes, mas também pela garantia dos direitos básicos de qualquer cidadão; como também são mencionados problemas com a família, com os amigos, com a comunidade e com o outro,

envolvendo sentimentos e situações de desrespeito mútuo. No entanto, por mais que as respostas pareçam apresentar problemas com sentidos discrepantes, estes estão articulados entre si, na medida em que dizem respeito a redes de sociabilidade necessárias aos percursos destes jovens pelo espaço urbano. Ou seja, a partir dos problemas e dificuldades mencionados é possível inferir na forma em que definem e delimitam os seus circuitos sociais.

A análise das categorias foi realizada levando em consideração dois indicadores: (i) a relevância que cada uma adquire na dimensão das vivências e experiências urbanas dos jovens, o que pode ser verificado articulando a frequência de cada categoria segundo a ordem de citação – torna-se mais relevante aquela categoria com maior incidência dentre aquelas citadas em primeiro lugar; (ii) a frequência absoluta destas categorias, demonstrando os principais problemas enfrentados ou percebidos pelos jovens no contexto urbano. Entre os primeiros problemas citados, denominados *Problemas 1*⁵, as maiores incidências estão para a categoria Violência e Criminalidade (548 registros), Problemas Urbanos e Ambientais (259), Falta de Oportunidades e Desigualdade Social (258) e Educação e Saúde (204), o que permite inferir que as questões relativas à violência ocupam um lugar significativo na relação destes jovens com a cidade, seu meio circundante e com a figura do outro, quase sempre ameaçador.

Em outro extremo encontram-se os problemas de menor prioridade que seriam aqueles citados por último (*Problemas 4*) e com menor incidência, que correspondem às categorias Governo e Problemas Morais e Familiares que também demonstraram as menores incidências em *Problemas 1* (14 e 8, respectivamente). A reflexão sobre estas questões possibilita compreender qual a atribuição concedida a

⁵ Os problemas citados em segunda ordem foram denominados Problemas 2 e assim respectivamente, até aqueles citados por último, ou seja, em quarto lugar.

estes problemas na dimensão da cidade e de que maneira eles interpelam os percursos dos jovens.

O registro total de cada categoria, isto é, sua frequência absoluta, permite visualizar, na opinião dos jovens, quais são as principais áreas problemáticas da cidade. Somando os registros para cada categoria ao longo dos quatro níveis de ordenação dos problemas, encontram-se 1309 registros relacionados à categoria Problemas Urbanos e Ambientais, 1257 registros para a categoria Violência e Criminalidade, 1086 para Falta de Oportunidades e Desigualdade Social e 1014 para Educação e Saúde. No outro extremo, entre as categorias de menor incidência, estão Governo e Problemas Morais e Familiares, ambos com 134 registros. Estes dados podem ser verificados na Tabela 1:

Tabela 1: Categorias por ordem de citação e frequência absoluta

CATEGORIAS	Problemas 1	Problemas 2	Problemas 3	Problemas 4	Frequência absoluta
Problemas urbanos e ambientais	259	345	375	330	1309
Violência e criminalidade	548	294	222	193	1257
Falta de oportunidades e desigualdade social	258	330	267	231	1086
Educação e saúde	204	263	288	259	1014
Problemas morais e familiares	8	28	41	57	134
Governo	14	29	39	52	134
Respostas em branco	8	19	65	156	248
TOTAL	1299	1308	1297	1278	5182

Outro fato que merece ressalva é a frequência de respostas em branco, ou seja, não respondidas pelos entrevistados; às vezes pela dificuldade de relatar mais algum problema, ou por não se lembrarem ou até mesmo por não encontrarem nenhum problema na cidade. O que chama atenção é o aumento gradativo das respostas em branco, pois enquanto nos *Problemas 1* encontram-se apenas oito registros em branco, nos *Problema 4* encontramos 156, o que, de certa forma, comprova a existência de uma priorização dos problemas pelos jovens. O mesmo

acontece com Governo e Problemas Morais e Familiares, que são citados primeiramente apenas por 14 e 8 entrevistados e no final por 52 e 57, respectivamente. Assim sendo, este fato demonstra que primeiramente foram lembrados e citados os problemas de maior relevância na percepção dos jovens, enquanto, por último, não foram lembrados ou foram mencionados os problemas de menor importância, neste caso, representados pelas categorias Governo e Problemas Morais e Familiares. Do mesmo modo, ainda é possível verificar na Tabela 1 uma convergência entre a frequência absoluta das categorias de maior incidência e a ordem de prioridade em que aparecem, comprovando a relevância de determinados problemas no espaço urbano.

Dessa forma, decidiu-se analisar somente os quatro problemas principais representados pelas categorias Violência e Criminalidade, Problemas Urbanos e Ambientais, Falta de Oportunidades e Desigualdade Social e Educação e Saúde, às quais se dedicará uma discussão mais aprofundada. Para cada uma destas categorias é apresentada uma tabela com o conjunto de subcategorias que as compõem e a frequência de cada uma delas⁶. Relatos das entrevistas são utilizados para ilustrar a rede de conexões na qual os jovens combinam variados problemas significativos em suas trajetórias pela cidade. A maneira como estes problemas aparecem articulados confere sentido às delimitações dos circuitos de socialização traçados por estes jovens, ressaltando que alguns problemas são apresentados enquanto provocadores de outros.

4.2.1 Violência e Criminalidade

Nesta categoria de problemas foram incluídas questões relacionadas a atos de violência, como violência sexual, violência doméstica, maus tratos e brigas, assim

⁶ Tabelas em Anexos

como a crimes envolvendo assaltos, seqüestros e, com maior destaque, o tráfico de drogas. Cenas de violência têm lugar comum em grandes centros urbanos, como é o caso do Rio de Janeiro, expondo seus habitantes a situações de vulnerabilidade e insegurança. A complexidade do tema pode ser verificada na diversidade dos registros que comportam dados objetivos, segundo as vivências de cada um, do mesmo modo que configuram a violência como uma idéia abstrata, totalizadora, algo que seria inerente aos desafios da vida nas grandes cidades.

Com base no estudo realizado em diferentes estratos sociais da cidade do Rio de Janeiro, Minayo *et al.* (1999) observaram que a noção dos jovens sobre violência está centrada principalmente em suas experiências que são impregnadas por uma realidade ainda mais ampla, baseada em dados e fatos transmitidos pelos meios de comunicação, pelo senso comum e pelo imaginário coletivo.

A noção de violência construída por um jovem é em parte retirada do que realmente acontece; da sua consciência de classe; da sua posição na sociedade; das suas interações sociais na escola, na família e com as mensagens da mídia; da sua experiência com esse fenômeno; do imaginário coletivo; e de como sua subjetividade processa e reage a esse conjunto de relações e estímulos. A consciência dos jovens sobre o fenômeno teria, portanto, o peso das idéias hegemônicas que criam as estruturas imaginárias de relevância, do desenvolvimento de suas experiências enquanto grupo etário, estrato social, gênero e etnia, e também dos fatos concretos que acontecem com eles ou que presenciam (1999: 148).

As situações levantadas pelos jovens envolvidos no presente estudo referem-se às suas vivências particulares com o outro, com a comunidade e com a cidade, bem como a situações sob as quais toda população encontra-se submetida. As respostas demonstram a presença de um outro ameaçador que é o bandido, o assaltante, o seqüestrador e, principalmente, o traficante, responsáveis pelo clima de insegurança nas ruas das grandes cidades.

Os sentimentos provocados e os artifícios utilizados para conviver com os perigos da cidade são elementos subjetivos diferenciais entre um indivíduo e outro,

marcando a maneira com que cada um delimita seus circuitos em virtude dos riscos que correm:

“A criminalidade só pode ser resolvida através dos governos. Ele é que tem que colocar e impor segurança, dar oportunidade para gente andar mais tranquilo na rua” (22 anos, sexo feminino, Senador Camará).

“Botar mais segurança na rua, eu já vi adolescente de boné que começa a levar porrada, gente inocente apanhando, já cansei de ver violência(...)” (17 anos, sexo feminino, Manguinhos).

Neste contexto, surge também a figura do jovem ou do menor criminoso que pode exercer papel duplamente ameaçador por se tratar de um outro tão semelhante a si próprio. Um jovem de 18 anos, residente de Manguinhos, argumenta que atualmente *“(...) a maioria dos traficantes são garotos”*. Assim, ao mesmo tempo em que são vítimas da violência, sofrendo as conseqüências da insegurança gerada por esta situação, os jovens de estratos populares são também apresentados enquanto protagonistas de atos violentos.

Na região metropolitana do Rio de Janeiro, a violência tem tomado proporções alarmantes, sendo apontada como efeito principal dos conflitos entre as diferentes facções do narcotráfico, que pretendem dominar regiões estratégicas para expansão de seus negócios. A discussão teórica anteriormente apresentada e os dados coletados permitem comprovar o alto grau de vulnerabilidade dos jovens de baixa renda em seus locais de moradia, uma vez que estes locais são áreas dominadas pelo crime organizado. Neste sentido, não é surpreendente que a segunda maior incidência dentro desta categoria refere-se ao tráfico de drogas, marcando a estreita relação que os jovens das comunidades estudadas estabelecem com a violência advinda do crime organizado, exigindo destes jovens a elaboração de estratégias de interação e socialização direcionadas à preservação

de suas vidas. Esta realidade pode ser traduzida pelas seguintes experiências relatadas, cujos problemas apontados referem-se à insegurança e ao domínio do tráfico de drogas nestas localidades:

“Ficar dentro de casa e esperar o tiro acabar. À noite a gente quase não pode sair na rua por causa disso. Alguns bandidos são legais, só protegem o que é deles” (17 anos, sexo masculino, Manguinhos).

“Com a violência, os ônibus param de passar, aí só passa Kombi que é controlado por eles” (15 anos, sexo masculino, Senador Câmara).

Estas falas sugerem o quanto estes jovens estão submetidos às leis e às ações do narcotráfico que, devido à violência gerada, controlam tanto o tempo ou horário, quanto os meios de circulação nestas localidades. Além das dificuldades de locomoção geradas pela desvantagem econômica e pela distância de algumas destas comunidades, que restringem a circulação dos jovens pelo espaço urbano, há ainda as limitações impostas pela organização do tráfico, delimitando e circunscrevendo os espaços de sociabilidade dentro das próprias comunidades, onde o perigo eminente inviabiliza um deambular tranqüilo em qualquer horário e em qualquer lugar.

Os jovens percebem que a violência é também provocada por fatores de ordem econômica e consideram a pobreza, a desigualdade social e, principalmente, o desemprego responsáveis pela inserção dos indivíduos no mundo do crime.

“Eu acho que todo mundo tinha que ter um dinheiro porque a maioria da violência vem do roubo, do povo que passa necessidade” (21 anos, sexo feminino, Prazeres).

“A criminalidade já existe há muito tempo, agora que chegou na zona Sul é que está incomodando, quando estava na zona Oeste e Norte ninguém se incomodava” (20 anos, sexo feminino, Padre Miguel).

“O governo deveria diminuir a desigualdade social para acabar com a violência, acho que só tem violência por causa da desigualdade social, uns têm muito e outros tem pouco, só tem rico porque tem pobre. Deveriam criar mais emprego, tirar as crianças da rua, deveriam criar uma casa de recuperação e educação com encaminhamento para profissão” (19 anos, sexo feminino, São Bento).

“Dar mais atenção para os jovens. A violência é sinal de que algo não está bem; talvez revolta. Ver que o carinha da Barra se veste bem e na sua casa não tem nada para comer. Este projeto é uma ajuda para dar trabalho a eles” (20 anos, sexo feminino, Manguinhos).

Associados ao desemprego encontram-se também a ociosidade e a falta de perspectivas dos jovens. A baixa oferta de empregos pode ser vista como fator impeditivo à apropriação da cidade, acentuando o valor que o trabalho deposita ao sujeito, conservando sua dignidade, além de viabilizar o consumo e o acesso às mercadorias da cidade. A possibilidade de uma ocupação permite a construção de redes de sociabilidade fundamentais para a formação destes jovens que se mantêm afastados dos perigos da cidade. A ociosidade é percebida como um risco que pode conduzi-los a atividades ilegais, ilícitas, ou imorais: criminalidade, vícios, prostituição, etc.

Os relatos seguintes demonstram a relação que o jovem estabelece entre criminalidade, vícios, prostituição, desemprego e falta de oportunidades:

“O jovem que é criado em um local pobre é obrigado a largar o estudo, não consegue crescer, fica revoltado e acaba se envolvendo com a marginalidade, com as drogas. Os homens da lei, governo, presidente, têm que dar mais oportunidades para esses jovens” (22 anos, sexo masculino, João XXIII).

“No caso dos jovens... Acho que tem que ter essas oportunidades para que ele tenha uma perspectiva para o futuro. Acho que as pessoas que moram em favela já crescem assim: eu não tenho nada mesmo, então vou roubar” (17 anos, sexo feminino, João XXIII).

“Se tivessem mais empregos para as pessoas as crianças não estariam nas ruas roubando (...)” (16 anos, sexo feminino, São Bento).

“Muita gente rouba porque não tem trabalho. Se tivesse mais emprego muita gente não roubaria mais, nem se prostituiria” (15 anos, sexo masculino, Senador Camará).

As oportunidades de lazer, a participação em projetos desenvolvidos pelo Estado ou outras entidades e o investimento em uma formação acadêmica ou profissional são valorizados enquanto artifícios que protegem contra as atrações do crime organizado, possibilitando a participação e circulação em redes de sociabilidade que não tendem ao desmantelamento destes jovens.

“Reformulação na educação, mais lazer e incentivo para que as pessoas saiam deste mundo do crime” (16 anos, sexo masculino, São Bento).

“A violência em geral é um problema, tudo é resultado de educação, faltam oportunidades de emprego e as pessoas acabam se envolvendo com o tráfico. Deveriam existir mais projetos como esse, o Estado deveria investir mais nas escolas (...)” (23 anos, sexo feminino, São Bento)

“Mais lazer para a pessoa nova porque é nesse momento que o cara vira bandido. O jovem não deve ficar sem ter o que fazer. A educação precisa melhorar, precisa ter mais projetos como este” (17 anos, sexo masculino, Paciência).

“Se combate só com a educação mesmo. A pessoa bem informada não vai entrar para vida do crime. Depois que está ali, para tirar é difícil. Não pode deixar eles irem para depois tirar. É que nem um vício, depois que entrou...” (20 anos, sexo feminino, Cidade de Deus).

“A violência está ligada ao desemprego, deveria dar a esses jovens condições de trabalho e estudo, porque acham que faculdade é só para rico e eu já ouvi muito isso por aí. O resumo de tudo é investir na profissionalização” (24 anos, sexo feminino, Andaraí).

“Os menores estão entrando na vida do crime. O governo devia dar mais escola, cursos como esse. Eu mesmo fui

procurar vaga na escola para mim e meu irmão e não consegui” (18 anos, sexo feminino, Cidade de Deus).

As palavras dos próprios jovens denunciam o quanto a criminalidade é vislumbrada, por alguns, como uma possibilidade de ascensão social, principalmente diante da falta de perspectivas de emprego, lazer e consumo. Ou seja, o “mundo do crime” e os circuitos que este envolve tornam-se uma alternativa diante da impossibilidade de participação em outros circuitos convencionais, fundamentais na vida destes jovens. Este fato atenta para a precocidade da reprodução da violência e, conseqüentemente, para o aumento do índice de mortalidade entre crianças e jovens. E um jovem alerta:

“Muita criança entra no tráfico muito cedo aí vai morrendo com tiroteio, bala perdida, fica na rua, passa fome. Por isso que o mundo está assim, muita gente morrendo muito cedo” (15 anos, sexo masculino, Prazeres).

Neste sentido, a falta de perspectivas de ampliação de seus circuitos de sociabilidade pode ocasionar em outros trajetos que limitam o jovem a espaços que nem sempre são satisfatórios para sua formação social e subjetiva, assim como para a preservação de suas vidas. São portanto, percursos estreitos, restritos a espaços marginais que não viabilizam a circulação e a apreensão do espaço urbano como um todo.

4.2.2 Problemas Urbanos e Ambientais

Nesta categoria, são tratados mais especificamente os problemas relacionados com os processos de urbanização das grandes metrópoles. Estes registros remontam à preocupação dos jovens sobre aspectos e dificuldades que encontram na cidade em que vivem, além de retratar a carência e precariedade de seus locais de moradia comprometendo a qualidade de vida nas comunidades

pobres do Rio de Janeiro. A incidência e a maneira que percebem estes aspectos inferem na apropriação e na imagem que constroem da cidade a partir de seus percursos e experiências, despertando sentimentos positivos e negativos.

O sentimento de pertencimento e a apropriação da cidade permitem o conhecimento e compreensão do espaço urbano, assim como das relações sociais que se estabelecem neste espaço; portanto, são requisitos fundamentais para o exercício da cidadania que exige primeiramente a identificação do sujeito com a cidade e com seus habitantes. Este sentimento Castro (2001) denomina de “*amor à cidade*”:

Amar a cidade significa aqui identificar-se com esse lugar, fazê-lo seu, o que demanda ação e participação do sujeito. Assim, tornar-se cidadão não se constitui uma tarefa apenas baseada na aprendizagem diligente e racional de idéias e valores, mas na projeção afetiva do eu aos espaços, aos lugares onde a vida humana se constrói através do convívio com o outro. Parece que tornar-se cidadão – habitante da cidade e senhor de direitos e obrigações engendrados no âmbito da convivência com os outros – está enredado nos processos de participação nos destinos da cidade que tornam visíveis os destinos de cada um (2001:116).

Em relação à dimensão da cidade, a identificação de situações levantadas pelos jovens como problemas é produto das vivências e do contato mais estreito com o espaço urbano, indicando, de algum modo, a apropriação e o pertencimento a este espaço que é comum a vários outros cidadãos. Introduce-se, neste âmbito, uma preocupação relativa à qualidade de vida, ao bem-estar e ao destino do outro que compartilha este mesmo espaço, indicando ainda sentimentos conseqüentes dos rápidos processos de urbanização das cidades modernas, como insegurança, abandono, desamparo, solidão, falta de privacidade e de liberdade, dentre outros. Os registros elucidam como os jovens percebem questões relativas à estrutura da cidade, além de aspectos específicos do desenvolvimento de grandes centros urbanos, demonstrando um sentimento de preocupação com o outro:

“O governo deveria melhorar as ruas, as praças” (16 anos, sexo feminino, Cidade de Deus).

“Falta de moradia; o governo deveria construir mais casas populares, tipo favela-bairro” (20 anos, sexo feminino, Cidade de Deus).

“Urbanização descontrolada; a população está gerando muitos filhos sem ter onde morar e sem ter planejamento” (18 anos, sexo masculino, Cesarão).

“Menores de rua passam fome e frio, sendo violentados; criar mais abrigos, escolas e mais atividades de esporte” (23 anos, sexo feminino, Cesarão).

“Projetos de retirar moradores de rua, fazer algum lazer com eles, tirá-los da condição de ‘não-gente’” (13 anos, sexo feminino, Paciência).

“Muitos [moradores de rua] fogem dos abrigos que têm aí. Tem que ser feito abrigos melhores, onde eles possam ter carinho e atenção. Só isso que eles precisam” (15 anos, sexo feminino, Cidade de Deus).

No contexto das comunidades, os problemas relatados denunciam a necessidade de urbanização destes locais que, muitas vezes, não apresentam rede de água e esgoto, iluminação pública e ruas asfaltadas, assim como opções de lazer. A maioria destas localidades caracteriza-se pela insuficiência de transporte coletivo, pelo difícil acesso e pelo distanciamento de áreas centrais onde estão concentradas melhores oportunidades de trabalho e opções de lazer e cultura, contribuindo para o isolamento e a conseqüente exclusão dos estratos sociais de baixa renda. Os depoimentos que se seguem fazem referência à distância da comunidade e à dificuldade de locomoção de seus moradores:

“Não ter nenhuma possibilidade de emprego na comunidade, só fora, longe. As pessoas acabam tendo que ir muito longe, se sacrificam para conseguir emprego” (23 anos, sexo feminino, João XXIII).

“Os bairros são muito morto. Se você quer curtir alguma coisa tem que ir a outro lugar. Ter lazer no próprio bairro; costume ir para Madureira. Aqui no Grajaú tem três clubes” (21 anos, sexo masculino, Andaraí).

A descrição da comunidade enquanto um lugar morto remete ao vazio, a um lugar onde nada acontece, onde não se chega nada, onde não se experiencia o novo, a diversidade.

Outras três jovens retratam as precárias condições de vida de suas comunidades:

“Aqui tem muita favela com barracos faltando saneamento. O governo teria que fazer casas mas com preços justos... nem todo mundo tem para pagar (...). Aqui tem valão, esgoto... dá problema. Saneamento básico é necessário. O governo tem que limpar isso, tem que ser mais assíduo na limpeza” (29 anos, sexo feminino, Paciência).

“Falta de recursos na comunidade, o governo devia pôr mais coisas aqui dentro: escola, hospitais, creche. (...) Ruas sujas, sem obra, o governo investindo mais. Não é porque é favela que tem que ficar escangalhado” (22 anos, sexo feminino, Cidade de Deus).

“Poderiam fazer o saneamento, aqui tem muitas ruas que são asfaltadas, mas têm muitas que não, a minha, por exemplo, é terra pura, esgoto a céu aberto” (15 anos, sexo feminino, Senador Câmara).

A segregação sócio-espacial dos estratos menos favorecidos da população é um fenômeno característico das cidades contemporâneas, sendo comum a exclusão e o isolamento não apenas geográfico, mas no que diz respeito aos direitos básicos de qualquer cidadão. Percebe-se, portanto, que uma grande parte do contingente populacional das grandes metrópoles não está apenas vivendo às margens da sociedade, mais ainda encontra-se às margens de direitos fundamentais que têm como função garantir a vida e o desenvolvimento de qualquer cidadão, independentemente de sua origem social, étnica ou classe etária.

A negligência do Estado para as condições de vida desta parcela da população, que sobrevive em condições desumanas, contribui para a formação de uma imagem negativa e estereotipada das regiões periféricas e suburbanas da cidade. Estas localidades são traduzidas pelos signos da desordem, da miséria e da ilegalidade, refletindo na imagem de seus moradores, que sofrem todo tipo de discriminação decorrente de estigmas que os relaciona com a figura ameaçadora do *favelado revoltado, do marginal, do criminoso, etc.*

Cordeiro e Menezes (2001), pesquisando crianças e jovens de áreas periféricas de Fortaleza (CE), notaram o constrangimento inerente nos discursos destes sujeitos que habitam o “*lado pobre da cidade*” (nas favelas e/ou “*ocupações*”), local destituído de políticas públicas e investimentos que deveriam priorizar a melhoria da infra-estrutura e, conseqüentemente, a qualidade de vida de seus moradores. Segundo as autoras:

(...) viver na ‘ocupação’ significa estar no lado ‘ilegal’ da cidade, o lado das favelas, dos cortiços, dos loteamentos clandestinos, enfim no campo da desordem urbana. É provável que essa condição de clandestinidade, ilegalidade no plano geográfico, tenha reflexos no plano político, uma vez que esta população que ocupa um ‘não-lugar’, um lado ilegal da cidade, está privada dos seus direitos de usufruir de uma infra-estrutura urbana mínima que garanta qualidade de vida (2001:27).

Os elementos que compõem os Problemas Urbanos e Ambientais apontam em sua maioria para situações de abandono e desamparo nas quais se encontram crianças e jovens, assim como moradores de rua; problemas ambientais envolvendo poluição do ar, de ruas e de praias; péssima infra-estrutura, incluindo falta de pavimentação e asfalto, confusões e acidentes de trânsito, insuficiência de transporte coletivo, precariedade das moradias e das redes de saneamento básico. Este conjunto de problemas representa, em geral, conseqüências do processo de

urbanização das grandes metrópoles que reforçam o empobrecimento de grande parte da população e de sua condição de vida. Desse modo, os problemas que compõem esta categoria podem ser considerados referência para as outras categorias ou, pelo contrário, podem fazer referências a estas outras. A complexidade destas questões relativas ao espaço urbano dificulta a análise isolada destes resultados e explica, possivelmente, sua maior incidência sobre as outras categorias. Como pensar a falta de segurança e a necessidade de policiamento sem levar em consideração os aspectos da violência e a incompetência das instâncias responsáveis pela administração da cidade, como o governo e a polícia? Estes aspectos podem estar interligados em variadas combinações, mas é claro que não seriam problemas se os outros não existissem.

Em relação aos registros sobre a polícia, instância responsável pela proteção da cidade, percebe-se que esta não gera sentimentos positivos nos jovens. Estes registros mostram-se intrinsecamente articulados com a categoria Violência e Criminalidade, já que suas ações são descritas, principalmente, a partir das invasões violentas que realizam nas comunidades, que ao invés de proteger seus moradores os expõem ainda mais em seus conflitos com as quadrilhas do tráfico. Além da violência policial, os relatos revelam ainda o preconceito e a discriminação contidos nas ações policiais, baseadas muitas vezes em concepções estereotipadas, que identificam os jovens de baixa renda como marginais ou bandidos.

Os relatos a seguir de jovens moradores do Andaraí ilustram estas afirmativas:

“Os policiais não deveriam entrar na comunidade atirando pois pode pegar em gente inocente. Eles podem entrar mas não pode sair atirando”. (16 anos, sexo masculino, Andaraí)

“Ouvir mais os pobres do morro. Colocar menos policiais porque é tudo corrupto, bate nos moradores e causa mais violência” (17 anos, sexo feminino, Andaraí).

“Tirar a polícia do morro porque mata gente inocente, fica querendo pegar dinheiro dos moradores. Acho que todo mundo é traficante. Tenho tanta raiva de polícia...” (21 anos, sexo feminino, Andaraí).

E ainda:

“Os policiais acham que todo mundo que mora na Comunidade é marginal, eles têm que se conscientizar que têm famílias e trabalhadores. Como vamos confiar neles, se são corruptos. Tirar esses corruptos, porque por causa de alguns, todos ficam como corruptos e a comunidade não se sente segura” (18 anos, sexo feminino, Prazeres).

“Deveria ter policiais verdadeiramente dispostos a servir o Estado pois são os primeiros a ajudar para que o tráfico tenha poder” (18 anos, sexo feminino, Parada de Lucas).

“Tem que capacitar mais os policiais, têm que ser mais competentes, para não acharem que todos são bandidos” (22 anos, sexo masculino, Parada de Lucas).

Os depoimentos apresentam ainda outras questões interligadas com a polícia, tais como: a urgência de capacitação destes profissionais que arriscam a vida de pessoas inocentes e a corrupção, geralmente atribuída ao tráfico de drogas. Este quadro gera um clima de insegurança e desconfiança não apenas nos moradores destas comunidades, mas nos habitantes da cidade como um todo.

No contexto do Rio de Janeiro, a falta de segurança é percebida como consequência de uma variedade de fatores, como a desonestidade da polícia, a precariedade do policiamento, o preconceito e a falta de preparo dos policiais, as guerras entre as facções do narcotráfico e deste com a polícia.

“A falta de segurança é consequência de uma má educação. Os policiais também não estão preparados para atuar nos morros, favelas. Eles vão para combater e acabam se

envolvendo e se tornam pior que os marginais” (17 anos, sexo feminino, Paciência).

“Segurança nossa está precária mesmo. A gente anda na rua com medo. Não adianta nada botar mais policiamento, tem que partir para área social, acabar com essa sedução do tráfico. Têm muitos que vão para essa vida por safadeza, e outros porque precisam mesmo” (21 anos, sexo feminino, Cesarão).

“Não tem uma praça onde moro. Todo mundo anda armado. Você não pode sair mais tranquilo. Tem que ser tudo mudado” (21 anos, sexo masculino, Melhoral).

Os depoimentos dos jovens são ilustrativos destas articulações ressaltando a complexa rede que envolve a questão da insegurança nos grandes centros, demonstrando ainda as limitações de um deambular tranquilo, tanto nos limites das comunidades quanto no espaço da cidade. As preocupações e dificuldades relativas à estrutura urbana e à destruição do meio ambiente demarcam fisicamente os espaços por onde é possível circular. Contudo, a falas elucidam ainda mais estas demarcações quando se trata da infra-estrutura das comunidades, remetendo principalmente à falta de investimentos em espaços de lazer, fundamentais para a socialização de crianças e jovens.

“Construir shopping, construir quadras esportivas, contratar instrutores, melhorar a praça. Aqui em Caxias a gente não tem quase nada para fazer” (16 anos, sexo feminino, São Bento).

“Falta de área de lazer para as crianças e para os jovens. A governadora e a prefeitura poderiam colocar mais praças, campos de futebol para as pessoas se divertirem” (14 anos, sexo feminino, Senador Camará).

“Os governantes deveriam cuidar melhor das comunidades. Criar áreas de lazer para as pessoas... As vilas olímpicas deveriam estar em todas as comunidades” (24 anos, sexo masculino, Parada de Lucas).

“Não tem muito lazer para as crianças, o governo deveria arrumar as pracinhas para as crianças brincarem” (15 anos, sexo feminino, Cidade de Deus).

A demanda destes jovens por oportunidades de lazer coloca em questão não apenas a restrição que sofrem em termos de diversão, mas de trocas sociais, uma vez que os lugares de lazer constituem espaços de encontro entre pares e, assim, do compartilhar e da troca de experiências. A privação destes espaços restringe, portanto, o encontro com o diverso.

4.2.3 Falta de Oportunidades e Desigualdade Social

Esta categoria representa problemas que, em sua maioria, relacionam-se com a condição de pobreza desta parcela da população. Os jovens referem-se a uma gama de sentimentos preconceituosos provocados por sua imagem ou condição econômica, assim como revelam as desigualdades e dificuldades que enfrentam na busca de oportunidades que venham favorecer a mobilidade social e viabilizar suas expectativas em relação ao futuro. Esta categoria retrata problemas que induzem à exclusão de parte da população, seja pela discriminação racial ou pela diferença social, ou ainda pela insuficiência de ofertas de empregos, agravando-se com a dificuldade do primeiro emprego e a necessidade de capacitação profissional.

Pode-se perceber a dimensão destas preocupações pelas falas de jovens de duas comunidades diferentes:

“Tem gente que diz que porque é preto não pode trabalhar. Esse preconceito não deveria existir. Eles deveriam dar emprego tanto pra preto quanto pra branco porque as pessoas são iguais” (23 anos, sexo feminino, João XXIII).

“Quando vai na firma pedem experiência, mas como? As firmas deviam testar por dois meses, dar uma chance, para as pessoas aprenderem e verem se são boas nisso”. (18 anos, sexo masculino, João XXIII).

“Para o jovem, principalmente, é difícil conseguir emprego. Deveria ter mais cursos, mais projetos para profissionalizar o jovem” (18 anos, sexo feminino, João XXIII).

“Falta do primeiro emprego para os jovens; tinham que fazer lugares que só empregassem jovens que nunca trabalharam” (15 anos, sexo feminino, Cidade de Deus).

O trabalho ou o estudo, o “estar fazendo alguma coisa” são vislumbrados enquanto aspectos que valorizam a imagem do jovem diante da família, da vizinhança ou da própria sociedade, impondo respeito e confiança. Assim sendo, resguardando sua identidade de trabalhador ou estudante, o jovem se afasta da imagem estereotipada do marginal, do vagabundo e adquire dignidade. Cassab (2001) assinala que entre os jovens de baixa renda:

(...) o trabalho, pelos baixos salários percebidos, não é visto como meio de satisfação de desejos, mas como forma de auto-regulação, estratégia de conservação da própria vida e tentativa de autoproteção frente aos riscos a partir de sua diferenciação do ‘vagabundo’, através da adesão à identidade de trabalhador. Essa identidade é como um último recurso de segurança frente à territorialização de seus locais de moradia pelo narcotráfico e ao arbítrio das forças de repressão (2001:58).

Os relatos apontam para a necessidade de estes jovens ocuparem o tempo livre com alternativas de trabalho, treinamento, esporte e lazer que os afastam dos perigos da cidade ou da sedução do narcotráfico.

“Faltam projetos como o Jovem Total. (...) Se tivesse mais projetos, não ficariam à toa na rua, fazendo apologia do tráfico” (18 anos, sexo masculino, João XXIII).

Também estão incluídos nesta categoria problemas de ordem econômica, financeira e das necessidades básicas: salários baixos, custo de vida elevado, aposentadorias, além de fome, pobreza e miséria. Estes marcam a vida nos grandes centros urbanos e contribuem para a reprodução das condições de pobreza desta

população constantemente intimada pelas necessidades de sobrevivência e com sentimentos de discriminação social.

“O salário devia aumentar e o preço das coisas ficar como está, se não, não adianta nada” (20 anos, sexo feminino, Cidade de Deus).

“O governo deve dar oportunidade para pessoas de baixa renda. Deveria ter escolas e hospitais iguais para todos” (16 anos, sexo masculino, Cidade de Deus).

“Falta de respeito das pessoas; os outros que têm dinheiro têm que ter respeito com os mais pobres” (14 anos, sexo masculino, Andaraí).

“Falta de respeito ao próximo, as pessoas são muito mal educadas. Elas têm que saber que são iguais a gente, não é porque estão um pouco acima que podem mais, todos são iguais” (17anos, sexo masculino, Paciência).

Os jovens associam a dificuldade em obter bons empregos com o preconceito racial e a discriminação com os moradores de comunidades, marcados pela imagem estereotipada de bandido ou traficante.

“Os negros não têm muita oportunidade na vida, na TV mesmo, não se vê nas novelas. Oportunidade só em serviço de pobre. Por isso não sonham em ser alguém muito grande na vida” (17 anos, sexo feminino, Jacarezinho).

“Falta de emprego; deveria haver menos discriminação de idade e de cor” (19 anos, sexo feminino, João XXIII).

“Eles nunca dão oportunidade para quem nunca trabalhou. É mais difícil para o jovem e para quem tem mais idade, tem preconceito” (20 anos, sexo feminino, Prazeres).

“Discriminação; o governo deveria mudar a imagem da favela porque quando fala em favela já pensam que é bandido” (18 anos, sexo feminino, Parada de Lucas).

“Tem lugar que tem vaga, mas o pessoal não coloca porque acha logo que é marginal. Hoje em dia é muito difícil, tudo pede o segundo grau. Eles pedem muita experiência,

deveriam dar mais trabalho e pedir menos experiência” (17 anos, sexo feminino, Andaraí).

Ser identificado como bandido ou marginal colocam estes jovens de baixa renda em uma situação de vulnerabilidade quanto aos perigos da cidade. Neste caso, as possibilidades de constrangimento provocadas pela sua aparência, seu modo de vestir, de falar, seu estilo de vida, etc., limitam os horários e os locais por onde estes jovens possam circular tranquilamente, sem correr o risco de serem abordados injustamente por policiais ou seguranças de shopping, lojas ou boates, por exemplo, ou de perceberem que sua presença em determinados locais provoca incômodo, medo e insegurança em outros habitantes da cidade.

Além disso, os jovens também fazem referência à desigualdade existente quanto ao acesso a determinadas instâncias da cidade como os serviços de saúde e educação.

“Desigualdade social; o governo deve dar oportunidade para pessoas de baixa renda. Deveria ter escolas e hospitais iguais para todos” (16anos, sexo masculino, Cidade de Deus).

A partir destes relatos percebemos que não só a dificuldade financeira ocasionada pelo desemprego, mas também a discriminação racial e social provocam uma rarefação das redes de sociabilidade às quais esta população tem acesso. Portanto, se por um lado a discriminação e o preconceito resultam em uma competição desigual no mercado de trabalho, por outro, provocam uma circulação e uma apreensão também desigual do espaço urbano.

O desemprego foi um dos aspectos mencionados com maior incidência, sendo a baixa escolaridade, a falta de experiência e a pouca oportunidade de profissionalização apontadas pelos jovens como as principais barreiras para o acesso ao mercado de trabalho.

“O que leva ao desemprego é, muitas vezes, a falta de oportunidade, porque eles pedem experiência mas não dão oportunidade para que os jovens possam estar buscando a experiência que pedem e a culpa é principalmente do governo que não se programa para isso, não se organiza” (17anos, sexo feminino, Paciência).

Além disso, o desemprego é apontado como provocador de situações de desentendimento familiar, falta de qualidade de vida e ainda favorece a busca de alternativas de renda ilegais e/ou imorais, como a prostituição e a criminalidade.

“Melhorando a educação as pessoas têm mais condições de conseguir emprego. Com a diminuição do desemprego, diminui a violência e melhora a saúde, pois as pessoas vivem melhor” (20 anos, sexo masculino, Senador Camará).

“As meninas não conseguem emprego e tentam um caminho mais fácil” (18 anos, sexo feminino, Padre Miguel).

“Muitas garotas novinhas saem daqui para fazer prostituição em outros lugares. Daria mais empregos porque elas não arrumam emprego e a mãe bate, joga na cara” (16 anos, sexo feminino, Miguel Couto).

“É o que gera criminalidade; eu já fiquei deprimida, imagina um pai de família. Teriam que gerar mais emprego em todos os níveis, mais empresas” (22 anos, sexo feminino, Heliópolis).

“Às vezes a pessoa procura tanto que perde a expectativa e parte para a criminalidade” (18 anos, sexo masculino Paciência).

Mais uma vez, a necessidade de manter uma ocupação, preferencialmente rentável, é valorizada como forma de preservar a vida de muitos jovens de baixa renda, provendo não apenas o seu sustento, mas garantindo o acesso a variados serviços e circuitos sociais.

“Dar trabalho. Tiro por mim. Desocupada dava vontade de fazer besteira” (22 anos, sexo feminino, Cidade de Deus).

“Falta de ocupação, de cursos e projetos. Tem muito jovem que se empolga com os cursos e tem coisa para pensar, não ficam de cabeça vazia” (20 anos, sexo feminino, Cesarão).

Assim sendo, a possibilidade de participar e desenvolver atividades em termos de cursos, trabalho e lazer, contrasta-se com o estado de ociosidade, em que não há nada para fazer ou pensar e com a “cabeça vazia” (sic) “dá vontade de fazer besteira”. Ou seja, estes jovens demonstram o quanto é difícil e angustiante ficar desocupado, parado; diante desta perspectiva, vão em busca de algum tipo de ocupação, mesmo que esta não se enquadre nas redes convencionais e/ou ideais de sociabilidade.

4.2.4 Educação e Saúde

Os registros revelam a deficiência dos serviços públicos de educação e saúde, assim como dificuldade ou até impossibilidade de acessá-los, além da ineficiência do sistema educacional atual quanto à profissionalização do jovem e a sua colocação no mercado de trabalho. Estes resultados demonstram, principalmente, a carência de recursos básicos que proporcionem a interação dos jovens de camadas economicamente desfavorecidas com a cidade, suas instâncias, seus meios de produção e seus produtos, minando os desejos e as expectativas destes em relação ao futuro.

Somando-se ao mau funcionamento desses serviços básicos, que deveriam ser garantidos pelo Estado, ressaltam-se a falta de infra-estrutura e o estado de negligência de muitas comunidades que, em sua maioria, não contam com tais serviços em suas proximidades, exigindo que os moradores se desloquem para outras regiões. A fala seguinte elucida esta situação:

“Falta de professores, falta escolas. Para estudar onde moro tenho que me deslocar para Marechal Hermes. Os transportes se negam para transportar os alunos. Conseguir vaga é difícil, as pessoas madrugam, dormem em filas... é humilhante. Colocaria mais escolas profissionalizantes, pagando salários decentes aos professores. Não consigo fazer vestibular porque falta aprender (falta professor para as matérias)” (20, sexo feminino, Melhoral).

A violação e descompromisso com os direitos sociais básicos é um fenômeno que se estende a toda população brasileira, atingindo significativamente aqueles que se encontram nos estratos sociais mais vulneráveis.

A seguir, alguns problemas apontados pelos jovens no que se refere à educação, desde a falta de investimentos nas escolas, a carência de oferta de cursos públicos que atendam às expectativas do mercado de trabalho, até mesmo a necessidade de orientação desses jovens para a vida.

“Falta de recursos na escola; curso preparatório para todos os professores, capacitar para que sejam mais competentes e compreensivos; melhorar a estrutura, reforma de escolas, quadras, ter mais atividades” (16 anos, sexo masculino, Jacarezinho).

“Falta de vaga na faculdade e nos colégios bons. O governo teria que ser menos corrupto e ter mais liberação de verba para as escolas” (18 anos, sexo feminino, Paciência).

“Na escola, conversar com os jovens sobre cidadania, onde pudesse ser conversado abertamente sobre sexo, drogas, como viver em sociedade” (20 anos, sexo feminino, Cidade de Deus).

“Se todas as escolas fossem profissionalizantes os jovens já sairiam para alguma área” (20 anos, sexo feminino, João XXIII).

A pertinência destas necessidades insinua a urgência identificada pelos próprios jovens de uma assistência integral que leve em consideração questões diretamente relacionadas com a sua geração. Além disso, demonstra que a escola tem fracassado em sua função socializadora do mesmo modo que tem se mostrado

ineficaz na transmissão de conhecimentos necessários para o desenvolvimento qualificado de seus alunos, como verificado por Minayo *et al.* (1999) e Cassab (2001).

Quanto ao sistema público de saúde, os seguintes depoimentos demonstram a insuficiência deste setor e denunciam o descaso ao qual seus usuários estão submetidos e as limitações quanto ao acesso e atendimento nos hospitais e postos de saúde.

“Falta de posto médico, mau atendimento. Tem que botar mais profissionais trabalhando, para as pessoas terem certeza que vão ser atendidas. Ficam duas horas na fila para pegar número e médico não vai, não tem remédio, aparelhos...” (23 anos, sexo masculino, Heliópolis).

“Problemas urgentes a serem resolvidos na saúde. Tem que enfrentar fila – é muito carente de profissionais qualificados, falta de boa vontade para atender a gente. Poderia melhorar a boa vontade das pessoas para trabalhar, segurar a verba para a saúde (sempre roubam)” (18 anos, sexo feminino, Paciência).

“A saúde precisa de um remédio, porque ela está doente, os hospitais e postos de saúde estão abandonados, muitos deles faltam médicos e programas sociais de prevenção às doenças e até mesmo de divulgação” (17 anos, sexo feminino, Paciência).

“Deveriam abrir mais postos de saúde. Para você conseguir um médico na saúde pública, você tem que dormir na fila. Isso é um absurdo, um enorme descaso!” (22 anos, sexo feminino, Padre Miguel).

Ainda nesta categoria, destaca-se o problema dos vícios que abarcam dois principais aspectos – alcoolismo e drogadicção – sempre remetidos a um outro, em sua maioria também jovem. É interessante refletir qual a relação estabelecida entre este conjunto de problemas e a cidade. A princípio, podemos inferir que a questão dos vícios é vista enquanto uma problemática ou impede ou limita a socialização. Por sua vez, as referências ao uso de drogas podem indicar um vínculo com a

questão do narcotráfico, considerando o envolvimento do usuário com o crime organizado. Assim sendo, as possibilidades de socialização não estariam ameaçadas apenas pelo consumo de drogas, mas pela violência implicada no tráfico de drogas.

“Sempre aparece amigos que são da parada errada, pessoas viciadas, prostituição também (...)” (20 anos, sexo feminino, Farrula).

“(...) muitas pessoas usam drogas por influência de péssimos colegas e uma desinformação quanto a dependência” (22 anos, sexo masculino, Paciência).

“Acho que não tem mais solução, por mais que se faça está crescendo muito, os jovens procuram as drogas como uma fuga e entram na marginalidade para comprar as drogas, para sustentar o vício” (15 anos, sexo feminino, Senador Camará).

Algumas justificativas quanto ao uso de entorpecentes apontam para a demanda de assistência, orientação e informação desta parcela da população que parece não encontrar segurança e nem motivação nos espaços domésticos ou institucionais. Destaca-se a importância do desenvolvimento de atividades laborais, ocupacionais e programas que atendam às expectativas e interesses dos jovens, além de salientar o papel determinante da família e da escola enquanto instâncias protetoras e preventivas.

“Por escolas com boa estrutura educacional, que conversassem com os jovens, uma forma de prevenção. Aqueles que já estão é mais difícil sair” (17 anos, sexo feminino, Heliópolis).

“(...) criar Centros Sociais com projetos como este que afastam o jovem da rua, das drogas também. Projetos com esportes eu acho muito legal” (14 anos, sexo feminino, Paciência).

“Facilidade do jovem chegar às drogas; a solução não é conscientizar porque eles já sabem que droga faz mal. O problema é com os pais. Tem mãe que fala que o filho é

vagabundo, não faz nada e acaba tirando os interesses do jovem. Teria que dar uma ajuda psicológica” (22 anos, sexo feminino, João XXIII).

“Jovens que se drogam, porque não têm mãe, pai, trabalho fixo que é difícil arrumar, não tem o que comer dentro de casa (...)” (17 anos, sexo masculino, Paciência).

“Se tivesse emprego para menores, ia ocupar mais a mente, e a pessoa ia menos nas drogas” (20 anos, sexo feminino, Cidade de Deus).

Desse modo, sugere-se que o uso de drogas favorece a participação em uma rede de sociabilidade que se dá diante da ausência ou insuficiência de outras redes fundamentais como a escola e a família.

Além disso, verifica-se que a função da escola enquanto espaço de proteção, desenvolvimento e de socialização de crianças e jovens parece ameaçada uma vez que se contrapõe com problemas gerados pelo narcotráfico, introduzindo neste ambiente sentimentos de insegurança, medo e vulnerabilidade. São comuns, portanto, as referências à violência e às atividades relacionadas ao uso ou venda de drogas, indicando que as instituições de ensino não estão livres do domínio e das leis das quadrilhas que interferem severamente no funcionamento e no desenvolvimento das atividades escolares.

“Escola até tem, sendo que pela violência não tem quase aula, a gente acaba ficando sem aula” (18 anos, sexo feminino, Senador Camará).

“Escolas também fecham quando tem guerra entre gangue. Deveria ter mais colégios de ginásio nesta comunidade, mais perto da casa para evitar problema e implicância com pessoas que vêm de outros bairros. Policiar os colégios. Chegam aos colégios coisas que não são necessárias a você. Ter mais professores, contratar os concursados, pagar os professores (...)” (17 anos, sexo feminino, Paciência).

“Investir mais em escolas e também na segurança da escola, sem deixar que os traficantes entrem lá dentro. Os pais ficam até com medo de que os filhos estudem” (17 anos, sexo feminino, São Bento).

“Aumentar o salário dos professores e mais segurança dentro dos colégios, pois até dentro do colégio estão vendendo drogas e segurança para o professor, pois estão matando até professor” (20 anos, sexo feminino, Prazeres).

“Porque acaba entrando gente na escola para bater em gente que não tem nada a ver. Tinha que colocar mais policiais vigiando a parte dos colégios” (17 anos, sexo feminino, Andaraí).

Contudo, para os jovens entrevistados, a escola ainda é considerada a solução para um futuro melhor, mesmo assim, os depoimentos são críticos quanto a sua competência em assegurar uma formação que corresponda às exigências do mercado de trabalho.

“A educação é o mais importante. Devia criar mais escolas, como eles querem um futuro melhor se os jovens não têm educação? Teriam que criar mais escolas para que o jovem no futuro seja alguém” (14 anos, sexo feminino, Farrula).

“A educação deveria ser voltada para a cidadania; em Heliópolis não tem educação técnica; eles não formam os alunos para o mercado de trabalho” (18 anos, sexo feminino, Farrula).

As referências quanto à precária qualidade do ensino da rede pública articulam-se ainda com a percepção de uma condição de desigualdade social e econômica, sugerindo que as escolas particulares seriam superiores em relação ao ensino e à formação dos alunos, proporcionando melhores condições para acesso às universidades públicas e ao mercado de trabalho.

“A educação deveria ser igual para todos. O ensino das escolas municipais deveria ser igual ao das escolas particulares” (14 anos, sexo feminino, Cidade de Deus).

“Falta de oportunidade nas escolas públicas, pois todos deveriam estudar e depois tem que dar um curso de especialização para se formar em alguma coisa. Na escola pública tem uma formação mais desigual. Acho que há uma desigualdade entre escola pública e particular” (19 anos, sexo masculino, Cesarão).

“Tem também escola ruim, estudo fraco. Quem estuda em Escola Municipal não tem chance de competir com os da particular. Os alunos têm que conversar com a direção da escola para falar com o MEC. A falta de professor também é ruim. Eles mais faltam que dão aula” (25 anos, sexo feminino, Prazeres).

“Dar preparação para jovens principalmente nas comunidades. Se os pais não têm facilidade, os filhos também não têm. Tem que ter mais faculdades públicas, agora para entrar na faculdade pública é mais na peixada. É muito relativo hoje esse negócio de estudo, é tudo peixada” (19 anos, sexo feminino, Prazeres).

A desigualdade de ensino também remonta à negligência do Estado e de políticas públicas nessas localidades, configurando uma atenção diferenciada em relação às outras áreas da cidade.

“Falta de investimento na comunidade; a falta de investimento desmotiva. Não tem uma universidade pública e nem escola técnica, (...). O governo deveria utilizar o dinheiro público no lugar certo, deixar de maquiar a zona Sul e melhorar o subúrbio” (20 anos, sexo feminino, Padre Miguel).

O mesmo pode ser inferido ao sistema público de saúde cuja falta de investimentos conjuga-se com a desigualdade sócio-econômica, demonstrando a carência dessa população quanto à acessibilidade de tais serviços nas proximidades de seus locais de moradia.

“A prefeitura está preocupada com a estética da cidade e existem outras coisas mais importantes como o saneamento básico que deveria ser feito primeiro, porque melhorando isso melhoraria a saúde” (17 anos, sexo feminino, Andaraí).

“Melhoria de hospitais, a saúde pública deve ser melhorada, pois nem todos podem pagar planos de saúde” (16 anos, sexo masculino, São Bento).

“Falta de atendimento médico; contratar novos médicos e colocar um posto de saúde, atendimento 24 horas para crianças e idosos não terem que se deslocar de Senador Camará até Realengo, porque gasta uns 30 minutos” (21 anos, sexo masculino, Senador Camará).

“Fazer mais hospitais perto da comunidade” (17 anos, sexo masculino, Cidade de Deus).

“Miguel Couto não tem hospital, o posto não tem médico. O governo deveria pagar os médicos” (21 anos, sexo masculino, Miguel Couto).

De forma geral, os dados apontam para uma carência crônica que configura a realidade de jovens de baixa renda no contexto dos grandes centros urbanos. As precárias condições de vida marcadas pela falta de infra-estrutura em suas comunidades, a baixa escolarização ou a insuficiência do sistema educacional e de saúde, a falta de qualificação profissional e o desemprego, convivem ainda com situações de violência, com o domínio do narcotráfico, com situações de abandono e desamparo, com o preconceito e a discriminação social e com o descaso das autoridades e das instâncias do poder público.

Pode-se inferir que os resultados obtidos manifestam uma tendência dessa população em construir uma representação negativa da cidade, do outro e de si própria, tornando restritos seus espaços de sociabilidade e limitando seus sentimentos de pertencimento, apropriação e participação no espaço urbano. Esta situação tal como se apresenta desfavorece a construção da noção de cidadania, para a qual a circulação, a participação e a apropriação da cidade são aspectos fundamentais para a atividade de tornar-se cidadão, pois é neste espaço que se dá a negociação e o exercício de direitos e de deveres.

É possível vislumbrar que as funções do Estado e de instituições que deveriam promover a segurança, o desenvolvimento e a qualidade de vida de todos os habitantes da cidade são cumpridas de forma insuficiente, ineficiente e desigual. Desse modo, a circulação, a participação e a apropriação do espaço urbano são prejudicados pela repercussão da negligência do Estado, da discriminação e desigualdade arraigadas na oferta de serviços e produtos à população de baixa renda, além das limitações provocadas pela violência gerada não apenas pela criminalidade, mas também pelas instâncias responsáveis em combatê-la.

4.3 As instâncias da cidade: discussão dos resultados

Viver na cidade e circular por seus espaços e territórios envolve a todo tempo mecanismos de negociação e interação que possibilitam o reconhecimento e a convivência com o outro, somando-se valores e sentimentos que lhes são atribuídos enquanto referência. Perceber como os jovens relacionam-se com diferentes instâncias da cidade, sejam elas instituições administrativas ou pessoas e grupos com os quais certamente se convive dentro do espaço urbano, permite visualizar ainda os sentimentos despertados durante seus percursos pela cidade e, assim, a construção de seus circuitos sociais.

Neste sentido, buscou-se, em um segundo momento desta análise, investigar a questão cujo objetivo seria que os jovens entrevistados articulassem um sentimento a algumas instâncias que lhes foram apresentadas em forma de tópicos⁷. Percebe-se portanto que foram determinadas, além de instituições presentes no cotidiano das grandes cidades, pessoas com as quais se supõem fazer parte do dia-

⁷ Os tópicos a que me refiro e que podem ser observados na questão 14 do questionário em anexo, são: Família, Namorado, Governo, Padre/Pastor, Polícia, Vizinhos, Amigos, Comunidade, Justiça e Escola.

a-dia destes jovens. No entanto, para os fins da presente investigação, foi necessário delimitar estes tópicos de acordo com os temas de maior relevância apresentados pelos jovens na questão anteriormente analisada. Assim sendo, os dados trabalhados limitaram-se àqueles referentes à Polícia, Comunidade, Escola, Governo, Amigos e Vizinhos, reconhecendo-os enquanto tópicos relevantes na medida em que foram bastante mencionados na questão anterior. Como pode se observar nos trechos recortados das falas correspondentes à questão anterior, as referências que os jovens fazem a estas instâncias não surgem necessariamente enquanto problemas da cidade, mas são destacadas principalmente por serem instâncias com as quais os jovens mantêm algum tipo de convivência.

Na tentativa de compreender a maneira como os jovens se relacionam com a cidade, cabe portanto focar como eles percebem, reconhecem ou representam o outro, institucional ou social, assim como os sentimentos que lhes são vinculados. Desse modo, a articulação destas referências com os problemas da cidade é tomada enquanto instrumento que possibilita vislumbrar as demarcações dos circuitos de sociabilidade destes jovens que não são produzidos sem se levar em consideração as referências afetivas envolvidas durante a circulação pelo espaço urbano.

Em cada um dos tópicos, procurou-se tratar as respostas ressaltando as que fazem referências negativas e positivas, incluindo assim juízos de valores, sentimentos e o grau de importância destas instâncias na vida do jovem. No entanto, algumas respostas mostraram-se ambivalentes, cujas referências não seriam negativas e nem positivas, portanto neutras. Do mesmo modo, outras respostas limitaram-se a citar pessoas e instituições específicas com as quais os jovens convivem, assim como outras especificavam as funções destas instâncias, revelando aquilo que os jovens esperam ou como reconhecem cada uma delas. A diversidade

das respostas que não se restringiram, portanto, apenas às referências negativas ou positivas, levaram à construção de categorias que melhor as traduzissem, variando, todavia, de acordo com as necessidades de cada tópico – o que pode ser verificado nas tabelas que acompanham a discussão a seguir⁸. Vale ressaltar, entretanto, que na discussão de cada tópico será dado maior ênfase às categorias cuja incidência seja mais relevante, sendo as demais comentadas quando houver alguma pertinência para a discussão.

4.3.1 Governo

Tal como os dados se apresentam na Tabela 2, verifica-se que a frequência elevada de referências negativas (784) demonstra que a representação que os jovens entrevistados têm do governo é bem desvalorizada. A imagem do governo é constituída pela corrupção, pela falta de seriedade, pela falsidade e mentiras, pelas promessas não cumpridas e pelo jogo de interesses. Segundo os jovens, “(...) o governo só procura a comunidade em época de eleição” (19 anos, sexo feminino, Cidade de Deus); “(...) não fazem nada para melhorar a cidade, só pensam neles” (18 anos, sexo masculino, Manguinhos). A esta percepção do governo vinculam-se sentimentos de insatisfação, descrença, decepção, vergonha, revolta, tristeza, dentre outros, que prejudicam ou inviabilizam a luta por direitos e a apropriação, pelo cidadão, do espaço urbano.

⁸ Para melhor detalhamento dos dados que compõem cada categoria, ver as tabelas apresentadas em Anexos.

Tabela 2: Referências sobre o governo

GOVERNO	
Referências negativas ao governo	784
Referências positivas ao governo	241
Referências neutras (mais ou menos/ nem bom, nem ruim)	43
Função do governo	140
Referências específicas à políticos ou governantes	16
Referências à necessidade de um esforço pessoal	8
Outros	10
Não respondeu	58
TOTAL	1300

Estes resultados explicitam um aspecto observado na questão anteriormente analisada (sobre os problemas da cidade) em que a figura do governo é apontada, principalmente, enquanto instância responsável por decisões que visem solucionar os problemas que interpelam os habitantes da cidade. Naquela análise, a categoria governo não se encontra entre as categorias que apresentam maior incidência, ou seja, que representam os principais problemas da cidade para os entrevistados, o que pode ser confirmado na Tabela 1. Contudo, é ao governo que se delega a capacidade ou poder de resolver os mais variados problemas que afetam os grandes centros urbanos, sejam eles de ordem pública e até mesmo privada, como nos relatam estas duas jovens:

“O governo devia fazer um projeto para juntar todos os pais das comunidades para instruí-los, para conversar com eles, dar orientação para eles não se revoltarem com os filhos” (14 anos, Paciência).

“O governo deveria ajudar, dando apoio social para as famílias” (16 anos, sexo feminino, Cidade de Deus).

Outros depoimentos demonstram que não cabe ao governo apenas administrar ou *“melhorar a cidade” (sic)*, mas também combater o tráfico e a violência; resolver o problema do desemprego; aumentar os salários de policiais,

professores e profissionais de saúde; oferecer oportunidades de lazer e de formação profissional para os jovens; construir casas, hospitais, escolas, creches e abrigos; oferecer serviços assistenciais para menores, idosos, famílias, usuários de drogas, desempregados, etc.

“A função do governo é dar mais escolas e empregos para as pessoas” (20 anos, sexo feminino, Cidade de Deus).

“Falta professores. Não trabalham no CIEP porque o governo não paga. Contratar e pagar professores” (21anos, sexo masculino, Miguel Couto).

“É o início de tudo e aqui está precário. O governo tem que trazer mais escolas técnicas para cá, mas com qualidade (bons funcionários, materiais)” (29 anos, sexo feminino, Paciência).

“Mais chance para os jovens, empregos, oportunidades. O governo é que deve incentivar” (20 anos, sexo masculino, Paciência).

“O governo ajudando em cestas básicas para quem não pode; cursos profissionalizantes; escolas para que os jovens possam conseguir um emprego” (15 anos, sexo feminino, Cidade de Deus).

Como foi mencionado pelos jovens, é *“função do governo dar mais escolas e empregos” (sic)*, ou seja, oferecer oportunidades, principalmente para esta faixa etária, de profissionalização e de formação escolar com qualidade que lhes garantam algum lugar no mercado de trabalho. Para isso, a ação do governo vai além do pagamento dos professores e da distribuição de *“ticket leite” (sic)*, sendo ainda mais fundamental estimular e incentivar a juventude, investindo e mostrando interesse em sua vida e em seu futuro.

“Governo agir. Escolas em cima do Morro. Investir na infância” (17 anos, sexo masculino, Paciência).

“Não tem cursos pré-vestibular públicos. Por aqui isso é sério. O governo tinha que colocar esses cursos públicos aqui para os jovens se estimularem a estudar” (16 anos, sexo feminino, Paciência).

“O governo deveria criar mais projetos para tirar os jovens da ociosidade” (19 anos, sexo feminino, João XXIII).

“Que o governo providencie mais opções de lazer para o jovem” (17 anos, sexo masculino, Heliópolis).

Ao mesmo tempo em que o discurso aponta para a importância do governo em considerar as necessidades dos jovens, notamos que estes também demonstram preocupação com a cidade, com o outro que a habita, assim como se preocupam com a situação das comunidades nas quais vivem.

“O governo tem que dar mais emprego para quem está mais velho também” (17 anos, sexo masculino, Paciência).

“(...) O governo teria que dar empregos para os negros para todos ficarem juntos: brancos e negros” (15 anos, sexo feminino, Cidade de Deus).

“O governo tinha que ajudar as pessoas que moram na rua” (19 anos, sexo feminino, Paciência).

[Em relação aos mendigos] *“Governo abrir lares, abrigos. Oferecer oportunidades”* (20 anos, sexo masculino, Paciência).

[Em relação aos usuários de drogas] *“Ter menos usuários, o governo deveria conscientizar, construir clínicas de recuperação para desviar a atenção dos jovens para outras coisas”* (17 anos, sexo feminino, Cidade de Deus).

“O governo dar mais apoio às pessoas que moram em favelas” (20 anos, sexo feminino, Heliópolis).

“O governo deveria dar mais recursos para onde moro e outros lugares. Parece que fomos esquecidos” (17 anos, sexo feminino, São Bento).

“Se eles não governarem direito a cidade vira uma bagunça como já está” (20 anos, sexo feminino, Cidade de Deus).

Assim sendo, é visível que os jovens enfatizam a necessidade de mudanças e oportunidades não apenas para suas comunidades e para as pessoas que lá habitam, mas para a cidade e aqueles que constituem grupos minoritários, em desvantagem econômica e social, e que compartilham deste mesmo espaço: pessoas velhas, jovens usuários de drogas, menores abandonados, mendigos, negros, etc.

Os jovens delatam a urgência de melhorias na cidade e em suas instituições, a fim de possibilitar melhor qualidade de vida aos seus habitantes, a não ocorrência destas é justificada, principalmente, pela corrupção e desvio de verbas para outros fins não prioritários, pela falta de interesse e incompetência do governo que “(...) *não faz nada para ajudar o povo*” (sic).

“Teria que o governo ser menos corrupto e ter mais liberação de verba para as escolas” (18 anos, sexo feminino, Paciência)

“Realizar pesquisas para atender o que as comunidades precisam. Gastar dinheiro com as necessidades da comunidade, com as prioridades” (16 anos, sexo masculino, Jacarezinho).

“É muito de menor por aí, na rua. O governo deveria tirá-los da rua, fazer algo por eles, mas acho que o governo está pouco se importando” (17 anos, sexo feminino, João XXIII).

Percebe-se, portanto, a gama de funções atribuídas ao governo, revelando o estado de pobreza e carência, não somente em termos econômicos, mas também culturais, na qual se encontra parte considerável da população das grandes cidades, como o Rio de Janeiro. Alguns depoimentos sugerem sentimentos de impotência, desamparo e solidão diante desta situação de precariedade, material e simbólica, que parece poder ser amenizada com qualquer tipo de ajuda ou gesto de atenção ou apoio.

“Fico imaginando se fosse eu, não teria ninguém para me ajudar – podia ter um projeto do governo, da prefeitura para ajudar a pessoa a se erguer de novo na vida, depois ela caminhar sozinha” (15 anos, sexo feminino, Paciência).

Neste sentido, surgem demandas assistencialistas como o *ticket* leite, cestas básicas, bolsa-escola e, até mesmo, doação de terrenos para aqueles que não têm onde morar.

“O governo poderia dar ajuda de custo para as pessoas necessitadas” (16 anos, sexo feminino, Cidade de Deus).

“Governo poderia distribuir os terrenos que não são utilizados” (16 anos, sexo feminino, Cidade de Deus).

“O governo tinha que voltar com ticket leite. Dar cesta básica para as pessoas carentes” (21 anos, sexo feminino, Andaraí).

No entanto, estes depoimentos se contrastam com outros que percebem, além da incompetência, a insuficiência do governo, ressaltando a possibilidade de buscar outras parcerias na sociedade e em instituições privadas, conscientizar os cidadãos e a própria comunidade para atuar de forma mais ativa na luta por seus direitos, seus interesses e suas necessidades.

“Acho que o governo não vai acabar com esses problemas. É muita coisa para se resolver em quatro anos. Todo mundo tem que se conscientizar e se ajudar. Tem que ser a sociedade em si” (18 anos, sexo feminino, Senador Camará).

“O governo sozinho não consegue. Tem que ser com ajuda de todos” (16 anos, sexo feminino, Cidade de Deus).

“Pessoas que pudessem ajudar, não só o governo, um grupo de voluntários, empresários. Se a gente ficar sentado esperando só o governo a gente nunca vai resolver. Na nossa comunidade tem tanta pessoa que pode ajudar. Fazer mutirão, cada um ajudaria com o que pudesse, tijolo, cimento” (20 anos, sexo feminino, Paciência).

“(...) Além do governo, a comunidade deveria pensar em fazer algo em benefício próprio” (19 anos, sexo masculino, São Bento).

“Deveria ter um colégio de mais cursos, o dia inteiro, tipo CEI. Juntando todo mundo da comunidade e ir até o governo para pedir” (19 anos, sexo feminino, Senador Camará).

Estes jovens, embora com quase nenhuma incidência, revelam que a vida na cidade exige que todos estejam implicados no destino desta, e não apenas as instituições administrativas. É preciso, portanto recorrer a essas instituições, fazer valer seus direitos de cidadão e, principalmente, se conscientizar de suas escolhas, como nos aponta um jovem (18 anos, morador de Paciência) referindo-se ao governo: *“nós escolhermos certo”*.

4.3.2 Polícia

Os dados apresentados na Tabela 3 demonstram a forma pela qual a instituição policial é representada por jovens residentes em comunidades de baixa renda da cidade do Rio de Janeiro. Neste tópico, observa-se uma diferença bastante considerável entre as incidências de referências negativas (935) positivas (200), revelando, portanto, que a imagem dessa instituição é bastante negativizada para os jovens que, além de apontar a falta de qualidade, a desorganização e a ineficiência do serviço, também mencionam falhas dos policiais, como falta de caráter, corrupção, agressividade e violência.

Tabela 3: Referências sobre a polícia

POLÍCIA	
Referências negativas à instituição policial	935
Referências positivas à instituição policial	200
Referências neutras (mais ou menos/ nem bom, nem ruim)	35
Função da polícia	81
Referências específicas	7
Outros	11
Não respondeu	31
TOTAL	1300

Estas referências também trazem juízo de valores relacionado às ações policiais, como o desrespeito, a injustiça, o preconceito e a desonestidade, aspectos já referidos e discutidos anteriormente enquanto problemas que os jovens encontram na cidade. É certo que a percepção que os jovens têm da polícia, dos policiais e de suas ações é provocada ou provocadora de sentimentos igualmente negativos, também citados pelos entrevistados (medo, insegurança, ódio, revolta, tristeza, decepção, etc.). Estes sentimentos parecem surgir como consequência daquilo que o jovem apreende em seus percursos pela cidade, seja por alguma experiência ou vivência pessoal, por observações realizadas ou mesmo por relatos da mídia ou por outros habitantes da cidade.

“São piores que qualquer criminoso, qualquer assaltante. Eles roubam dessas pessoas. São ladrões de farda” (14 anos, sexo masculino, Cidade de Deus).

“Péssima, pelo menos a que eu vejo por aqui. Tenho mais medo de polícia do que de bandido. Seria para proteger, mas eles estão amedrontando” (29 anos, sexo feminino, Senador Camará).

“Sinceramente, não gosto deles. Eles que mataram meu irmão e até hoje o corpo dele não apareceu” (17 anos, sexo feminino, Senador Camará).

Os relatos acima retratam a imagem que estes jovens lançam sobre os policiais: alguém tão ameaçador quanto o bandido; o bandido fardado que também rouba, mata e se corrompe. São, portanto, pessoas a quem também se deve temer e estar atento ao longo das trajetórias pela cidade. Ao se comparar a figura do policial com a do bandido, o jovem revela que o perigo das ruas não se concentra apenas naqueles que oficialmente são considerados indivíduos que vivem na ilegalidade e que ameaçam a vida de moradores das grandes cidades, mas também naqueles

que, oficialmente, supõe-se que deveriam agir conforme a lei, zelando pela ordem das cidades e a segurança de todos seus habitantes indiscriminadamente.

É interessante ressaltar que, embora em menor incidência, alguns jovens revelam o que se espera enquanto função da polícia sem, no entanto, demonstrar qualquer julgamento crítico. Ou seja, quando questionados responderam apenas que: [A polícia] “(...) *protege a cidade*” (13 anos, sexo masculino, Prazeres); “(...) *combate o tráfico*” (20 anos, sexo feminino, Andaraí); “(...) *combate o crime*” (16 anos, sexo masculino, Cesarão); “(...) *deve defender a gente dos crimes*” (17 anos, sexo masculino, Paciência); “(...) *deve pegar os bandidos*” (18 anos, sexo masculino, Miguel Couto); “(...) *deve matar todos os bandidos*” (24 anos, sexo feminino, Muquiço). Analisando as respostas de alguns entrevistados, verifica-se o quanto lhes parece ser contraditória a figura do policial que deveria combater o crime, mas também age como um criminoso; que deveria matar os bandidos mas também mata inocentes; e que deveria proteger, mas também ameaça.

“Hoje em dia a maioria deles são bandidos; teriam que levar mais a sério o trabalho deles; estão matando mais que os bandidos” (14 anos, sexo feminino, Farrula).

“Tá pior que bandido, a gente tem mais medo de polícia do que de bandido” (22 anos, sexo masculino, Senador Camará).

Levando em conta, ainda, a baixa incidência de referências positivas, pode-se inferir que o que se deveria esperar da ação policial, na verdade não é o que se vê na realidade. Um dos jovens declara ter *mais medo de polícia que de bandido*, o que pode nos levar a concluir que a distância entre aquilo que é esperado enquanto função da polícia e aquilo que é percebido na realidade a partir das atitudes dos policiais produz, por sua vez, insatisfação, decepção, revolta e insegurança. Uma vez vivenciados, estes sentimentos são internalizados, servindo de parâmetro na

medida em que os jovens circulam pela cidade, distinguindo seus perigos e delimitando, assim, os seus circuitos de sociabilidade.

A concepção que os jovens retratam da polícia, assim como do governo, remete à idéia da lei que funda, organiza e normatiza a vida em sociedade, sendo aquelas instituições as principais representantes desta nos limites do espaço urbano. Na medida em que estas instituições não cumprem suas funções, adquirindo, portando, uma imagem negativa, podemos inferir que a lei, enquanto instrumento que fundamenta o contrato social na *urbes*, perde seu sentido, o que gera conseqüências em termos das negociações realizadas entre os habitantes da cidade e na concepção de cidadania. Neste caso, a circulação e a apreensão da cidade sofre interferências que não são mediadas por instrumentos legais e podem dar abertura à constituição de circuitos de trocas sociais baseados na desigualdade sócio-econômica, no preconceito e na discriminação.

4.3.3 Comunidade

O tópico comunidade apresentou freqüências relativamente próximas entre as referências positivas (681) e as negativas (406), o que sinaliza para o fato de estes jovens viverem em localidades que representam sua morada, um lugar onde se sentem acolhidos, “em casa” e, ao mesmo tempo, também são locais negligenciados pelo poder público e dominados pelas ações das quadrilhas do narcotráfico. Ou seja, por um lado os jovens relatam a importância da comunidade em suas vidas e, por outro, denunciam a carência destes lugares, o descaso das autoridades e a violência imposta aos seus moradores. Desse modo, os resultados sugerem representações um tanto contraditórias, revelando uma imagem de comunidade que pode ser tanto

“bonita, limpa, segura e organizada” (sic), assim como o seu oposto – “abandonada, suja, violenta, perigosa e desorganizada”(sic).

Tabela 4: Referências sobre a comunidade

COMUNIDADE	
Referências negativas à comunidade	406
Referências positivas à comunidade	681
Referências neutras (mais ou menos/ nem bom, nem ruim)	48
Conceito de comunidade	61
Referências específicas à própria comunidade	32
Outros	12
Não respondeu	60
TOTAL	1300

Como o projeto contou com a participação de jovens de diversas comunidades de baixa renda que, assim, participaram das entrevistas realizadas pela equipe do NIPIAC, pode-se inferir que esta contradição na representação de comunidade demonstre, talvez, que estas localidades não compartilham de uma mesma realidade. Ou seja, algumas comunidades podem estar melhor estruturadas que outras, assim como podem estar mais próximas das áreas centrais da cidade, podendo contar com uma diversidade de serviços e equipamentos públicos que outras localidades situadas em regiões mais remotas, cujo acesso a tais serviços é mais restrito.

“Muito carente, deveria investir mais aqui em Parada de Lucas; os cursos tiram a gente da rua” (21 anos, sexo feminino, Parada de Lucas).

“Ativa, vários projetos para ajudar os jovens, não só os jovens, as famílias” (16 anos, sexo masculino, Senador Camará).

Considerando as falas acima percebe-se a importância que é atribuída ao desenvolvimento de projetos dentro de suas comunidades, pois ajuda tirando os jovens da ociosidade e assim livrando-os do perigo de estar à toa na rua. Os projetos são percebidos enquanto oportunidades que ajudam o jovem e sua família e que parecem estar mais presentes em algumas comunidades que em outras,

interferindo, portanto, na forma como percebem e estão expostos aos perigos de sua comunidade.

O fator violência também varia de uma comunidade para outra, dependendo, principalmente, do poder e ações do narcotráfico nos locais. Assim, algumas comunidades podem estar em guerra, enquanto outras estão em paz, sendo os ciclos de guerra e paz variáveis de acordo com os interesses dos comandos do tráfico em dominar determinadas regiões. E, ainda, algumas comunidades podem estar menos sujeitas às ações do tráfico enquanto outras estão permanentemente dominadas pelas quadrilhas.

“Desunida, dividida entre as facções vizinhas. Não pode ter uma festa, que sai briga” (18 anos, sexo masculino, Paciência).

“Ruim, só tem bandido, não pode nem ficar na rua, não se sabe quando vai ter tiroteio” (17 anos, sexo feminino, Cesarão).

No entanto, as experiências vivenciadas na comunidade concebidas como ruins e insatisfatórias resultam em seus moradores, ao contrário do que foi visto a respeito da polícia, sentimentos e valores positivos como alegria, esperança, união, amizade, respeito e solidariedade, bastante citados entre os jovens.

“Ajuda a enfrentar o dia-a-dia, ajuda a viver em união com as pessoas” (21 anos, sexo masculino, Paciência).

“União de todos por motivos iguais” (21anos, sexo masculino, Prazeres).

“Tem que ser um conjunto que englobe várias coisas: amizade, respeito, companheirismo” (22 anos, sexo feminino, Andaraí).

“União, sempre tá junto, prestar socorro para quem precisa” (23 anos, sexo masculino, Heliópolis).

Em algumas entrevistas, os jovens conceituam ou caracterizam a comunidade enquanto *uma sociedade, um conjunto de casas e pessoas diferentes (sic)*, em que se deve prevalecer a união e o respeito. Isto sugere que as dificuldades encontradas no dia-a-dia destas comunidades, como a violência, a pobreza e a falta de infraestrutura, são, de certa forma, amenizadas graças à união, o companheirismo, a amizade e a solidariedade encontrada entre os moradores e que parecem garantir a alegria e a segurança entre eles. Vejamos o relato de um jovem de 18 anos, morador de Parada de Lucas:

“Por uma parte, alegria e, por outra, tristeza. Tristeza pela violência que têm e, alegria porque tem diversão. Segurança, por um lado, na favela não tem esses negócios de roubo, mas, por outro lado, tem tiroteio”.

Nesse sentido, pode-se verificar as contradições da vida nas comunidades, uma vez que os problemas e os perigo parecem compensados por uma organização interna junto aos moradores. Diante de inúmeras experiências de exclusão que inviabilizam o acesso desta população à diversidade de espaços sociais que constituem a cidade, a união, o companheirismo e a solidariedade respaldam suas trocas sociais, atribuindo, assim, sentido a sua vida. Ao mesmo tempo em que a violência nestas localidades produz tristeza e insegurança, ainda é possível ao jovem circular, formar vínculos sociais e afetivos, encontrar pessoas, se divertir e ser feliz em seus locais de moradia.

4.3.4 Escola

Examinando os dados da Tabela 5, verificamos que a opinião dos jovens referentes à escola ainda é, na maioria, bastante positiva, apesar de ter sido, assim

como a polícia, mencionada enquanto um dos principais problemas encontrados na cidade. Também é possível observar que a função da escola apresentou um índice freqüencial considerável (608), estando bem próximo daquele apresentado nas referências positivas. Os jovens retratam a escola enquanto algo essencial, fundamental para suas vidas. Para eles a escola é boa e importante pois é o alicerce, a base: *base de tudo; base da vida; base para ser uma pessoa melhor; base da formação; base para vida profissional; base para um futuro melhor; base para vencer (sic).*

“Base para tu ser alguém na vida, para tu ter um bom emprego e dar uma condição de vida para tua família” (16 anos, sexo masculino, Jacarezinho).

“Uma das melhores coisas, precisamos dela para sermos algo na vida” (15 anos, sexo feminino, Parada de Lucas).

“Tem que ter bastante, a escola é tudo. Se não tem, a pessoa não tem como ter um futuro bom” (20 anos, sexo masculino, Padre Miguel).

“Tudo, a gente sem escola não é ninguém” (18 anos, sexo feminino, João XXIII).

“Ótimo para mais tarde ter mercado de trabalho, vai servir para alguma coisa” (14 anos, sexo feminino, Jacarezinho).

“É o principal para qualquer pessoa. Sem escola, como ela vai saber reivindicar seus direitos, seu emprego? É o nosso futuro” (18 anos, sexo feminino, Cesarão).

Tabela 5: Referências para a escola

ESCOLA	
Referências negativas à instituição escolar	136
Referências positivas à instituição escolar	608
Referências neutras (mais ou menos/ nem bom, nem ruim)	6
Função da escola	490
Referências específicas à própria escola	10
Referências à necessidade de um esforço pessoal	33
Outros	8
Não respondeu	9
TOTAL	1300

Além de apontar a importância da escola, os relatos sinalizam para aquilo que os jovens acreditam ser a principal função da escola, qual seja, garantir o futuro a partir de uma boa formação que, conseqüentemente, irá assegurar um lugar no mercado de trabalho. A escola é vista como um investimento, obrigatório a todos, que irá proporcionar um *bom emprego, boa condição de vida, enfim, um futuro bom (sic)*. É pensando nisso que os jovens questionam com certa preocupação a qualidade do ensino e o papel da escola, reprovando ainda alguns critérios da política educacional como nos coloca esta jovem (20 anos) de Padre Miguel:

“Hoje em dia não ensina nada, é só ir que é aprovado. As crianças estão na 4ª série e não sabem ler. As crianças não podem mais ser reprovadas. É um absurdo”.

A indignação manifestada pela jovem pode ser atribuída ao fato de se fazer um investimento e não se obter o retorno esperado, pois a exigência vai além da aprovação, é preciso aprender de fato para que suas expectativas e seus projetos futuros sejam viabilizados.

Assim sendo, se por um lado a escola é um investimento, por outro ela exige um esforço pessoal, que também é mencionado pelos jovens: *“Tem que correr atrás”* (22 anos, sexo masculino, Padre Miguel); *“Tem que cair de cara com vontade”* (20 anos, sexo feminino, Manguinhos). Portanto, dedicação, responsabilidade, incentivo

e força de vontade são, na opinião dos jovens, aspectos subjetivos fundamentais para se completar os estudos:

“Para muitos não vale nada, muitos faltam, mas tá ali ajudando nosso futuro para a gente ter um bom emprego e um bom trabalho” (13 anos, sexo masculino, Prazeres).

“Lugar onde você se dedica aos estudos para ser alguém na vida” (17anos, sexo masculino, Senador Camará).

“Incentivo para jovens. Dá educação. Já que tem pais que não conversam, os jovens pelo menos têm os professores” (29 anos, sexo feminino, Senador Camará).

A escola também é percebida como um lugar *ideal para os jovens (sic)*, um espaço que não é apenas para a aprendizagem formal, mas também é possível conversar e se informar sobre variados assuntos, oportunidade que muitos jovens não encontram em suas casas ou em seus locais de moradia. Desse modo, a figura do professor é valorizada como alguém que propicia experiências que não são vivenciadas no âmbito da família, nem da comunidade, demonstrando uma outra função da escola, traduzida nas palavras desta jovem de 17 anos, residente de Senador Camará: *“é o lugar onde aprendo sobre a vida”*. Portanto, o que é apreendido na escola não é algo que servirá apenas para o futuro, mas serve também para o presente, para o dia-a-dia.

“Refúgio. A gente sai daqui (da comunidade) e nem pensa em nada daqui da favela” (15 anos, sexo feminino, Cidade de Deus).

“Boa porque é onde se encontra os amigos, você aprende, distrai a cabeça. Estudo há 8 anos na mesma escola, todo mundo me conhece” (16 anos, sexo masculino, Jacarezinho).

Neste lugar ideal para os jovens é possível ainda fazer amizades, conhecer a todos, distrair a cabeça e se refugiar dos problemas, promovendo assim a vivência

de sentimentos favoráveis que podem ser compartilhados com todos aqueles que se conhece: *a esperança; os sonhos; a paz; a alegria (sic)*.

4.3.5 Amigos

Como pode ser observado na Tabela 5, as referências para os amigos são também bastante valorizadas, pois também são considerados *essenciais, importantes e indispensáveis (sic)* na vida do jovem, por isso devem ser *eternos, preservados e guardados no coração (sic)*. A estima e o valor depositado nos amigos é facilmente reconhecido na medida em que estes são comparados com a família, marcando portanto a necessidade de tê-los por perto sempre, como algo que complementa o sujeito, que o faz reconhecer-se enquanto alguém.

“Sem eles seria muito sozinha” (21 anos, sexo feminino, Paciência).

“Fundamental, a pessoa sem amigos não é ninguém, é o segundo alicerce” (21 anos, sexo feminino, Parada de Lucas).

“São tudo: irmãos, pai, mãe (eles são tudo isso), são a base da minha vida” (17 anos, sexo feminino, Paciência).

“Uma parte de mim; é tão importante quanto a família; amigo mesmo não nega ajuda” (14 anos, sexo feminino, Farrula).

Tabela 6: Referências para os amigos

AMIGOS	
Referências negativas aos amigos	215
Referências positivas aos amigos	838
Referências neutras (mais ou menos/ nem bom, nem ruim)	5
Função dos amigos	101
Referências a algum amigo específico	124
Outros	11
Não respondeu	6
TOTAL	1300

Ao se pensar na idéia de família, pode-se estar articulando alguns valores expressos pelos jovens referentes à amizade, tais como confiança, sinceridade, fidelidade, união, respeito, dentre outros. E é aí que se torna difícil encontrar amigos verdadeiros, amigos irmãos, ou seja, aqueles que podem ser considerados como alguém da família. Neste caso, muitos jovens citam como seus verdadeiros amigos algum membro da família, especialmente a mãe, justamente por ser alguém com quem podem contar e confiar incondicionalmente, sem correr o risco de se decepcionar.

“Eu gosto deles. A gente fica conversando, mas amigo de verdade, para confiar, só a minha mãe, nem a minha irmã” (16 anos, sexo feminino, Andaraí).

“Tenho alguns, gosto muito deles. Amizade tem que ser sincera sem falsidade. Minha mãe é minha melhor amiga” (29 anos, sexo feminino, Senador Camará).

“Só para sair, porque amigo mesmo eu não tenho ninguém, só meu pai e minha mãe” (15 anos, sexo feminino, Cidade de Deus).

“Minha única amiga é minha mãe. Esta palavra não devia existir, hoje em dia as pessoas não levam as amizades a sério” (20 anos, sexo feminino, Vargem Grande).

“Tenho poucas amigas, porque você tem que selecionar suas amizades, não é qualquer pessoa que é sua amiga, mas as únicas que eu tenho eu dou muito valor a elas” (21 anos, sexo feminino, Paciência).

Além disso, alguns relatos indicam que a importância dos amigos está intimamente articulada com o que se espera enquanto função ou papel de uma amizade verdadeira, ou seja, *ajuda, apoio, conselhos e consolo* (sic). Além de companheiros, os amigos são *confidentes* com quem se pode *conversar, desabafar*, assim como *brincar* e se *divertir*, ou seja, são pessoas com quem se pode *compartilhar todos os momentos* (sic).

“A gente conversa, brinca, estudamos para a matéria da prova, fazemos trabalhos em grupo” (14 anos, sexo feminino, Andaraí).

“É bom, às vezes não tem com que conversar e nos abrimos com os amigos. Às vezes é difícil encontrar amigo verdadeiro” (16 anos, sexo feminino, Cesarão).

“São maneiros, sempre ajudam. Falam para fazer as coisas certas” (18 anos, sexo masculino, Prazeres).

“Tudo na vida da gente, a gente precisa ter bons amigos para seguir um bom caminho” (16 anos, sexo masculino, Senador Camará).

“Ajuda, sempre estão prontos para ajudar. Amigo a gente conta no dedo, colega tem um monte” (23 anos, sexo masculino, Senador Camará).

Um amigo está sempre disposto a ajudar, a aconselhar para fazer as coisas certas, *para seguir um bom caminho (sic)*, do contrário, não é um amigo verdadeiro, mas um colega. Nesse sentido, na medida em que os jovens delimitam seus circuitos de sociabilidade, torna-se necessário lançar mão de mecanismos internos que possibilitam perceber e distinguir quem realmente pode ser considerado um amigo e onde encontrá-lo.

“Tem que saber distinguir as amizades. Não tenho amigo, tenho colegas, esta é uma palavra pesada. Amigo está dentro de casa” (23 anos, sexo feminino, Andaraí).

O relato desta jovem revela que a verdadeira amizade está delimitada a um só espaço: a casa. A casa, assim como a família, é um lugar da privacidade, da intimidade, portanto, supostamente associada à segurança, à acolhida. Por outro lado, a rua, como já foi mencionado em outros momentos, remete ao seu oposto, ou seja, estar na rua é estar exposto a qualquer situação, é estar entre desconhecidos, gerando, assim, uma sensação de insegurança, de desamparo. Para estes jovens a

rua é considerada um lugar que oferece perigos, não apenas atribuídos às ações dos bandidos e dos policiais, mas aos amigos. Não saber distinguir um verdadeiro amigo, eventualmente, pode levar a experiências infelizes e desagradáveis, levando alguns a optar por não ter amigos.

“Tem aqueles que não são amigos e só incentivam a entrar pro crime” (15 anos, sexo masculino, Prazeres).

“Não tenho amigos, não gosto de arrumar amizade na rua, isso leva à droga” (17 anos, sexo feminino, Cesarão).

“Não tenho. Não gosto. Me decepcionei muito” (17 anos, sexo feminino, Cesarão).

Apesar das dificuldades mencionadas em encontrar amizades verdadeiras, muitos jovens relatam ter muitos amigos, fazendo referências específicas a alguns deles (Bárbara, Carlos, Cíntia, seus vizinhos, os amigos da escola, etc.), o que demonstra o lugar de destaque que estes ocupam em suas vidas, e aos quais, certamente, vincula-se uma gama de sentimentos favoráveis: carinho, amor, felicidade, conforto, etc.

4.3.6 Vizinhos

Os jovens demonstraram em suas respostas que a relação com a vizinhança deles não é muito satisfatória, apesar de a frequência para referências negativas apresentar uma diferença mínima daquela para referências positivas, esta ainda é maior. Assim como foi verificado no tópico sobre a comunidade, embora ainda com maior ênfase, a representação que se tem dos vizinhos caracteriza-se pela ambigüidade, sendo estes percebidos pelos entrevistados, ora como pessoas agradáveis e necessárias em suas vidas, ora como pessoas das quais se deveria manter distância, *“cumprimentar sem muito envolvimento”* (16 anos, sexo masculino,

São Bento). São, portanto, *legais, tranqüilos, amigos e companheiros (sic)*, mas ao mesmo tempo, *fofoqueiros, encrenqueiros, chatos e de difícil convivência (sic)*.

Tabela 7: Referências para os vizinhos

VIZINHOS	
Referências negativas aos vizinhos	603
Referências positivas aos vizinhos	580
Referências neutras (mais ou menos/ nem bom, nem ruim)	42
Função dos vizinhos	45
Referências a algum vizinho específico	8
Outros	3
Não respondeu	19
TOTAL	1300

Comparando com o que foi observado no tópicos comunidade a respeito da relevância que a união parece ter para a vida de seus moradores, é estranho, pois, verificar que neste momento surjam registros de indiferença e individualismo entre eles: “cada um na sua” (20 anos, sexo feminino, Jacarezinho); “cada um na sua casa” (17 anos, sexo feminino, São Bento); “cada um por si (19 anos, masculino, São Bento). Pode-se pressupor que talvez as referências feitas aos vizinhos possam ter tomado alguma dimensão individual, enquanto a comunidade sugere uma idéia de conjunto. Ou seja, as respostas não levaram em conta a idéia de vizinhança como um grupo, e sim consideraram alguns vizinhos especificamente, o que pode dar margem a esta representação ambígua. Tanto que, também surgem respostas que fazem menção a situações de solidariedade e de união. As falas a seguir sugerem que os vizinhos são pessoas com as quais se pode contar com a ajuda e com o incentivo, aliás, estes aspectos surgiram enquanto função dos vizinhos, ressaltando o que se espera deles.

“São super legais, quando não tem água a gente vai lá pedir na casa dele. Ajuda a carregar a compra do vizinho, ficamos conversando” (14 anos, sexo feminino, Andaraí).

“Acho legal, são pessoas que me ajudam também. Me incentivam a ir além quando mostro meus planos” (21 anos, sexo feminino, Paciência).

Neste sentido, os vizinhos são comparados com os amigos, referência bem lembrada pelos jovens, sendo pessoas “com quem pode se abrir” (15 anos, feminino, Andaraí) e “(...) com que podemos conversar” (16 anos, feminino, Andaraí), podendo implicar, do mesmo modo, uma capacidade subjetiva de discernir quais vizinhos são verdadeiramente bons e sinceros, nos quais é possível confiar. Além de serem vinculados à idéia de amizade, os vizinhos também ganham importância ao serem representados pela idéia de família, aspecto que revela confiança, intimidade e segurança, justamente por serem pessoas próximas com as quais se tem um convívio íntimo.

“Os meus particularmente são bons, fizeram parte da minha infância e adolescência. São quase da família” (14 anos, sexo feminino, Andaraí).

“[Vizinho] é como se fosse família” (21 anos, sexo masculino, Padre Miguel).

“Minha vizinha é minha segunda mãe” (14 anos, sexo feminino, Padre Miguel).

A investigação das referências que os jovens atribuem a estas diferentes instâncias da cidade permite, pois, visualizar o seu campo de circulação e as relações que estabelecem dentro do espaço urbano. Assim sendo, é relevante ressaltar a importância da construção de espaços sociais específicos para esta população que retratou a escola enquanto um espaço ideal para jovens, onde se sentem acolhidos, encontram os amigos com quem podem se abrir, conversam, se divertem, esquecem os problemas, aprendem e se preparam para o futuro e para a vida. A diversidade de valores atribuídos à instituição escolar não foi percebida, por

exemplo, na comunidade que, certamente, é um lugar onde também é possível ter amizades; no entanto, não existe espaços específicos destinados às brincadeiras e às conversas.

Na comunidade os jovens ficam divididos entre o espaço seguro de casa e o espaço ameaçador da rua. Na rua estão os bandidos, os bandidos fardados, os vizinhos fofoqueiros e encrenqueiros e os amigos nem sempre verdadeiros que podem conduzir a caminhos indevidos. Entretanto, a comunidade é unida e solidária diante dos problemas aos quais todos seus moradores estão submetidos, tornando-se portanto um lugar seguro e acolhedor quando se pensa num coletivo. Assim, a vida nestas localidades parece tornar-se menos caótica. Em termos individuais, notamos que são necessários dispositivos subjetivos que atentem para os perigos eminentes ao longo dos percursos que irão constituir as redes de sociabilidade destes jovens. É neste sentido que a escola pode ser tomada como um lugar ideal, um refúgio onde todos se conhecem, portanto, afastada dos perigos que ameaçam a vida nas cidades.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo principal compreender e situar os circuitos de sociabilidade de jovens de baixa renda, considerando os aspectos subjetivos envolvidos em seus percursos pela cidade e na interação e trocas sociais realizadas com diversos atores, instâncias e instituições, legitimando, assim, sua presença e seu reconhecimento no espaço urbano. Vivenciar a cidade envolve, fundamentalmente, a apreensão de seus territórios, através da participação e atuação dos cidadãos.

Com o intuito de fundamentar os objetivos propostos, fez-se necessário discorrer e elaborar algumas considerações acerca da cidade contemporânea, mais especificamente sobre as grandes metrópoles. Verificou-se o quanto estas cidades são estruturadas e organizadas de acordo com os interesses do capital, tornando-se, por excelência, lugar privilegiado do consumo. É neste contexto que se estabelecem as relações entre os diversos atores sociais e destes com o espaço urbano, tendo como referência códigos e símbolos com os quais os indivíduos se identificam e segundo os quais são reconhecidos pelo seu poder de consumo. Levando em consideração estes preceitos, a cidade apresenta-se fragmentada em segmentos polarizados que definem tanto a sua estrutura social quanto seus espaços físicos, geográficos e simbólicos.

A cidade é, portanto, marcada pela diversidade e pluralidade de bens e produtos, serviços e equipamentos sociais, meios de comunicação e informação que conferem status aos cidadãos, pela maior ou menor possibilidade de consumo. Além disso, intensificam-se as desigualdades tanto sociais quanto espaciais, devido ao

poder aquisitivo de cada cidadão que permite maior ou menor acesso ou possibilidade de escolha dentro do território urbano. Observa-se que a segmentação ocorrida no espaço urbano, que diferencia diversas regiões da cidade a partir do fluxo de capital, são projeções das estruturas sócio-econômicas, em que grupos são diferenciados justamente baseados no poder de consumo e acesso aos bens da cidade.

Fazer-se reconhecer no espaço urbano exige, portanto, a possibilidade de negociar a apropriação deste espaço com os demais habitantes da cidade. A negociação se estabelece por meio de escolhas e identificações que irão delimitar não apenas os percursos e trajetos traçados pelos cidadãos, mas suas redes ou circuitos de sociabilidade. Neste sentido, percebe-se que os espaços reservados aos jovens de baixa renda são bastante restritos. Primeiramente porque eles se encontram em uma situação de desvantagem sócio econômica, que não oferece as mesmas possibilidades de consumo vislumbradas pelas camadas economicamente privilegiadas da sociedade, resultando em uma apropriação desigual do espaço urbano.

Outro fato relevante é que os locais de moradia desses jovens, geralmente distantes dos núcleos centrais, são marcados pela negligência dos poderes públicos, pela precariedade de produtos, serviços e equipamentos urbanos, pela carência de oferta de empregos ou atividades geradoras de renda, pela falta de oportunidades de lazer e cultura, além de se localizarem em áreas de difícil acesso, seja pela deficiência de transportes coletivos, ou pelos perigos relacionados às ações policiais e do narcotráfico. Estes aspectos são marcantes nas comunidades de baixa renda da cidade do Rio de Janeiro e demonstram o quanto o interesse do capital interfere nas possibilidades de apropriação do espaço, tornando nítidas as desigualdades e

desvantagens sócio-econômicas e sócio-espaciais, sendo estas ainda mais notáveis uma vez que se afasta da região central da cidade.

Os dados empíricos indicam o quanto estes jovens encontram-se circunscritos nas localidades onde residem, inviabilizados de participar de espaços sociais mais amplos, tornando remotas as experiências partilhadas com outros grupos sociais fora de seu contexto sócio-econômico. Estas quando ocorrem, geralmente, são traduzidas por sentimentos de hostilidade e indiferença. No entanto, verifica-se que até mesmo nos limites de suas comunidades, estes jovens vivenciam situações de constrangimento e restrição em seus momentos de circulação e em seus espaços de socialização devido, principalmente, ao domínio do narcotráfico, às ações policiais e à negligência do Estado, fatores estes que contribuem ainda mais para a segregação e isolamento de um contingente considerável da população.

A falta de oportunidades de trocas sociais no espaço urbano e em seus locais de moradia sugere aos jovens um sentimento de vazio, de desapropriação, de não-pertencimento. Estes jovens apontam para a importância de estarem desenvolvendo ou participando de atividades de lazer ou laborais, no intuito de se afastarem ou se protegerem dos perigos da rua. Este aspecto confirma algumas argumentações apresentadas pela literatura, que ressaltam o valor atribuído pelas classes populares ao trabalho e à identidade de trabalhador como dispositivos de reconhecimento social que evitam uma identificação errônea com a figura do bandido. O trabalho é também valorizado enquanto veículo de mobilidade sócio-econômica e, assim, de mobilidade espacial, uma vez que viabiliza, via consumo, a participação dos jovens em determinados espaços sociais, facilita a apropriação de serviços e bens urbanos, assim como, favorece a circulação pelos diversos territórios da cidade.

No entanto, a impossibilidade de participação destes jovens no mercado de trabalho, ou a baixa remuneração de determinadas atividades informais, podem ocasionar a sua entrada em outros circuitos alternativos, geralmente, vinculados à criminalidade, como as atividades envolvidas no tráfico de drogas. Esta entrada ocorre em virtude de um pensamento ilusório de ganhar altas quantias de dinheiro, possibilitando o consumo exacerbado e a aquisição de símbolos de prestígio e poder que garantam o reconhecimento social. Contudo, as alternativas apresentadas via criminalidade não favorecem a participação no espaço urbano, e restringem ainda mais os circuitos de sociabilidade daqueles que ingressam nestas atividades.

É válido ressaltar que muitos jovens encontram no lazer uma forma lúdica e criativa de se expressarem e de se fazerem reconhecidos no espaço urbano. Neste estudo, focaliza-se o movimento *funk* como uma destas vias, que além de valorizar a cultura local e enfatizar a identificação com seu local de moradia, possibilita a circulação por outras comunidades da cidade, por intermédio dos “bondes”⁹, além da troca de experiências e a interação com outros jovens, até mesmo de camadas sociais mais privilegiadas.

A valorização e identificação do jovem com sua comunidade foi um aspecto percebido na análise de dados, sugerindo um sentimento de pertencimento àquele espaço social. É neste contexto que os jovens sentem-se acolhidos, realizando trocas sociais e estreitando seus vínculos, seja com seus pares ou com seus vizinhos. A valorização dos laços comunitários, verificada por sentimentos de união e de solidariedade, bastante enfatizado nos relatos, é fundamental em um contexto que se configura pela segregação e exclusão, resultantes de fenômenos de desigualdade sócio-econômica, de legitimação da violência e de negligência dos

⁹ Os jovens *funkeiros* utilizam o termo “bonde” referindo-se à “galera”, a turma de amigos que também participam do movimento *funk*.

poderes públicos. Estes aspectos reunidos destituem ou desfavorecem as possibilidades de apreensão do urbano e de socialização entre os habitantes de uma mesma cidade. No entanto, foi possível observar através dos dados empíricos que, apesar das limitações encontradas, estes jovens encontram outras vias de identificação, que não aquelas impostas por padrões dominantes, e desse modo, mapeiam seus trajetos e delimitam seus circuitos de sociabilidade, fazendo-se reconhecidos no espaço urbano.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. **Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, ano XIV, n. 37, p.34-46, 1994.

ASSIS, D.P. **Uma nova perspectiva dentre velhas histórias**: o programa de atendimento a crianças e adolescentes em situações limites. Monografia de Conclusão de Curso (Especialização) – IPUB, UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

AZEVEDO, J. M. L. A temática da qualidade e a política educacional no Brasil. **Educação e Sociedade**; n. 49; p. 449-467, dez/2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOUSQUAT, A. & COHN, A. A construção do mapa da juventude de São Paulo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 60, p. 81-96, 2003.

BUCK-MORSS, S. O *flâneur*, o homem-sanduiche e a prostituta: a política do perambular. **Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, ano X, n. 29, p.9-29, 1990.

CANDAU, V. M. Mudanças culturais e redefinição do escolar: tensões e buscas. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 14-26, 1998.

CÁRDIA, N. A violência urbana e a escola. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 32-69, 1997.

CARMO, P. S. Juventude no singular e no plural. In: ____ **As caras da Juventude**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

CASSAB, M. A. T. **Jovens pobres e o futuro**: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza. Niterói: Intertexto, 2001.

CASTRO, L. R. **A aventura urbana: crianças e jovens no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

CASTRO, L. R. (Org.) **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: Nau, 2001.

CASTRO, L. R. (Org.). **Subjetividade e cidadania**: um estudo com crianças e jovens em três cidades brasileiras. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

CASTRO, L. R. Crianças, jovens e cidades: vicissitudes da convivência, destinos da cidadania. In: ____ (Org.). **Subjetividade e cidadania**: um estudo com crianças e jovens em três cidades brasileiras. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

CASTRO, L. R. (Org.) **Infância e adolescência na cultura do consumo**. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

CECCHETTO, F.; FARIAS, P. Do funk bandido ao pornofunk: o vaivém da sociabilidade juvenil carioca. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 37-63, 2002.

CHINELLI, F.; PAIVA, E. Emprego e informalidade. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 61-72, 1999.

CORDEIRO, A. C. F.; MENEZES, J. A. Fortaleza de Leste a Oeste: progresso e beleza 'pra turista ver': encontros com crianças e jovens em Fortaleza. In: CASTRO, L. R. (Org.). **Subjetividade e cidadania: um estudo com crianças e jovens em três cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

CORSEUIL, C. H.; SANTOS, D. D.; FOGUEL, M.N. **Decisões críticas em idades críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina**. Rio de Janeiro: IPEA; texto para discussão n. 797; 2001.

COUTINHO, L. G. Grupos de Adolescentes: elaboração ou alienação? **Saúde, Sexo & Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 21-27.

DOLTO, F. **A causa dos adolescentes**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

FRAGA, P. C. P.; IULIANELLI, J. A. S. (Org.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE FILHO, J. Música, identidade e política na sociedade do espetáculo. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 303-327, 2003.

FRIDMAN, F. Os donos da terra carioca – alguns estudos de caso. **Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, ano XIV, n. 37, p.10 -18, 1994.

GARCIA, C. A.; CASTRO, L. R.; SOUZA, S. J. (Org.). **Infância, cinema e sociedade**. Rio de Janeiro: Ravil, 1997.

GUIMARÃES, E. **Escola, galeras e narcotráfico**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

GUIMARÃES, N. A. Por uma sociologia do desemprego. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.17, n. 50, p. 103 -121, 2002.

IGLESIAS, W. Impactos da mundialização sobre uma metrópole periférica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.17, n. 50, p. 47-70, 2002.

LEVISKY, D. L. **Adolescência: reflexões psicanalíticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

KEHL, R. A fratria órfã. In: ____ **A função fraterna**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

LAGO, L. C. Desigualdade socioespacial e mobilidade residencial na metrópole do Rio de Janeiro. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano X, n. 2, p. 57-76, 1996.

MAGNANI, J. G. C. Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 35, p. 191-203, 1992.

MAGNANI, J. G. C. As cidades de Tristes Trópicos. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 42, n. 1 e 2, p. 97-111, 1999.

MINAYO, M. C. S. et al. **Fala, galera: juventude, violência e cidadania no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MINGIONE, E. Fragmentação e Exclusão: a questão social na fase atual de transição das cidades nas sociedades industriais avançadas. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, p. 673-700, 1998.

MORAIS, M. C. Comentários: A Criança e a Cidade. In: GARCIA, C. A.; CASTRO, L. R.; SOUZA, S. J. (Org.). **Infância, cinema e sociedade**. Rio de Janeiro: Ravil, 1997.

NORONHA, E. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo; v.18, n. 53, p. 111–129, 2003.

OLIVEIRA, L. Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 49-61, 1997.

OSÓRIO, L. C. **Adolescente Hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

OSÓRIO, L. C. **Grupoterapia Hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

PERALVA, A. Escola e violência nas periferias urbanas francesas. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 7-25, 1997.

PORTO, M. S. G. A violência entre a inclusão e a exclusão social. **Tempo Social**, São Paulo, n. 12, p. 187-200, 2000.

POTENGY, G.; PAIVA, V.; CASTRO, E. G. Produzindo novas identidades: fragmentação do trabalho e do consumo e novos estilos de vida na sociedade contemporânea. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 73-98, 1999.

PRETECEILLE, E. Segregação, classes e política na grande cidade. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano X, n. 2, p. 15-37, 1996.

PY, L. A. (Org.). **Grupo sobre Grupo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

REMY, J. As modas, as posições e as especializações do social. . **Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, n. 40, p.93-104, 1997.

QUIROGA, C. O (não) trabalho: identidade Juvenil construída pelo avesso? **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 23-55, 2002.

REZENDE, C. B. **Os significados da amizade**: duas visões de pessoa e sociedade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SAGGESE, E. **Adolescência e Psicose**: transformações sociais e os desafios da clínica. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001.

SAGGESE, E.; LEITE, L. C.; JARDIM, S. R. Construção de indicadores dos agravos à saúde mental de adolescentes trabalhadores. **Cadernos do IPUB**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 38-53, 2000.

SARLO, B. **Cenas da vida pós-moderna**: intelectuais arte e vídeo-cultura na Argentina. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

SODRÉ, M. **O Social Irrradiado**: violência urbana, negrotesco e mídia. São Paulo: Cortez, 1992.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, S.J. (Org.). **Subjetividade em questão**: a infância como crítica da cultura. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

VELHO, G. **Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

VELHO, G. **Projeto e Metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VIANNA, H. (Org.). **Galeras Cariocas**: territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

XIBERRAS, M. **As teorias da exclusão**: para uma construção do imaginário do desvio. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

ZALUAR, A. Exclusão e Políticas Públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 29-47, 1997.

ZALUAR, A. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: VIANNA, H. (Org.). **Galeras Cariocas**: territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

ZALUAR, A. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

VILLASCHI FILHO, A. e MEDEIROS, A. C. O Brasil urbano: perspectiva político-institucional da urbanização brasileira. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 88-121, nov. 1989/jan. 1990.

ANEXOS

ANEXO 1

TABELAS

1. Idade e Sexo

Tabela 1: Número de participantes por grupo de idades

IDADES	frequência
12 a 13 anos	19
14 a 19 anos	948
20 a 24 anos	329
25 a 29 anos	4
TOTAL	1300

Tabela 2: Número de participantes por sexo

SEXO	frequência
Feminino	839
Masculino	461
TOTAL	1300

2. Problemas da Cidade

Tabela 3: Frequência por ordem de citação dos sub-temas que compõem a categoria Problemas Urbanos e Ambientais

PROBLEMAS URBANOS E AMBIENTAIS	P1	P2	P3	P4	TOTAL
Problemas urbanos	31	32	53	51	167
Polícia/policiamento	20	37	38	30	125
Falta de segurança	39	14	32	33	118
Situações de abandono	39	56	68	59	222
Prostituição/prostituição infantil	11	22	26	16	75
Problemas ambientais	45	50	56	56	207
Infra-estrutura da comunidade	24	58	49	38	169
Saneamento básico	44	47	30	25	146
Lazer/área de lazer	6	29	23	22	80
TOTAL	259	345	375	330	1309

Tabela 4: Frequência por ordem de citação dos sub-temas que compõem a categoria Violência e Criminalidade

VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE	P1	P2	P3	P4	TOTAL
Violência	397	180	117	108	802
Tráfico/traficantes	54	52	35	37	178
Crimes/criminalidade	48	23	34	31	136
Assaltos	47	35	33	13	128
Jovens no crime	2	4	3	4	13
TOTAL	548	294	222	193	1257

Tabela 5: Frequência por ordem de citação dos sub-temas que compõem a categoria Falta de Oportunidades e Desigualdade Social

FALTA DE OPORTUNIDADES E DESIGUALDADE SOCIAL	P1	P2	P3	P4	TOTAL
Discriminação e preconceitos	15	28	36	26	105
Desigualdade/diferença social	11	18	19	32	80
Pobreza/miséria	60	105	80	57	302
Desemprego	158	159	119	93	529
Falta de oportunidades	11	16	9	19	55
Ociosidade	3	4	4	4	15
TOTAL	258	330	267	231	1086

Tabela 6: Frequência por ordem de citação dos sub-temas que compõem a categoria Educação e Saúde

EDUCAÇÃO E SAÚDE	P1	P2	P3	P4	TOTAL
Educação/ensino/escolas/estudo deficientes	52	56	87	80	275
Direito dos estudantes	5	2	3	2	12
Falta de creches e cursos públicos	5	3	15	13	36
Falta de informação/orientação	3	7	13	26	49
Hospitais/postos de saúde precários	24	72	80	75	251
Doenças	2	12	6	10	30
Vida sexual precoce	8	11	19	8	46
Vícios	105	100	65	45	315
TOTAL	204	263	288	259	1014

Tabela 7: Frequência por ordem de citação dos sub-temas que compõem a categoria Governo

GOVERNO	P1	P2	P3	P4	TOTAL
Corrupção	4	2	16	15	37
Governo	5	18	8	23	54
Política e políticos	2	3	10	11	26
Obras e projetos inacabados	0	2	2	0	4
Falta de investimento em projetos sociais	1	2	2	0	5
Eleições	1	0	1	2	4
Outros	1	2	0	1	4
TOTAL	14	29	39	52	134

Tabela 4: Frequência por ordem de citação dos sub-temas que compõem a categoria Violência e Criminalidade

PROBLEMAS MORAIS E FAMILIARES	P1	P2	P3	P4	TOTAL
Falta de família	0	1	3	7	11
Problemas familiares/domésticos	1	2	7	4	14
Falta de respeito/consideração	2	10	13	18	43
Falta de solidariedade	1	5	9	17	32
Falta de comunicação	0	1	2	2	5
Falta de confiança	1	2	3	6	12
Injustiça	2	5	2	0	9
Outros	1	2	2	3	8
TOTAL	8	28	41	57	134

ANEXO 2
ROTEIRO DA ENTREVISTA

PROJETO JOVEM TOTAL

ROTEIRO DA ENTREVISTA

DATA DA ENTREVISTA:

IDADE:

SEXO:

COMUNIDADE:

:

1. MORA COM QUEM (quantas pessoas, rel. de parentesco):

2. O QUE FAZ (trabalha, não faz nada etc.):

3. ESTUDA (sim/não; onde; que série):

4. O QUE GOSTA DE FAZER (descrever o quê, como, com quem, onde):

5. O QUE FAZ EM GERAL (descrever como é um dia da típico na sua vida – durante a semana e no fim de semana):

6. QUAL A PESSOA, QUE VOCÊ CONHECE, DAS SUAS RELAÇÕES, QUE VOCÊ ADMIRA? (como é esta pessoa; que qualidades você admira nesta pessoa...)

7. QUAL A FIGURA FAMOSA QUE VOCÊ ADMIRA/GOSTARIA DE PARECER?
(quais as qualidades que admira nesta pessoa; como ele/a acha que é a vida desta pessoa; quais são os aspectos positivos e negativos da vida desta pessoa; como acha que esta pessoa conseguiu chegar onde está – ações individuais, ajuda de outros etc; que dificuldades e obstáculos teve que enfrentar; como os superou)

8. EM VOCÊ MESMO, DO QUE VOCÊ GOSTA MAIS?
(qual é o aspecto, a característica, a qualidade em você que você mais gosta; porque...)

9. EM VOCÊ MESMO, DO QUE VOCÊ GOSTA MENOS?

(qual é o aspecto, a característica em você que você menos aprecia; porque....)

10. COMO VOCÊ IMAGINA O SEU FUTURO?

(Pausa: falamos um pouco de você, do que você gosta etc... agora gostaria de passar para um outro aspecto, que é falar um pouco da situação em volta de você, como você a vê...)

11. QUAIS OS PROBLEMAS QUE JOVENS DA SUA IDADE TÊM QUE ENFRENTAR?

(na sua comunidade, especificamente, quais problemas são mais comuns)

12. COMO OS JOVENS LIDAM COM ESTES PROBLEMAS?

(sentimentos que aparecem nestas situações; ações que os jovens assumem para enfrentar os problemas – individuais? de grupo?)

13. QUAL A AJUDA QUE OS JOVENS TÊM PARA RESOLVER OS PROBLEMAS QUE ELES ENFRENTAM?

(com quem eles podem contar: pessoas conhecidas, família, instituições, poder público; como estas diversas instâncias os ajudam)

14. Pedir que o entrevistado cite QUATRO problemas que podem ser encontrados nas cidades e solicitar que diga uma maneira possível de enfrentá-lo

1.

2.

3.

4.

15. (JOGO: pedir ao entrevistado que associe palavras que melhor expressem sua relação sentimental com a instância correspondente)

Que palavras vêm na sua cabeça para dizer o que você sente sobre:

Família

Namorada/ namorado

governo

padre/ pastor ou qualquer pessoa de sua religião

polícia

vizinhos

amigos

comunidade

justiça

escola

16. (JOGO: pedir ao entrevistado para completar as frases abaixo com as primeiras idéias que lhe vierem à cabeça) Gostaria que você completasse o que eu vou dizer com as primeiras idéias que lhe vierem à cabeça -

Um dia, eu gostaria de....

A vida dos jovens como eu é.....

No futuro eu gostaria de.....

È muito difícil eu.....

Cada dia eu acredito menos em....

Tudo o que eu quero é

Vale a pena

Em relação aos outros, eu gostaria de.....

No lugar onde moro seria importante que.....

Às vezes tenho vontade de.....

Cada dia acredito mais que...

Para ser respeitado o jovem

Para ajudar o jovem, o governo deve ...

(Estamos chegando ao fim desta entrevista.....)

17. DO QUE VOCÊ CONHECE, O QUE VOCÊ ACHA DO PROJETO JOVEM TOTAL?

18. COMO FOI PARA VOCÊ PARTICIPAR DESTA ENTREVISTA?

19. VOCÊ GOSTARIA DE DIZER ALGUMA COISA QUE É IMPORTANTE, E QUE AINDA NÃO FOI PERGUNTADA AQUI, E QUE SEJA ÚTIL PARA A GENTE CONHECER MELHOR OS JOVENS ?